

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÚLIA ALVES ANDRADE

O CONFLITO ARMADO DA COLÔMBIA E O *CONTINUUM* DA VIOLÊNCIA:
Acordo de Paz, Violência Sexual e Patriarcado

Uberlândia
2026

JÚLIA ALVES ANDRADE

O CONFLITO ARMADO DA COLÔMBIA E O *CONTINUUM* DA VIOLÊNCIA:
Acordo de Paz, Violência Sexual e Patriarcado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como parte das exigências para a obtenção do título de mestra em Relações Internacionais.

Linha de pesquisa: Segurança Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes.

Uberlândia
2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A553 Andrade, Júlia Alves, 2000-
2026 O Conflito Armado da Colômbia [recurso eletrônico] : Acordo de Paz, Violência Sexual e Patriarcado / Júlia Alves Andrade. - 2026.

Orientador: Aureo de Toledo Gomes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.349>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Gomes, Aureo de Toledo, 1981-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação
em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Relações Internacional - PPGRi				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 117, PPGRi				
Data:	27 de abril de 2026	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:30
Matrícula do Discente:	12412RIT010				
Nome do Discente:	Júlia Alves Andrade				
Título do Trabalho:	O conflito armado da Colômbia: acordo de paz, violência sexual e patriarcado				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Segurança Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	O elo perdido: antagonismo, identidades coletivas e as dinâmicas das guerras civis				

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Maria Alice Venâncio Albuquerque - UNAERP; Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá - UFU e Aureo de Toledo Gomes - PPGRi/UFU orientador do(a) candidata.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Aureo de Toledo Gomes - PPGRi/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos,

conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora. A Banca examinadora solicitou registro que recomendam a publicação do trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **Aureo de Toledo Gomes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/04/2026, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá, Usuário Externo**, em 04/05/2026, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Alice Venâncio Albuquerque, Usuário Externo**, em 07/05/2026, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7220956** e o código CRC **320A2836**.

AGRADECIMENTOS

Em *Memórias de Uma Moça Bem Comportada*, Simone de Beauvoir relata que, desde sua infância, possuía a consciência de não se inferiorizar diante dos meninos: nunca se sentia melhor nem pior que eles, ainda que notasse tratamentos distintos em relação ao gênero oposto. Possuo memórias semelhantes em relação à minha infância e nunca compreendi, de fato, o que tornava os meninos superiores aos olhos dos adultos. Porém, à medida que cresci, lembro-me de um sentimento de indignação que tomou meu peito, e uma raiva sem tamanho substituiu essa dúvida. Não entendia por qual motivo minha tia apanhou do meu tio e toda a família silenciava isso diante dos parentes; dias depois, o agressor frequentava as festas de fim de ano normalmente junto aos familiares. Não entendia por qual motivo eu deveria demonstrar amor pelo meu avô, que espancava a minha avó na frente dos filhos; não entendia por que meu bisavô paterno, que violentou sexualmente a própria filha, era o patriarca cuja casa reunia a família nas festas comemorativas e estava sempre cheia de crianças; não entendia por que saber disso me doía tanto e, mesmo com tanta coisa errada ocorrendo antes de meu nascimento, eu não deixava de me posicionar. Se, quando criança, eu não conseguia ignorar esses fatos, como os adultos conseguiriam? Isso me enchia de raiva.

A escrita é a forma que encontrei de canalizar essa raiva. Cada linha do meu trabalho foi articulada a partir dela, que já estava presente antes mesmo de meus dentes de leite começarem a cair. A raiva é um mecanismo emancipatório para as mulheres e foi o principal combustível para que eu me movesse para concluir este trabalho. Agradeço à minha raiva, inerente a mim desde que presenciei manifestações do patriarcado. Para mim, ele sempre foi muito nítido, e notar isso desde cedo em núcleos familiares sempre foi revoltante. Lendo todos os dados deste trabalho, senti que seria impossível abandoná-lo, pois tenho a esperança de que as mulheres colombianas parem de ser violentadas. Sei que o patriarcado não respeita fronteiras políticas e também existe no meu país.

Gostaria de iniciar os agradecimentos pela pessoa indispensável ao desenvolvimento deste trabalho: eu mesma. Agradeço a mim por ter insistido em concluir meu mestrado, mesmo enfrentando as dores alucinantes causadas pela endometriose, que são tão intensas a ponto de causar desmaios, limitar os movimentos, atingir meus nervos e impossibilitar o ato de sentar, indispensável ao estudo. Agradeço a mim por ter honrado seu compromisso com a ciência brasileira e finalizado este ciclo, apesar de sentir dor o tempo inteiro. Meu Orí, obrigada por se manter forte e determinado, nós conseguimos. Orí olóore ori jê o.

Quanto às pessoas que foram fundamentais nesta jornada, tenho de priorizar as mulheres incríveis que me acompanham: minha mãe, Fabiane Alves, por me ajudar com as crises e pela comidinha abençoada que me fazia renascer nas inúmeras vezes em que adoeci; minha tia Dalila Andrade, por me ouvir e por sempre se fazer presente, mesmo com a distância; minha tia Marlene Branquinho, por ser meu maior amor e fonte de inspiração, mesmo sem se lembrar mais de mim. Agradeço, também, à minha família escolhida pelo coração: minha amada Letícia Montes, pelo suporte nos dias difíceis em que eu me sabotava, por ler tudo que escrevo e por sempre me apoiar - obrigada por me ver com olhos tão doces e cheios de admiração. Minha avó do coração, Dona Dolores, que nunca se esquece de demonstrar afeto por mim todos os dias, até nos dias em que nem eu mesma consigo, obrigada por tudo. Agradeço à minha amiga Paula Lemos, que também é portadora de endometriose e me ouviu reclamar de dores inúmeras vezes, sendo um ponto de acolhimento e de direcionamento em meio ao caos. Seu ativismo e sensibilidade transformam vidas, obrigada.

Meu pai, Eduardo Andrade, a quem amo com todo o meu coração e de quem sinto saudade diária por morar longe, obrigada por sempre acreditar em mim e por me dar todo o suporte para o estudo. Meu orientador, Aureo, obrigada pela empatia e pelos conselhos, foi incrível cruzar meu caminho com alguém que possui tamanha sensibilidade e sabedoria dentro da academia. Todas essas pessoas acreditam tanto no meu potencial que me trazem mais clareza para vê-lo, mesmo sob a névoa da incerteza que a doença causa. Agradeço também ao CNPq, pela bolsa que é indispensável à pesquisa e ao tratamento.

Por fim, espero que meu trabalho contribua para o debate sobre violência sexual sustentada por instituições patriarcais no âmbito do Estado. Viver com endometriose faz com que sejamos violentadas pelo Estado o tempo inteiro. Minha existência e a de diversas mulheres são atravessadas pela negligência e pelo descaso, pela ausência de políticas públicas destinadas à saúde sexual e reprodutiva das portadoras de uma doença crônica, altamente inflamatória e que destrói a vida de quem a enfrenta. Mesmo com adenomiose e dores incapacitantes na pelve, que irradiam para os membros inferiores, os médicos se recusam a retirar meu útero, pois posso “querer ter filhos no futuro”. É mais importante proteger uma criança hipotética do que solucionar a dor crônica de uma mulher, no presente. O Estado não se importa com a dor e a sexualidade femininas, a não ser nos casos em que convém controlá-las.

Ainda que eu veja discordâncias nos textos acadêmicos, defendo que o patriarcado existe. Sinto-o na minha própria pele diariamente e, se meu texto não te convencer sobre isso, pesquise sobre endometriose. De preferência, ouça as mulheres que vivem com ela.

E, no entanto, não se resume tudo ao fato de que este é um mundo de homens? [...] Nascer mulher é a minha terrível tragédia. Desde o momento da minha concepção, eu estava fadada a desenvolver seios e ovários em vez de pênis e escroto; a ter todo o meu círculo de ação, pensamento e sentimento rigidamente circunscrito pela minha inescapável feminilidade. Sim, meu desejo incontrolável de me misturar com operários de construção, marinheiros e soldados, frequentadores de bares — de fazer parte da cena, anônima, ouvindo, gravando — tudo é arruinado pelo fato de eu ser uma garota, uma mulher, sempre em perigo de agressão e violência. Meu profundo interesse pelos homens e suas vidas é frequentemente interpretado erroneamente como um desejo de seduzi-los ou como um convite à intimidade. No entanto, meu Deus, como eu quero conversar com todas as pessoas que eu puder, da forma mais profunda possível. Quero poder dormir em um campo aberto, viajar para o oeste, caminhar livremente à noite...

– Sylvia Plath (1951)

RESUMO

Resumo: Neste trabalho, realizo uma análise da violência sexual relacionada ao conflito armado colombiano a partir do conceito do *continuum* da violência e de teóricas que se debruçam sobre o estudo do patriarcado. Adoto a hipótese de que a violência sexual, utilizada por todos os grupos armados ao longo do conflito, não se encerra com o Acordo de Paz de 2016, firmado entre o governo colombiano e as FARC-EP, pois está inserida em um *continuum* de violência sustentado por estruturas patriarcais sustentadas pelo Estado. Inicialmente, desenvolvo uma revisão teórica sobre acordos de paz, patriarcado e violência sexual, com base em autoras feministas que compreendem a violência de gênero como um fenômeno estrutural e contínuo. Em seguida, apresento uma contextualização histórica do conflito colombiano, destacando seus principais atores, dinâmicas e impactos sobre a população civil. Por fim, analiso a implementação do Acordo de Paz sob a perspectiva de gênero e investigo os padrões de violência sexual no período posterior ao acordo e durante o conflito, com base em dados empíricos e relatórios de organizações internacionais. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos, o Acordo é insuficiente para erradicar a violência sexual, uma vez que não rompe com as bases estruturais do patriarcado que sustentam o *continuum* da violência.

Palavras-chave: Guerra civil; Colômbia; Acordo de Paz; violência sexual; patriarcado; *continuum* da violência.

ABSTRACT

Abstract: This study analyzes sexual violence related to the Colombian armed conflict through the lens of the *continuum* of violence theory and feminist scholarship on patriarchy. It adopts the hypothesis that sexual violence, employed by all armed groups throughout the conflict, did not end with the 2016 Peace Agreement between the Colombian government and the FARC-EP, as it is embedded within a continuum of violence sustained by patriarchal structures upheld by the state. Initially, a theoretical review is developed on peace agreements, patriarchy, and sexual violence, drawing on feminist authors who conceptualize gender-based violence as a structural and continuous phenomenon. Subsequently, a historical contextualization of the Colombian conflict is presented, highlighting its main actors, dynamics, and impacts on the civilian population. Finally, the study analyzes the implementation of the Peace Agreement from a gender perspective and examines patterns of sexual violence both during and after the conflict, based on empirical data and reports from international organizations. It concludes that, despite normative advances, the Agreement is insufficient to eradicate sexual violence, as it fails to dismantle the structural foundations of patriarchy that sustain the *continuum* of violence.

Keywords: Civil war; Colombia; Peace Agreement; sexual violence; patriarchy; *continuum* of violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CISIVI	Comissão de Acompanhamento, Promoção e Verificação da Implementação do Acordo
CNMH	Centro Nacional de Memória Histórica
ELN	Exército de Libertação Nacional
EPL	Exército Popular de Libertação
EUA	Estados Unidos da América
FARC-EP	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular
JEP	Jurisdição Especial para a Paz
LASO	<i>Latin American Security Operation</i>
M-19	Movimento 19 de Abril
MAS	<i>Muerte a Secuestradores</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Colombiano
PDET	Programas de Desenvolvimento com Enfoque Territorial
PMI	<i>Plan Marco de Implementación</i>
PNIS	Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos de Uso Ilícito
RRI	Reforma Rural Integral
TPI	Tribunal Penal Internacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Político da Colômbia.....	12
Figura 2 - Conflito Colombiano.....	47
Figura 3 - Grupos Paramilitares Desmobilizados.....	68
Figura 4 - Estruturas Paramilitares em Operação.....	69
Figura 5 - Centro Nacional de Memória Histórica.....	72
Figura 6 - Dados sobre violência sexual (1900-2016).....	73
Figura 7 - Perfil de Vítimas (1900-2016).....	74
Figura 8 - Dados sobre violência sexual (2016-2025).....	75
Figura 9 - Perfil de Vítimas (2016-2025).....	76
Figura 10 - Gráfico sobre Violência Sexual após Acordo de Paz (2017-2021).....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Acordo de Paz em Síntese.....	65
Tabela 2 - Violência Sexual e de Gênero.....	84

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. PAZ, PATRIARCADO E VIOLÊNCIA SEXUAL.....	17
2.1. Acordos de Paz: breve exposição sobre a etapa de Implementação.....	17
2.2. Acordos de Paz: desafios para a implementação e as pautas de gênero.....	19
2.3. Patriarcado, dominação sexual e o Estado.....	22
2.4. Violência sexual em conflitos armados e o <i>continuum</i> da violência.....	28
3. O CONFLITO ARMADO COLOMBIANO.....	35
3.1. O conflito armado colombiano: origem, atores e regiões.....	37
3.2. A Negociação da Paz.....	47
4. O ACORDO DE PAZ, A PERSPECTIVA DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA SEXUAL NA COLÔMBIA.....	53
4.1. O Acordo de Paz da Colômbia: adotando lentes de gênero.....	53
4.2. Análise da Violência Sexual: grupos armados, regiões e vítimas na Colômbia.....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
6. REFERÊNCIAS.....	87

1. Introdução

FIGURA 1 - Mapa Político da Colômbia



Fonte: Guia Geográfico, 2026.

O conflito armado colombiano irrompe no contexto da ordem bipolar do sistema internacional durante a Guerra Fria, em que o estopim da Revolução Cubana estimulou, na década de 1960, o surgimento de guerrilhas na Colômbia orientadas por ideais comunistas.

Nesse cenário, o conflito deixou de ser considerado como uma questão estritamente interna de segurança nacional, e passa a ser incorporado à lógica estadunidense de contenção do comunismo. A interferência dos Estados Unidos resulta na intensificação de ações militares repressivas, especialmente a partir da década de 1980, período marcado pela expansão dos cartéis e pelo agravamento da violência associada ao conflito. A partir disso, a estratégia dos Estados Unidos passou a articular o combate às guerrilhas com o plano antinarcóticos, e a assistência técnico-militar destinada à Colômbia contribuiu para a modernização das Forças Armadas e para o enfraquecimento militar das guerrilhas, em especial das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército do Povo (FARC-EP) (Taquece; Mercadante, 2020).

A violência decorrente do conflito colombiano parte dos enfrentamentos entre diferentes grupos armados: guerrilhas, grupos paramilitares, organizações de narcotráfico e forças governamentais, que interagem entre si em regiões, temporalidades e características distintas. O surgimento das FARC-EP se relaciona à exclusão política e à violência oriunda da disputa bipartidarista no país entre os setores conservadores e liberais, em que o Exército Nacional empreendia ofensivas contra as denominadas “Repúblicas Independentes”, formadas por camponeses deslocados de suas terras que se organizaram em movimentos de resistência campesina. Em resposta à ascensão das guerrilhas, surge o paramilitarismo que atuava em diversos momentos com forças militares estatais e com o narcotráfico no combate aos insurgentes - relação denominada narcoparamilitarismo. O narcotráfico desempenha papel central no financiamento da expansão das guerrilhas, sendo um elemento fundamental para o conflito ao prover recursos econômicos a todos os atores envolvidos (Taquece; Mercadante, 2020).

Sabe-se que o conflito armado gerou consequências devastadoras para toda a sociedade colombiana, especialmente para a população civil, com impactos desproporcionais para pessoas racializadas e em situações de vulnerabilidade sociopolítica que habitam as zonas rurais do país. Isso ocorre porque a questão central para os atores do conflito armado envolve problemas relacionados à disputa por territórios, e os ataques destinados à população costumam buscar domínio social e territorial sobre as comunidades invadidas. Assim, nota-se o uso sistemático da violência para atingir estes fins por meio de sequestros, massacres, violência sexual e deslocamento forçado. Estima-se que até o ano de 2022, 50.777 pessoas foram sequestradas, 121.768 foram desaparecidas, 450.664 foram assassinadas e 7.7 milhões de colombianos foram deslocados à força pelo conflito. O grupo armado mais violento do conflito são os grupos paramilitares, responsáveis por 45% dos assassinatos, e as vítimas do conflito são 90% civis (Comissão da Verdade, 2022).

O *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera* (doravante Acordo de Paz) firmado entre o governo da Colômbia e as FARC-EP no ano de 2016 representa o consenso e o anseio de se finalizar, de maneira definitiva, o conflito armado interno extremamente violento que se estendeu por mais de meio século no país. O principal objetivo do Acordo é exposto em suas linhas introdutórias: *no queremos que haya una víctima más en Colombia*. Trata-se de uma frase curta, mas que demonstra em síntese a urgência de se encerrar a constante de sofrimento e a continuidade de traumas geracionais reproduzidos em meio a ciclos históricos de violência generalizada. Os Estudos para a Paz demonstram que apenas encerrar o conflito formalmente não é suficiente para recuperar uma sociedade marcada por anos de violência generalizada. Por isso, o Acordo busca simbolizar um marco de início a uma fase de maior integração territorial, social e de fortalecimento das minorias - incluindo as mulheres - unificando os esforços para ordenar a criação de uma paz estável e duradoura na Colômbia.

Entre as formas de violência geradas pelo conflito, há um tipo que atinge as mulheres desproporcionalmente: a violência sexual. Este tipo de violência foi utilizada de forma deliberada na Colômbia por todos os atores envolvidos, atingindo com maior intensidade as mulheres habitantes de áreas rurais, onde se concentram mulheres indígenas, afro-colombianas e ciganas. Segundo dados do Observatório Colombiano das Mulheres, entre os anos de 2007 e 2018, as taxas de vitimização de homicídio entre homens e mulheres foram semelhantes, porém, as mulheres foram mais propensas a sofrerem de crimes relacionados à violação da integridade sexual, totalizando cerca de 92% destes casos (García, 2024). Grupos de mulheres marginalizadas são mais atingidos porque estão particularmente mais expostos à pobreza, deslocamento forçado, violações de direitos coletivos e violência estrutural. De acordo com denúncias da Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC), até mesmo esforços que deveriam resultar no aumento da proteção desta classe surtem efeitos opostos: o aumento de presenças militares para “proteger” e monitorar projetos de paz em territórios indígenas intensifica os níveis de violência do conflito, repercutindo ainda mais violência em meninas indígenas, que passam a ser vítimas do aumento de taxas de prostituição, de gravidez “não desejada” - por serem menores de idade, gravidez resultante de violência sexual - e de infecções sexualmente transmissíveis (Bouvier, 2016).

Dada a maior vulnerabilidade das mulheres perante à violência sexual no contexto colombiano, faz-se necessária a criação de soluções específicas para solucionar este tipo de violência. A problemática da violência sexual foi abordada no Acordo, que estabeleceu a necessidade de punir os agressores em uma instância jurídica específica para o tema e não

anistiá-los na justiça de transição. Isso fez com que esperanças fossem criadas em relação aos avanços para uma paz possível para as mulheres e as vítimas de violação sexual relacionada ao conflito. Ainda assim, a violência sexual relacionada ao conflito não se encerrou, e algumas medidas ordenadas pelo Acordo para encerrar a violência de gênero apresentam avanços tímidos, lentos e insuficientes para alterar o cenário violento do país (Alvarez et al, 2024). Nesse sentido, o problema de pesquisa que proponho é: por que a violência sexual não se encerra após o Acordo de Paz?

A hipótese levantada é de que o Acordo de Paz é insuficiente para solucionar a questão porque é incapaz de romper o *continuum* da violência sexual que atravessa mulheres e se intensifica nos contextos de conflitos. Por isso, a violência sexual permanece como uma sombra inescapável que acompanha as mulheres colombianas mesmo nos tempos de “paz”. Meu referencial teórico que sustenta a argumentação se baseia na teoria do *continuum* da violência de Liz Kelly (1988) que também é abordada por Cynthia Cockburn (2009) e Sara Meger (2021). Essas teorias partem do pressuposto de que a violência sexual parte de uma violência contínua, ininterrupta, sustentada pelo patriarcado e que exige transformações radicais para ser quebrada, mas Kelly demonstra como ela afeta mulheres de uma forma contínua com o foco na violência sexual e na sua vivência cotidiana pelas mulheres, e Cockburn e Meger expandem essa visão para o contexto de conflitos armados e processos de paz. As autoras cujas obras são seminais para identificar e compreender o patriarcado são Gerda Lerner (2019), Carole Pateman (2024), Sylvia Walby (1990) e Catharine A. MacKinnon (1989).

Quanto ao método, será realizado um estudo de caso interpretativo (Vennesson, 2008), em que, informado pelas literaturas acima citadas, explora-se a implementação do Acordo de Paz, particularmente em sua dimensão de gênero. Com relação aos dados, utiliza-se fontes bibliográficas e documentais que demonstram e quantificam os índices de violência sexual relacionados ao conflito a partir de 1960. Tais dados serão retirados de quadros do site oficial do Observatório de Memória e Conflito, vinculado ao Centro Nacional de Memória Histórica. O Observatório dispõe quadros de visualização elaborados pelo Power BI que organizam as estatísticas relativas à violência do conflito e os quadros são separados por temáticas, como: ações bélicas, assassinatos seletivos, ataques à população, ataques terroristas, danos à propriedade civil, desaparecimentos forçados, massacres, minas antipessoal, dispositivos explosivos improvisados e munições não detonadas, recrutamento e uso de crianças e adolescentes, sequestro e violência sexual. Quanto ao último, as informações contidas apresentam um detalhamento por ano e lugares das ocorrências, tipo de vítima (separado por

gênero, idade, etnia) e quais áreas possuem índices mais elevados. Por meio deste mapeamento, será possível demonstrar empiricamente quem são as pessoas mais afetadas pela violência sexual relacionada ao conflito, analisando os dados a partir das teorias que utilizarei como referencial teórico.

Além da consulta aos dados estatísticos, o livro *La guerra inscrita en el cuerpo: informe nacional sobre violencia sexual en el conflicto armado* do Centro Nacional de Memória Histórica (CNMH) (2017) traz testemunhos de sobreviventes da violência sexual relacionada ao conflito, com relatos úteis e sensíveis de mulheres que viveram o trauma com sua própria pele. São utilizadas, também, fontes secundárias como artigos científicos, notícias, análises emitidas por órgãos públicos, Organizações não Governamentais (ONGs) e Organizações Internacionais que monitoram os Direitos Humanos na região - como a Ruta Pacífica de Las Mujeres, a Human Rights Watch e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos - e relatos de entidades locais que vivenciam os efeitos do conflito e publicam suas opiniões em entrevistas públicas. A imprensa possui um papel relevante para a obtenção de informações recentes acerca do conflito e seus desdobramentos, uma vez que a violência sexual é um tipo de violação subnotificada e apenas os dados quantitativos não são suficientes para gerar um panorama completo da violência sexual na Colômbia.

A estrutura textual se divide da seguinte maneira: após esta introdução, o segundo capítulo do trabalho inicia com uma breve exposição acerca dos desafios da fase de implementação de Acordos de Paz, especialmente no que diz respeito aos tópicos relacionados à desigualdade de gênero. Em seguida, apresento uma discussão teórica que se debruça sobre o conceito de patriarcado, necessária para a próxima etapa, em que exponho as teorias que versam sobre violência sexual, conflitos armados e o *continuum* da violência contra as mulheres. O terceiro capítulo é voltado para uma exposição histórica do conflito, apresentando o surgimento dos grupos armados envolvidos, como eles interagem e a dinâmica da interferência política e militar estadunidense, assim como as etapas até a assinatura do Acordo de Paz, em 2016. O quarto capítulo inicia pela exposição em síntese do Acordo de Paz, seus tópicos referentes à violência de gênero e de informações sobre sua implementação, e a segunda seção é composta pela coleta e análise de dados da violência sexual relacionada ao conflito armado, com base no referencial teórico exposto no segundo capítulo.

2. Paz, Patriarcado e Violência Sexual

2.1. Acordos de Paz: breve exposição sobre a etapa de Implementação

Downs e Stedman (2002) apontam que a literatura sobre a etapa de negociação de acordos de paz para encerrar guerras civis é muito mais vasta em comparação com a literatura dedicada aos estudos sobre a etapa de implementação. O principal motivo por trás dessa lacuna, segundo os autores, é que o campo não possui um ambiente favorável para condução de pesquisas de avaliação, com poucos casos disponíveis para estudo e as medidas de variáveis importantes (como capacidades militares ou objetivos políticos) costumam ser pouco confiáveis. Há também estratégias de implementação e variáveis condicionais que variam a depender do caso analisado, o que dificulta uma avaliação unificada, ou casos em que parâmetros semelhantes para implementação costumam ser aplicados em contextos de conflitos armados muito distintos, o que também constrói condições inadequadas para a teorização.

Nesse sentido, segundo os autores, inexistente um consenso sobre qual a melhor forma de se mensurar a qualidade da etapa de implementação na literatura. Por isso, eles propõem duas variáveis como critério para analisar o sucesso de implementação da paz: primeiro, se a violência em larga-escala foi finalizada enquanto os idealizadores da implementação estão presentes em uma missão, e em segundo lugar, se a guerra foi finalizada de forma que os *peacekeepers* possam retornar para casa sem receio de que haja uma reincidência do conflito. Outra contribuição relevante é a escala de dificuldade para a implementação da paz, que se baseia em oito variáveis principais: (i) número de partes conflitantes; (ii) ausência de um acordo de paz antes de intervenções ou de um acordo imposto; (iii) a probabilidade de *spoilers*; (iv) se a estrutura estatal está em ruínas; (v) o número de soldados; (vi) a disponibilidade de recursos naturais; (vii) a presença de vizinhanças hostis (estados ou redes) e (viii) demandas de secessão. Dado o exposto, quanto mais esses indicadores estiverem presentes em um conflito, mais difícil é a implementação da paz (Downs; Stedman, 2002).

Rettberg e Dupont (2023) apontam que a problemática central na etapa de implementação dos Acordos de Paz é o desafio de transformar as “palavras em ações” de forma que o texto do Acordo não seja uma carta inflexível: deve haver espaço para redefinição dos termos do acordo e não uma interpretação estrita deste, pois apenas reproduzir as disposições de forma literal e técnica pode conduzir a uma perpetuação das circunstâncias polarizadas dos tempos de conflito. Nesse sentido, para os autores, um processo de

implementação bem-sucedido deve ser um “processo flexível de criação e recriação de maturidade para que coligações amplas em cada uma das principais partes continuem a favorecer estratégias não militares” (Lyons, 2016, p. 73 *apud* Rettberg; Dupont, 2023).

Há uma gama de fatores que influenciam a fase de implementação. No âmbito da política e das instituições, o primeiro dos fatores elencados são a reforma política, pois há evidências na literatura de que níveis maiores de democratização após os acordos para a paz reduzem as chances de reincidência de guerras civis. Outro fator relevante é a reforma institucional, que deve ser focada na prevenção da violência organizada, pois instituições sólidas são fundamentais para promover mudanças estatais em direção à paz sustentável, e atores externos como as organizações internacionais podem ser aliados úteis para as mudanças institucionais domésticas (Rettberg; Dupont, 2023).

Os autores concebem a etapa de implementação como um processo composto por múltiplos estágios temporais, tanto de curto quanto de longo prazo; níveis, que se estendem do local ao internacional, e dimensões distintas, que podem incluir a política, justiça, economia e cultura. Tais estágios devem ser incluídos concomitantemente no processo de implementação, pois eles exercem impactos mútuos e influenciam no desenvolvimento dos demais (Rettberg; Dupont, 2023).

Com relação à literatura sobre o Acordo de Paz colombiano, algumas obras se destacam. Ramsbotham (2022) realizou três estudos de caso sobre a implementação de acordos de paz na Etiópia, Afeganistão e Colômbia, apontando os eixos centrais sobre os quais cada processo de pacificação é construído, e suas principais fragilidades. Ao dissertar sobre o processo de implementação do acordo colombiano, ele demonstra que este é dificultado devido à capacidade estatal fragilizada para conduzir reformas institucionais, fator que impossibilita a execução de políticas e reformas especialmente a nível local e regional. Outra fragilidade apontada é que o acordo colombiano não impõe uma reforma sistemática da segurança e das forças armadas, e não consegue promover um cenário de segurança para representantes políticos e líderes sociais, que costumam ser alvo de perseguição. Além disso, a insegurança nas fronteiras, o narcotráfico e o crime organizado fazem com que o Acordo possua pouca credibilidade entre os moradores locais (Ramsbotham, 2022).

Uma medida central para o processo de pacificação colombiano foi a transformação das FARC em um partido político não-violento, fato que possibilitou avanços, como a conquista do cessar-fogo bilateral entre as FARC e o governo, o desarmamento absoluto das FARC e sua transformação em um partido democrático apto para participar dos processos eleitorais na Colômbia. Porém, na prática, nota-se dificuldades para inclusão das FARC no

processo de implementação do Acordo, principalmente após a troca de governo ocorrida em 2018, que intensificou o discurso da propaganda anti-terror de que as FARC são a causa do conflito na Colômbia, e ao ser difundido, esse discurso sustenta e intensifica um cenário pré-existente de estigma e perseguição (Ramsbotham, 2022).

Durante a etapa de implementação de Acordos de Paz, o monitoramento faz-se necessário para acompanhar o desenvolvimento prático das mudanças em direção à construção da paz. O acordo colombiano ordena uma série complexa de mecanismos para o monitoramento de sua implementação, com a criação da Comissão para o Acompanhamento, Promoção e Verificação da Implementação do Acordo de Paz (ao qual se refere pela sigla CSIVI em relatórios) para auxiliar na resolução de conflitos entre os interesses das FARC e do governo, monitorar o cumprimento e gerar relatórios periódicos avaliando o andamento do processo de implementação. Outra instituição central para a etapa de implementação com responsabilidades atribuídas pelo Acordo é o Instituto Kroc da Universidade de Notre Dame, responsável pelo monitoramento do processo por meio do *Peace Accords Matrix (PAM) Barometer Initiative*. O barômetro do PAM publica relatórios com análises do processo de implementação apontando tanto os avanços quanto às falhas nos períodos analisados, com ênfase em compromissos de gênero, meio ambiente e comunidades étnicas, que se afetam de forma transversalizada (Ramsbotham, 2022).

Analiso, em seguida, a relação dificultosa entre implementação da paz e os obstáculos de se incluir com efetividade os tópicos de gênero.

2.2. Acordos de Paz: desafios para a implementação e as pautas de gênero

Reconstruir uma sociedade após um conflito armado é uma tarefa que exige alteração de condições estruturais que interferem e alimentam o conflito, para diminuir as chances de reincidência do cenário de violência. Adicionar abordagens de gênero no processo de *peacebuilding* é uma forma de reduzir a probabilidade de conflitos recorrentes, e o período de implementação da paz é uma oportunidade para se construir instituições e políticas novas que sejam mais eficientes para o crescimento econômico e uma paz duradoura. Instituições fortes podem incorporar perspectivas de gênero no período de reconstrução das estruturas sociais que, na maioria dos casos, são destruídas ou severamente enfraquecidas em guerras civis (Gizelis; Pierre, 2013). Porém, na prática, há diversos desafios impostos por assimetrias de gênero que impedem avanços nesse sentido, que serão expostos nesta seção.

Krause e Olsson (2022) investigam a presença de mulheres nos processos de pacificação, e afirmam que acordos de paz com signatárias mulheres incluem mais disposições relacionadas à desigualdade social, e possuem taxas maiores de implementação destes tópicos do que acordos que não contam com a participação de mulheres: consequentemente, a inclusão de mulheres no processo influencia na qualidade da paz que se almeja construir, e também na durabilidade da paz. As autoras destacam a necessidade de se pensar a participação feminina em todos os estágios da construção da paz - desde a pré-negociação, a negociação, a formulação do acordo de paz, também chamada de barganha, à implementação - uma vez que cada etapa possui suas próprias complexidades técnicas e exige manejos específicos, mas os esforços internacionais para incluir a participação das mulheres generalizam o processo e o unificam, sem reconhecer as diferenças entre cada etapa. Além disso, sabe-se que o processo de negociação de acordos de paz não é linear e diversas rodadas de negociação ocorrem ao longo do tempo, o que faz com que as mulheres possam tanto ganhar quanto perder acesso às negociações em conflitos prolongados, pois cenários políticos podem se alterar com frequência.

Enquanto a etapa de negociação do acordo de paz é relevante para desenhar o esboço das reformas institucionais, necessária para os avanços pertinentes ao empoderamento das mulheres e à construção da paz pois origina o acordo e o materializa, as etapas de implementação e de *peacebuilding* são cruciais para a verdadeira transformação social, e a inclusão de mulheres nessas etapas é indispensável para uma paz duradoura. Ressalta-se essa diferenciação porque, mesmo com a participação das mulheres nas etapas iniciais e na formulação do acordo com um texto que ressalta a necessidade de se encerrar a violência de gênero, poucas mudanças práticas ocorrem. O caso da Colômbia exemplifica este argumento ao incluir as vítimas de violência na formulação do Acordo e tentar trazer um enfoque na abordagem de gênero, mas quando se analisa a implementação, os tópicos que não são focados em gênero avançam com muito mais velocidade e sucesso do que as disposições de gênero (Krause, Olsson, 2022).

Bramble e Paffenholz (2020) conduzem estudos sobre a inclusão de atores da sociedade civil na etapa de implementação de acordos de paz, e investigam se a inclusão resulta automaticamente em desdobramentos mais inclusivos, ou se existem obstáculos mais profundos neste processo. Os autores demonstram que, na prática, apenas aumentar numericamente a inclusão não é uma prática que resulta em uma inclusão efetiva, uma vez que a inclusão por meio de maior representatividade em processos de tomada de decisão não é convertida em capacidade de influência, e os atores dominantes normalmente exercem

controle nesses locais para manter seu poder. Este processo é notável no caso colombiano, em que as mulheres foram participantes nas etapas de negociação, mas no processo de implementação a violência e o silenciamento permanecem atingindo desproporcionalmente as mulheres, porque suas pautas não são consideradas válidas.

Jenkins e Goetz (2010) analisam a adoção da temática de violência sexual relacionada aos conflitos nos processos de negociação da paz mediados internacionalmente, e defendem a necessidade de se abordar a questão para que seja alcançada uma paz duradoura. Segundo a revisão feita pelos autores, há uma ausência significativa da problemática citada nos acordos de paz, até mesmo em casos nos quais a violência sexual foi a dimensão da violência mais utilizada pelas partes durante o conflito, por isso, os autores buscam compreender o que conduz os processos de pacificação a ocultarem essa face da violência que, por não ser considerada, tende a perdurar mesmo em períodos supostamente pacíficos, posteriores ao fim do conflito, e percebem que há uma noção socialmente aceita de que a violência sexual é algo inevitável, e que os esforços para encerrá-la são desnecessários. Há uma banalização das pautas consideradas “femininas”, mesmo que a violência sexual não impacte apenas na vida de mulheres.

Percebe-se, desta maneira, que a participação de mulheres em acordos de paz pode ser uma fachada meramente adicionada para trazer maior legitimidade no processo, pois, na prática, é preciso que haja interesse de atores influentes para que as mudanças sejam implementadas nas etapas finais. Além disso, outra dificuldade encontrada é a prioridade que algumas cláusulas de acordos de paz recebem em detrimento de outras, pois as mudanças relativas à segurança recebem mais atenção e recursos das partes do conflito do que transformações de caráter social, o que contribui para perpetuar a lentidão da implementação de tópicos de gênero (Krause, Olsson, 2022). Nesse sentido, não basta apenas adicioná-las em etapas iniciais se não se prioriza o gênero enquanto parte indispensável à construção da paz, tão importante quanto segurança, desarmamento e economia, pois todas essas esferas são atravessadas pela violência de gênero.

Considerando que o gênero constitui uma dimensão central aos processos de pacificação por estar intrinsecamente atravessado por níveis estruturais de violência, impõe-se a necessidade de examinar a principal estrutura que sustenta a hierarquia de gênero, de acordo com meu referencial teórico: o patriarcado. Na seção seguinte, desenvolvo uma análise do patriarcado e relaciono-o com a violência sexual, seja cometida em conflitos armados ou em contextos cotidianos de tempos considerados pacíficos.

2.3. Patriarcado, dominação sexual e o Estado

O conceito central para o referencial teórico deste trabalho é o patriarcado, estrutura social cuja história de surgimento é analisada por Gerda Lerner em *A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens* (2019). Segundo Lerner, o patriarcado é um sistema construído historicamente por meio de um processo lento e gradual, que se inicia com a transformação das mulheres na primeira classe social subordinada da história; a partir da subordinação feminina primária, todas outras formas de dominação foram desenvolvidas, como a escravidão, a desigualdade entre classes e o Estado. Nesse sentido, a subordinação das mulheres pelos homens não se trata de um processo natural e inevitável por motivações biológicas ou psíquicas, mas sim de uma construção social e histórica, que emerge de dois processos principais: o primeiro processo é centrado nas relações patriarcais de parentesco, baseadas no controle da sexualidade feminina (considerada, por Lerner, a primeira manifestação histórica do que compreende-se como propriedade privada), no casamento monogâmico (a transferência das mulheres como propriedades, uma vez que elas eram moedas de troca) e na obrigação das mulheres fazerem apenas o trabalho doméstico. O primeiro processo pode ser notado aproximadamente entre os anos de 3000 a 2500 a.C. (Lerner, 2019).

O segundo processo central para o surgimento do patriarcado é sua consolidação, que ocorre por meio da institucionalização em sociedades no Antigo Oriente Próximo, entre os anos 2000 a 600 a.C. Neste cenário, as mulheres foram utilizadas como capital para trocas em relações políticas e diplomáticas, e sua subordinação foi institucionalizada por meio das leis, sendo estas um pilar central para o funcionamento do Estado, sustentado por jurisdições como o Código de Hamurabi e por instituições como a religião, os mitos e a ideologia, que reforçam a ordem patriarcal ao demonizar a sexualidade feminina e louvar divindade masculinas. A sexualidade feminina passa a ser dividida em uma dicotomia entre mulheres com “honra” e mulheres desonradas, criando uma lógica binária de pureza/ impureza sobre a mulher que baseia religiões abraâmicas - cristianismo, judaísmo e islamismo. Ou seja: antes de existir divisões entre classes econômicas, o patriarcado estabelece uma hierarquia dentro da categoria mulher. A sexualidade da mulher com honra (protegida por um homem, seja o pai ou o marido) deve ser guardada, ela possui valor, enquanto as mulheres desonradas podem ser violadas - são chamadas de desonradas porque não possuem a honra sexual que vem do homem (Lerner, 2019). As leis sobre o estupro no Código de Hamurabi compõem um exemplo histórico do controle da sexualidade das mulheres a nível extremo:

Todas as várias leis contra o estupro incorporavam o princípio de que a parte lesada era o marido ou o pai da mulher estuprada. A vítima tinha a obrigação de provar que havia resistido ao estupro lutando ou gritando; porém, se o estupro fosse cometido no campo ou em um local isolado, a culpa do estuprador era aceita como verdade, uma vez que os gritos da mulher não teriam sido ouvidos. A Lei de Hamurabi pune o incesto mãe-filho com a morte para ambos (CH § 157), mas pune apenas com o banimento da cidade o pai que estupra a filha (CH § 154). O pai que estuprou a jovem noiva do filho antes da consumação do casamento é multado. Mas, se um sogro estuprar a esposa do filho após o casamento ter sido consumado, ele é tratado como adúltero e condenado à morte (CH §155-156) (Lerner, 2019, p. 155).

Segundo Lerner (2019), o controle da sexualidade feminina compõe a base da estrutura patriarcal. Neste ínterim, não se pode falar sobre patriarcado sem apontar a centralidade que a sexualidade possui para o funcionamento desse sistema. Catharine A. MacKinnon compreende o patriarcado como um sistema político que se baseia dominação sexual masculina, e expõe na obra *Toward a Feminist Theory of the State* (1989) uma definição da sexualidade por um viés feminista:

Na perspectiva feminista, a sexualidade não é uma esfera discreta de interação, sentimento, sensação ou comportamento na qual divisões sociais preexistentes podem ou não se manifestar. É uma dimensão onipresente da vida social, que permeia o todo, uma dimensão na qual o gênero se manifesta e através da qual o gênero é socialmente constituído; é uma dimensão na qual outras divisões sociais, como raça e classe, se manifestam parcialmente. A dominação erotizada define os imperativos de sua masculinidade, a submissão erotizada define sua feminilidade. Tantas características distintivas da condição de segunda classe da mulher — a restrição, a coerção e a contorção, a servilidade e a exibição, a automutilação e a apresentação obrigatória de si como algo belo, a passividade imposta, a humilhação — são incorporadas ao conteúdo do sexo para as mulheres. Ser um objeto para uso sexual é fundamental para isso (MacKinnon, 1989, p. 130, tradução nossa).

Segundo MacKinnon, não se pode falar de patriarcado sem compreender que a sexualidade está para além de uma questão biológica, ela é a justificativa que os homens encontram para exercer sua dominação, de reforçar uma hierarquia de gênero¹ favorável à manutenção do poder masculino. O poder masculino seria qualquer forma social daquilo que os homens, enquanto gênero, desejam e idealizam de maneira sexual. A dinâmica patriarcal

¹ Segundo a autora, “O gênero é um sistema social que divide o poder. É, portanto, um sistema político. Ou seja, ao longo do tempo, as mulheres foram exploradas economicamente, relegadas à escravidão doméstica, forçadas à maternidade, objetificadas sexualmente, abusadas fisicamente, usadas em entretenimento degradante, privadas de voz e cultura autêntica, marginalizadas e excluídas da vida pública. As mulheres, em contraste com homens em situações semelhantes, foram sistematicamente submetidas à insegurança física; alvo de degradação e violência sexual; despersonalizadas e denegridas; privadas de respeito, credibilidade e recursos; e silenciadas – e privadas de presença pública, voz e representação de seus interesses. Os homens, enquanto homens, geralmente não sofreram essas agressões; isto é, os homens precisaram ser negros ou gays (por exemplo) para sofrerem essas agressões enquanto homens” (MacKinnon, 1989, p. 160, tradução nossa).

transforma a sexualidade em heterossexualidade; constrói a masculinidade como sinônimo de dominância e, por consequência, a feminilidade como submissão. Assim, o que se compreende como "mulher" é uma categoria humana inferiorizada, objetificada² e que se define pelo que o desejo masculino exige para excitação e satisfação. A autora acrescenta que, em sociedades patriarcais capitalistas, a riqueza também é parte da hierarquia de gênero: ser homem significa possuí-la, e ser mulher implica em sua ausência. Nesse contexto, o Estado liberal não é uma instituição neutra e autônoma, mas sim a forma institucional do patriarcado. O Estado é a instituição que produz, reproduz e legitima a hierarquia entre os gêneros:

O Estado é masculino para a abordagem feminista: a lei vê e trata mulheres da mesma forma com que homens veem e tratam mulheres. O Estado liberal constitui, de forma coercitiva e autoritária, a ordem social em benefício dos homens enquanto gênero, por meio de suas normas legitimadoras, formas, relação com a sociedade e políticas substantivas. As normas formais do Estado recapitulam o ponto de vista masculino no nível da concepção (MacKinnon, 1989, p. 162, tradução nossa).

Sendo o Estado uma instituição moldada a partir da perspectiva masculina, e como é o Estado que define o que é ou o que não é violência a partir deste viés, é inevitável que ele consolide a subordinação feminina. A forma incontornável que o Estado encontra para permitir a dominação sexual é por meio da lógica consolidada de separação da esfera pública e privada: o Estado defende que a sexualidade pertence à esfera privada e não à pública, permitindo que violações e cenários de desigualdade se perpetuem sem que ele aparente ser diretamente responsável por elas. Assim, seguindo a lógica que o capitalismo institucionaliza a exploração econômica, o Estado liberal institucionaliza a exploração sexual das mulheres, com um aparato jurídico, administrativo e político que não se interessa em atender aos interesses das mulheres. A definição do que é violência, o que é estupro, se ele existe em contextos conjugais ou não, todos os parâmetros que o Estado possui são baseados nas experiências masculinas, tornando-as universais (MacKinnon, 1989).

Na obra *O Contrato Sexual* (2024), Carole Pateman sustenta que a sexualidade ocupa um papel central na constituição do poder político masculino, ao formular sua teoria acerca da origem política do patriarcado moderno, fundamentada na noção de contrato sexual. A autora dirige uma crítica às teorias contratualistas clássicas, argumentando que elas ocultam a existência prévia de um contrato sexual ao elaborarem suas concepções sobre o contrato social. Segundo Pateman, tais teorias constroem uma narrativa sobre a formação do Estado

² “Ser objetificada sexualmente significa ter um significado social imposto ao seu ser que a define como um objeto de uso sexual, de acordo com os próprios desejos, e então usá-la dessa forma. Fazer isso é sexo, nesse sistema masculino” (MacKinnon, 1989, p. 140, tradução nossa).

vinculada à ideia de liberdade: ao renunciarem às liberdades naturais irrestritas e transferi-las ao Estado, os indivíduos instituíram a sociedade civil, passando a usufruir, ao menos em termos formais, de liberdade civil e de direitos políticos igualitários. Essa liberdade decorreria, ainda, da substituição da autoridade paterna (característica do estado de natureza) por uma forma de governo civil, implicando a superação do regime paternalista. Contudo, essa interpretação, que sustenta o término da ordem patriarcal com a instituição do contrato social, é desvelada por Pateman como uma construção ideológica falaciosa:

O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal - isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, segundo Adrienne Rich, de “lei do direito sexual masculino”. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (Pateman, 2024, p. 15).

Uma contribuição de Pateman relevante para a discussão sobre patriarcado é o argumento de que o patriarcado não necessita da estrutura familiar arcaica, regida por um patriarca que possui propriedades - incluindo esposa e as filhas - para existir. O patriarcado moderno não depende dessa configuração específica, pois se trata de uma estrutura política que não desaparece com o fim da autoridade paterna tradicional: ele se transforma em um patriarcado que opera de forma fraternal, na qual existe uma relação de fraternidade entre os homens para manutenção do poder sobre as mulheres. Os homens, antes de serem pais, se tornam maridos e as relações conjugais compõem uma das principais formas de se garantir a manutenção de posses familiares e o controle sexual e o acesso aos corpos femininos, necessários para satisfação masculina, reprodução e trabalho doméstico não-remunerado, que inclui cuidados considerados maternais (Pateman, 2024).

Para Pateman (2024), é por meio do contrato sexual que se origina o patriarcado moderno, a estrutura política que legitima o direito político masculino sobre as mulheres em todas as esferas, não apenas na esfera privada. Os contratualistas apenas consideram a esfera pública, e a esfera privada é por eles considerada politicamente irrelevante. É na esfera privada que se encontram as relações conjugais e familiares, onde estão as mulheres: por isso, o contrato social só se trata de uma história de liberdade se for oculta a sua dimensão sexual. Só existiu a criação da liberdade civil para os homens, pois só eles são indivíduos dotados de razão, capazes de possuírem propriedades, e que participaram ativamente da formulação do contrato sexual. A noção de que todos os homens nascem livres e são indivíduos não se aplica às mulheres nem no estado de natureza, nem na sociedade civil:

Mas as mulheres não nascem livres, elas não têm liberdade natural. [...] A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição. As mulheres não participam do contrato original através do qual os homens transformam sua liberdade natural na segurança da liberdade civil. As mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil (Pateman, 2024, p. 19).

Tendo em vista a forma política que o patriarcado moderno assume - o Estado - e a forma hegemônica que a estrutura assume nas sociedades ocidentais de acordo com as teóricas analisadas, pode-se questionar quais são os critérios para analisar se uma sociedade é patriarcal ou não, afinal, ao contrário do que afirmam os críticos do termo - que acusam-no de ser essencialista e a-histórico -, o patriarcado não é uma estrutura imutável: ele assume suas variações a depender do tempo e espaço, mas ainda mantém um certo padrão estável que pode ser observado mesmo em manifestações distintas e com interferências de marcadores sociais diversos, como raça e classe. A teórica responsável por elaborar critérios indispensáveis para pensarmos o patriarcado, nesse trabalho, é Sylvia Walby, autora de *Theorizing Patriarchy* (1990). De acordo com ela, a maioria das teorias sobre patriarcado se apoiam em relações causais baseadas em apenas uma base explicativa, e isso não é suficiente para compreender variações históricas e culturais, por isso sua teoria busca conjugar seis bases distintas para se compreender o patriarcado.

Walby (1990) ressalta a necessidade de se pensar o patriarcado como uma estrutura social, porque essa noção rejeita o que seria considerado um determinismo biológico e a noção generalista de que todo homem se encontra necessariamente em posição dominante e de que as mulheres são inescapavelmente destinadas à subordinação. Assim, a autora define o patriarcado como um sistema de estruturas e práticas sociais a partir das quais homens conseguem dominar, explorar e oprimir as mulheres, e o sistema patriarcal é composto por seis estruturas principais, necessárias à sua existência e modo de funcionamento: modo de produção patriarcal, trabalho doméstico, sexualidade, cultura, violência e o Estado; as combinações distintas entre essas estruturas demonstram as formas diversas que o patriarcado pode assumir em sociedades ocidentais, sem incorrer em análises que seriam consideradas essencialistas e desatentas às variações históricas e sociais. Essas estruturas são autônomas, mas se atingem mutuamente:

1. A primeira estrutura elencada por Walby são as relações patriarcais que se sustentam em âmbito doméstico, com o trabalho não remunerado das mulheres

sendo expropriado - em troca do próprio sustento - por seus companheiros que realizam trabalho remunerado;

2. Outra estrutura se refere ao âmbito econômico, ao trabalho assalariado: o patriarcado, quando permite o trabalho feminino, exclui as mulheres de empregos ligados à tomada de decisão, e relega as mulheres aos empregos menos qualificados, aos salários mais baixos;
3. A principal estrutura para o trabalho é: a violência masculina, que se manifesta de forma rotineira na vida das mulheres e cujos efeitos limitam e moldam as ações delas durante a vida. A violência masculina é sistematicamente tolerada e legitimada pela recusa do Estado em intervir contra ela, exceto em casos específicos, que são os casos em que o Estado se “posiciona” (assédio sexual, estupro).
4. A estrutura estatal possui notável relevância: o Estado é patriarcal, capitalista e racista, e seu viés busca tais interesses patriarcais em suas políticas e ações.
5. As relações patriarcais e a sexualidade são uma estrutura central para minha análise: por meio da heterossexualidade compulsória, da monogamia e o casamento, controla-se o corpo e a capacidade reprodutiva das mulheres;
6. Por fim, a cultura completa o conjunto dessas estruturas, que é composta por instituições que criam no imaginário coletivo a imagem do que é a mulher, como a mídia, a religião e a educação.

Walby (1990) distingue duas formas principais do patriarcado: a forma pública e a forma privada, que se diferem tanto devido às relações entre as estruturas quanto nos formatos institucionais que cada estrutura assume. O patriarcado privado é baseado na produção doméstica, com um marido ou pai que representa a figura dominante e que se beneficia da subordinação feminina em âmbito familiar, núcleo que se mantém com a exclusão ativa das mulheres da esfera pública - torna-se a experiência das mulheres algo privatizado, em benefício dos homens da casa. Já o patriarcado público é notável quando as mulheres possuem acesso tanto à esfera pública quanto à privada, sem serem formalmente excluídas nas instituições, mas ainda são subordinadas - não de forma individualizada, por um patriarca, mas de uma forma coletiva - e estão em desvantagem, sendo exploradas e subjugadas em todos os níveis institucionais das instituições que compõem. Em ambos os tipos patriarcais as seis estruturas estão presentes - não é porque o patriarcado é privado que a única estrutura presente é a produção doméstica -, mas interagem de maneira distinta (Walby, 1990).

Na transição do patriarcado do privado ao público, há um movimento que sai de uma dominação individualizada das mulheres para uma coletiva; há uma transformação na forma de funcionamento do patriarcado que, antes era exclusivo, em seguida, passa a incluir, mas a ser segregacionista e opressor:

Ao longo deste livro, acompanhei a transição do patriarcado privado para o público em cada uma das seis estruturas patriarcais. No âmbito do trabalho remunerado, houve uma mudança de uma estratégia excludente para uma segregacionista, que representou uma transição da tentativa de excluir as mulheres do trabalho remunerado para a aceitação de sua presença, porém confinando-as a empregos segregados e hierarquizados em níveis inferiores aos dos homens. No âmbito doméstico, houve uma redução no confinamento das mulheres a essa esfera ao longo da vida e uma mudança no principal foco de controle sobre a reprodução. As principais instituições culturais deixaram de excluir as mulheres, subordinando-as dentro delas. O controle sexual sobre as mulheres passou significativamente do controle específico do marido para uma esfera pública mais ampla; as mulheres não eram mais excluídas das relações sexuais na mesma medida, mas subordinadas a elas. A exclusão das mulheres do Estado foi substituída por sua subordinação dentro dele (Walby, 1990, p. 179, tradução nossa).

Nesse sentido, pode-se considerar que um Acordo de Paz conduzido por um estado de configuração patriarcal poderia ser efetivo o suficiente para encerrar a violência sexual resultante de um conflito armado? Apenas a inclusão das mulheres no Acordo de Paz é suficiente, se no decorrer dos processos de negociação elas são subordinadas? A violência sexual é resultante do conflito, ou seria um reflexo de uma sociedade que banaliza o livre acesso aos corpos das mulheres; uma sociedade que já as violenta sexualmente mesmo em tempos considerados pacíficos pode encerrar essa violência em tempos de guerra com um Acordo? É possível separar qual violência sexual é restrita ao conflito, se suas origens são estruturais? Seguirei com textos relevantes para alimentar essa discussão no próximo tópico.

2.4. Violência sexual em conflitos armados e o *continuum* da violência

Neste trabalho, defendo que a violência sexual relacionada aos conflitos armados é uma das manifestações da dominação sexual exercida por homens no patriarcado, uma vez que as mulheres constituem as maiores vítimas desse tipo de violência - que inclui o estupro, porém não se resume a ele - e quando não a sofrem de forma física, vivem com o medo de serem o próximo alvo a qualquer momento, mesmo em sociedades consideradas pacíficas. O livro de Brownmiller (1975) denominado *Against Our Will* é uma obra indispensável para compreender a relação indissociável entre patriarcado, violência sexual e dominação que se intensifica em contextos de guerras, mas que não é restrita aos contextos de conflito armados.

Existe uma noção equivocada e que foi comumente difundida no âmbito da segurança internacional de que a violência sexual é um evento aleatório, uma violência cometida em situações específicas nas quais os soldados agem de maneira oportunista, e que ela seria um subproduto inevitável gerado pelo caos da guerra e pela barbárie (Jenkins; Goetz, 2010).

Para Brownmiller, é preciso que haja uma politização do conceito de violência sexual de forma a considerá-la uma ferramenta sistemática de controle e opressão das mulheres, e não apenas uma violação dos corpos vitimizados movida por “desejo” sexual individual. Essa noção da aleatoriedade, como se os estupros cometidos em conflitos armados fossem tão inevitáveis como os danos causados por uma bomba que erra seu alvo, ou saques e incêndios que se alastram de maneira impessoal, é criticada pela autora:

O estupro é mais do que um sintoma de guerra ou evidência de seu excesso de violência. O estupro na guerra é um ato familiar, com uma desculpa familiar. A guerra fornece aos homens o pano de fundo psicológico perfeito para darem vazão ao seu desprezo pelas mulheres. A própria masculinidade das forças armadas — o poder bruto do armamento exclusivo de suas mãos, o vínculo espiritual dos homens em armas, a disciplina máscula das ordens dadas e obedecidas, a lógica simples do comando hierárquico — confirma para os homens o que eles há muito suspeitam: que as mulheres são periféricas, irrelevantes para o mundo que importa, espectadoras passivas da ação no centro do ringue (Brownmiller, 1975, p. 32, tradução nossa).

Essa familiaridade no ato de violação de corpos femininos apontada por Brownmiller (1975), como se socialmente ele já possuísse legitimidade antes mesmo do conflito surgir, é expressa na teoria do *continuum* da violência, criada por Liz Kelly (1988). A socióloga, em sua obra *Surviving Sexual Violence* (1988) percebe a violência sexual como um problema estrutural gerado pelo patriarcado, que parte de hierarquias de poder e não pode ser considerado um ato patologizante, apolítico. Kelly (1988) considera que, entre violências cotidianas vivenciados por mulheres, como assédio verbal, sexualização até a violência sexual extrema existe um mesmo elo, como em um espectro, que mantém os tipos de violência contra a mulher interligados em continuidade. A violência é parte da vivência cotidiana das mulheres, e a raiz deste problema é o patriarcado. A continuidade da violência existe porque ele a sustenta.

A teoria do continuum da violência é base para o trabalho desenvolvido por Cynthia Cockburn (2009) no âmbito de estudos de violência sexual em conflitos armados. Cockburn se debruça sobre o tema nos capítulos *The Continuum of Violence* (2009) e *The Continuum of Violence: A Gender Perspective on War and Peace* (2004), com contribuições feministas que analisam a intersecção entre guerra, paz e gênero, e dialoga com autores como Galtung e

Enloe. Para a autora, é equivocada a noção de que tempos de guerra e paz são opostos e que eles simplesmente se substituem a depender do período histórico analisado. Na realidade, o que Cockburn defende é que não há uma etapa de rompimento abrupta entre a guerra e o pós-guerra, e em alguns casos as etapas que sucedem um suposto “fim” são chamadas de interbellum, meras pausas antes que o cenário de batalhas seja retomado.

Nesse sentido, nota-se que a passagem entre períodos de conflito e de pacificação é bastante turva, e Cockburn aponta que há maiores dificuldades em delimitar o que seria esse momento de “virada” para a paz a partir da perspectiva de gênero. Se o gênero é uma relação de poder sustentada por violência que interfere em todas as relações humanas, desde a esfera privada à particular, uma análise focada em gênero demonstraria que há uma conectividade entre as situações de violência anteriores, concomitantes e posteriores ao conflito: “*one seems to flow into the next, as if they were a continuum*” (Cockburn, 2009, p. 158). Nas palavras da autora:

O desequilíbrio de poder nas relações de gênero na maioria - senão em todas - das sociedades gera culturas de masculinidade propensas à violência. Essas relações de gênero são como um fio condutor, uma espécie de estopim, ao longo do qual a violência se propaga. Elas permeiam todos os campos (lar, cidade, Estado-nação, relações internacionais) e todos os momentos (protesto, aplicação da lei, militarização), aumentando a carga explosiva de violência neles contida. Se a maioria - se não toda - da violência tem um componente de gênero, a redução da violência exige uma estratégia feminista de gêneros (Cockburn, 2004, p. 43, tradução nossa).

Cockburn endossa a necessidade de uma perspectiva feminista de gênero que evidencie as dinâmicas de poder que posicionam, de forma assimétrica, homens e mulheres na sociedade, e afirma que essa lente deve ser utilizada para análise de conflitos armados, para que seja possível identificar a vivência específica das mulheres³. A autora se baseia no conceito de violência estrutural de Galtung para nomear esse tipo de violência latente em estruturas sociais e econômicas desiguais em que o poder é distribuído de maneira prejudicial, mas em sua análise a perspectiva crítica de gênero é um ponto focal - o que Galtung não traz de forma central, mas ela sim - como se a violência estrutural precedesse, de certa forma, a

³ A autora ressalta que, ainda que as mulheres possuam divergências entre si e necessidades distintas por não serem uma classe homogênea, isso não é suficiente para invalidar análises focadas na opressão de gênero e nas hierarquias por ele geradas, pois mesmo que as mulheres possuam experiências variadas e múltiplas, assim como os homens, suas demandas permanecem sendo menos atendidas e negligenciadas. O exemplo por ela utilizado é: mesmo que exista pessoas ricas inseridas em países pobres e que nem todos os cidadãos de países ricos sejam ricos, isso não invalida a percepção de que um país é pobre e está desfavorecido em relação aos países ricos devido a uma relação exploratória. Por isso, mesmo que diversa, ela argumenta que é importante que as mulheres sejam centrais para a análise.

manifestação física e direta da violência (tipos da violência mais tangíveis e fatais, como a agressão e a violação sexual). As assimetrias de gênero são centrais para a análise de conflitos armados, segundo Cockburn, porque moldam todas as esferas sociais:

O poder de gênero é visto como um fator que molda a dinâmica de todos os espaços de interação humana, do lar à arena internacional. Ele se expressa na constituição física: como os corpos de mulheres e homens são nutridos, treinados e utilizados, quão vulneráveis são a ataques, qual a sua mobilidade. Ele se expressa na economia: como o dinheiro, a propriedade e outros recursos são distribuídos entre os sexos. Ele estrutura a esfera social: quem tem iniciativa na comunidade e autoridade na família, quem é dependente. E, é claro, a desigualdade de gênero influencia as estatísticas da liderança política. Na maioria dos países, os homens predominam entre os ocupantes de cargos governamentais, a composição de assembleias representativas e os altos executivos (Cockburn, 2004, p. 28, tradução nossa)

Para Cockburn (2004), a violência de gênero em conflitos armados não se inicia com o contexto de guerra, e também não é finalizada nos supostos períodos de “paz”. O exemplo que a autora traz é de que uma mulher vivencia os efeitos da violência estrutural até mesmo na esfera privada e familiar, pois antes da violência doméstica se manifestar fisicamente o marido e a comunidade patriarcal exercem poder sobre ela, seja com restrições, constrangimentos, submissão e violência sexual intraconjugual. Por isso, Cockburn (2004) considera a violência estrutural um tipo de opressão tão ameaçador à vida que eclosões de violência física parecem justificáveis, porque há uma conexão evidente entre todos os tipos de violência que atingem mulheres:

Primeiro, a questão de gênero vincula a violência em diferentes pontos de uma escala que vai do pessoal ao internacional, do lar e da rua de trás às manobras da coluna de tanques e à missão do bombardeiro furtivo: espancamento e estupro marital, confinamento, queima de “dotes”, crimes de honra e mutilação genital em tempos de paz; estupro militar, sequestro, prostituição e tortura sexualizada em tempos de guerra. Não é de admirar que as mulheres frequentemente digam: “Guerra? Não me fale de guerra. Meu dia a dia já é um campo de batalha suficiente.” Em segundo lugar, ao enfatizar as culturas e, portanto, a continuidade entre relações e eventos, uma análise de gênero sugere que é sem sentido fazer uma distinção nítida entre paz e guerra, pré-guerra e pós-guerra. Separei, por conveniência, as fases que chamo de pré-conflito, conflito, pacificação e reconstrução. Mas vimos fenômenos de gênero persistindo de uma para a outra. O gênero se manifesta na violência que permeia todas elas e nos processos de paz que podem estar presentes em todos os momentos também. Considerar um momento desse fluxo na ausência do seguinte é arbitrário (Cockburn, 2004, p. 43, tradução nossa)

Cockburn ressalta que, antes de conflitos armados chegarem no momento de eclosão, há sinais que são possíveis de serem notados: instabilidade econômica, maiores níveis de militarização (que é, por sinal, profundamente masculinizada) e discursos de divisão na

ideologia, com uma busca por rivais imaginários (a clássica divisão entre “nós” e “eles”). A autora argumenta que esses cenários de violência estrutural e desigualdade na concentração de poder aumentam a incidência de casos de violência contra a mulher - principalmente nos casos em que há posses de arma, que costuma aumentar os níveis de violência doméstica -, e que as dinâmicas internacionais endossam a violência local ao sustentarem e intensificarem relações de dependência entre nações poderosas e mercados mais vulneráveis; nesse sentido, conflitos armados em países subdesenvolvidos também podem ser considerados uma resposta à marginalização econômica e política. É como se a violência assumisse, de certa forma, uma função de autodefesa, uma busca por mais poder por nações que são desfavorecidas pela dinâmica internacional, e esse cenário de violência pode se manifestar nas mulheres em forma de violência sexual. A continuidade da violência se expressa a partir de um sistema internacional desigual que se baseia na exploração, controle e dependência de nações menos autônomas, com um modo de funcionamento semelhante ao do patriarcado e aos corpos das mulheres (Cockburn, 2004).

Outra autora relevante para a perspectiva de violência sexual ser um contínuo entre tempos de guerra e paz, como uma manifestação da violência estrutural em sociedades patriarcais é Sara Meger, em seu estudo *Sexual Violence in Times of War and Peace* (2021). Neste capítulo, Meger se baseia nos estudos de Pateman e dialoga com Cockburn ao discutir a permanência da violência sexual em períodos de guerra e de paz, e afirma que a securitização do tema e a noção de estupro como “arma de guerra” faz com que ele não receba a devida atenção fora da dimensão internacional, por ser considerado um tipo de violência exclusivo de conflitos, quando na verdade ele possui as mesmas determinantes patriarcais que a violência de gênero de contextos alheios ao conflito. Segundo a autora, a violência sexual cotidiana enfrentada por mulheres passa por um nível de banalização nos casos em que a atenção internacional se volta apenas à violência sexual oriunda de conflitos armados, em uma divisão arbitrária. Meger (2021) defende, portanto, que a violência sexual em todas as circunstâncias é um ato de violência política - seja ela resultante de um conflito, ou da vivência feminina - e constitui uma ameaça significativa à paz e à segurança para as mulheres.

Meger (2021) considera o estupro e as variações de violência sexual em conflitos um *continuum* da violência contra a mulher assim como Kelly, e acrescenta que essa realidade deve ser compreendida como uma cultura mais ampla, onde a violência sexual cria uma atmosfera de constante ameaça que molda todos os passos das mulheres em sociedades patriarcais. Uma espécie de redoma sufocante. Segundo Meger, diversos estudos de caso, como o Sudão do Sul, o Timor Leste, Bangladesh, República Democrática do Congo e

Libéria, demonstram que a violência sexual supostamente relacionada apenas ao conflito deveria ser compreendida no escopo de determinantes patriarcais que causavam outras formas de violência, inclusive entre civis e militares, e uma economia política que mercantiliza corpos femininos que evidenciam a dificuldade de se distinguir o momento de transição entre a paz e a guerra.

Para Meger (2021) seria mais adequado, portanto, produzir conhecimento feminista sobre violência sexual em conflitos que considere-a um tipo de violência que não é exclusiva de contextos de guerras mas uma das manifestações da violência de gênero cotidiana - semelhante à violência doméstica e à agressão masculina - formas de violência que estão presentes em contextos em que o patriarcado opera, pois essa separação entre guerra e paz não contribui para a erradicação da violência em tempos supostamente “pacíficos”:

Assim, a divisão entre frente interna/frente de guerra, guerra/paz, doméstico/internacional tem tido muito pouco significado para as feministas que escrevem sobre a insegurança das mulheres. Vincular atos específicos de violência de gênero a forças políticas, econômicas e sociais mais amplas do patriarcado nos permite compreender melhor suas causas, que transcendem condições temporariamente contingentes como "guerra" ou "crise", mas que são fundamentalmente relacionadas às relações de gênero (Meger, 2021, p. 121, tradução nossa)

Tanto Meger quanto Cockburn endossam a dificuldade de se pensar a divisão nítida entre guerra e paz se for adotada uma lente feminista para a análise de conflitos armados. Nesse sentido, o esforço para encerrar a violência sexual proveniente de um conflito armado é suficiente para garantir que as mulheres não sofrerão com a violência após o Acordo de Paz? Se a violência sexual for vista como um subproduto da guerra, e não uma consequência de um cenário de violência estrutural/ patriarcal complexa e densa que se intensifica com a guerra, essa seria uma tratativa válida, mas superficial e insuficiente, de acordo com a exposição das autoras apresentas. Sociedades que normalizam o controle e a exploração sexual das mulheres podem ser acometidas por cenários marcados por índices altíssimos de violência sexual, e indicadores que apontam a violência de gênero anteriores ao conflito podem conter indícios nítidos do que há por vir.

Com base no referencial teórico exposto, defendo que a violência sexual em contextos de conflitos armados não pode ser considerada um fenômeno isolado desvinculado de dinâmicas estruturais, pois é uma manifestação da dominação masculina legitimada pelo patriarcado. As contribuições de Susan Brownmiller, Liz Kelly, Cynthia Cockburn e Sara Meger evidenciam que a violência sexual faz parte de um *continuum* que transpassa os limites

entre guerra e paz, e se une a formas cotidianas de controle sobre os corpos femininos. Ao rejeitar a noção de aleatoriedade ou de subproduto inevitável da guerra, pode-se afirmar que a violência sexual constitui um instrumento político, enraizado em relações de poder que se intensificam em cenários de conflito armado, mas que não se iniciam neles. Devemos considerar a violência sexual parte de estruturas patriarcais presentes tanto nos contextos de guerra quanto de paz. A partir dessa perspectiva, desenvolvo uma leitura histórica do conflito armado colombiano, com o objetivo de contextualizar suas dinâmicas, atores e desdobramentos.

3. O Conflito Armado Colombiano

Neste capítulo, realizo uma síntese do conflito armado da Colômbia, destacando os principais atores e grupos armados que interferem na dinâmica do conflito e a forma com que tais atores interagem entre si, com uma atenção especial destinada à atuação dos Estados Unidos. Em seguida, apresento o caminho político das negociações de paz até a assinatura do Acordo ser feita, em 2016, entre as FARC-EP e o governo nacional colombiano.

Na obra *Historia concisa de Colombia*, La Rosa e Mejía identificam cinco períodos que dividem mais de 60 anos de conflito armado na Colômbia. O primeiro período compreende os anos ocorridos entre 1960 a 1982, em que o conflito armado ainda não era muito intenso, mas era profundamente afetado pela dinâmica externa da Guerra Fria, especialmente no que tange ao combate às guerrilhas e ao aumento da influência estadunidense no contexto colombiano. Este período foi marcado pelo surgimento dos movimentos guerrilheiros, e demonstrou a fragilidade das Forças Armadas Colombianas para combatê-las em cenários de selvas e montanhas irregulares. Ainda assim, as ações das guerrilhas ainda não abalaram os setores políticos de forma substancial neste período (LaRosa; Mejía, 2017).

O segundo período abrange a época entre 1982 e 1996, caracterizada pela redução da relevância da bipolaridade da Guerra Fria no contexto internacional e transformações no âmbito interno da Colômbia, com a aprovação de uma nova Constituição no ano de 1991. Neste período, o conflito passa por transformações advindas do fortalecimento das FARC e do ELN nas décadas de 1960 e 1970, além do surgimento dos grupos paramilitares na década de 1980 e do narcotráfico se tornar um mecanismo de financiamento do conflito extremamente rentável durante o período citado (LaRosa; Mejía, 2017). À medida que o narcotráfico cresce e financia os cartéis e os grupos paramilitares, os Estados Unidos demonstram insatisfação com as quantias indecifráveis de cocaína entrando em seu território. Neste cenário, a economia e a sociedade dos Estados Unidos passam a ser afetadas, e como consequência os estadunidenses intensificam a guerra às drogas na Colômbia para tentar conter os narcotraficantes.

Entre 1996 e 2005, tem-se a terceira etapa do conflito, na qual o conflito armado atinge seu ápice de violência, afetando principalmente a população civil. Isso porque o ator originado na segunda fase do conflito - os paramilitares - possui métodos de domínio e combate extremamente violentos, e seu financiamento advindo do narcotráfico fortalecia a atuação dos chamados “esquadrões da morte”. Além disso, o exército nacional começou a

recuperar seu controle sobre o conflito com o auxílio externo do Plano Colômbia. As FARC passam a atuar como um exército e a buscar maior controle territorial, objetivo que não era central em suas origens de guerrilha. Assim, neste período a degradação e o terror tornaram-se o *modus operandi* de todos os atores do conflito, com massacres, deslocamento forçado e violência sexual sendo cometidos contra a população civil (LaRosa; Mejía, 2017).

Ainda que seja uma tarefa difícil quantificar o sofrimento dos colombianos diante do conflito armado, é possível apresentar dados empíricos que nos auxiliem a ter uma dimensão da violência gerada. Estima-se que o conflito deixou mais de 280 mil mortos, sendo a maioria civis, além de dezenas de milhares de desaparecidos e aproximadamente 37 mil sequestros, segundo o Centro Nacional de Memória Histórica da Colômbia (2013). Dados da *Unidad para las Víctimas* (2026) apontam que o conflito gerou mais de 10 milhões de vítimas (10.216.759), incluindo cerca de 8 milhões de deslocados internos: a Colômbia sofre uma das maiores crises de deslocamento do mundo devido ao conflito armado. A Comissão Europeia (2025) afirma que, no ano de 2025, o número de pessoas deslocadas na Colômbia foi de 70.284 pessoas, sendo o dobro do ano anterior devido à piora dos conflitos entre grupos armados. Além do deslocamento forçado, uma questão comum para o conflito armado é o confinamento forçado, em que os membros de comunidades étnicas (povos indígenas e afro colombianos) são impedidos pelos grupos armados de se movimentar livremente, sendo coagidos por ameaças, tortura e minas antipessoais dentro do próprio território. Este problema atingiu mais de 115 mil colombianos no ano de 2024 (Comissão Europeia, 2025). Além da destruição natural de territórios, tem-se o enfraquecimento dos laços sociais e a destruição coletiva de comunidades por meio da imposição do medo e do controle, principalmente entre moradores das zonas rurais do país.

O quarto período do conflito armado foi identificado entre 2005 e 2012, no qual as Forças Armadas colombianas obtiveram maior êxito para conter a guerra. Isso fez com que as FARC retornassem à sua atuação com a guerra de guerrilhas, mudança gerada tanto pelo fortalecimento do exército nacional quanto pela diminuição numérica de guerrilheiros, que eram mortos em combate ou capturados pelo Estado. Uma medida importante deste período foi a negociação de Uribe com o principal grupo paramilitar, conhecido como *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC), que resulta no Acordo de Ralito (2003) e na *Ley de Justicia y Paz*, que ordenava a desintegração de trinta mil combatentes das AUC e possibilitou que acordos de desmobilização de grupos armados fossem uma alternativa dentro da lei. Porém, na prática, as AUC não interromperam suas atividades após o Pacto, mantendo seu poder e controle territorial (LaRosa; Mejía, 2017).

Por fim, o quinto período do conflito se inicia a partir de 2012, durante o qual as negociações em Havana resultam no Acordo de Paz de 2016, e a partir do início das discussões em torno da paz o número de mortes associadas ao conflito entre as FARC e o governo foi praticamente zerado. Entretanto, é necessário elucidar que o conflito entre as guerrilhas e o Estado não são a única variável de um conflito complexo, marcado por assimetrias políticas, econômicas, territoriais e influência externa que não são solucionadas por um Acordo de Paz firmado apenas entre dois atores. Neste capítulo, serão expostos os principais atores envolvidos no cenário de violência da Colômbia e como a política internacional o afeta.

3.1. O conflito armado colombiano: origem, atores e regiões

Para compreendermos a dinâmica do conflito armado na Colômbia, é indispensável expor as condições estruturais referentes ao território que o sustentam e precedem o estopim do conflito, no início da segunda metade do século XX. No contexto da Colômbia, a posse de terras não pode ser vista apenas como uma variável econômica, mas sim como um instrumento de dominação política das oligarquias nacionais, que moldou o contexto de formação e organização política do Estado. Os latifúndios garantem não apenas recursos econômicos às elites agrárias como também controle político local. Por isso, deve-se elucidar que a violência armada na Colômbia resulta da exclusão política e social decorrente da concentração de terras e não se trata de uma criminalidade isolada, mas uma resposta a um cenário de violência estrutural de origens coloniais (Fajardo, 2002).

Cerca de 81% das terras produtivas da Colômbia estão concentradas nas mãos de 1% da população, resultado de décadas de controle político da burguesia e de latifundiários que estabeleciam leis e políticas sobre ocupações e direitos territoriais favoráveis à elite agrária. No ano de 1936, o governo liberal de Alfonso López Pumarejo⁴ (1934-1938) promulgou a Lei 200 - também chamada de Lei de Terras -, que possuía como objetivo resgatar a função social da terra e limitar a proteção jurídica aos latifúndios improdutivos. A Lei foi incapaz de alterar

⁴Pumarejo foi um político e diplomata que atuou como presidente da Colômbia em dois períodos, entre 1934-1938 e entre 1942-1946, governando sob o lema “a revolução em marcha” com o intuito de instaurar na Colômbia o estado de bem estar social e permitir maiores intervenções do Estado na economia, metas conquistadas a partir da reforma constitucional de 1936. Seu último mandato foi interrompido pois ele renunciou ao cargo em julho de 1945 após uma tentativa de golpe de Estado que enfraqueceu seu governo, sendo sucedido pelo presidente Alberto Lleras Camargo (1945-1946). Pumarejo foi um líder de destaque da Colômbia na política internacional, sendo central nas discussões para a criação institucional da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesta, atuou também como delegado da Colômbia para as Nações Unidas e participou de debates relevantes como a criação de Israel (Enciclopédia Latinoamericana, 2026).

as condições estruturais de concentração de terras do país pois, à medida que os camponeses criavam expectativas sobre a reforma agrária, os burgueses conservadores e latifundiários reagiram com uma pressão política intensa e, na prática, a lei foi limitada pelas elites agrárias. A limitação da Lei de Terras demonstrou que, mesmo em governos liberais, a Colômbia permanecia dominada por oligarquias que impediam qualquer reivindicação do acesso à terra, fato que embasa os discursos formadores dos grupos insurgentes do país na década de 1950 - também chamados de guerrilhas (Oliveira, 2020).

A conjuntura política internacional ao final da primeira metade do século XX foi afetada pela Segunda Guerra Mundial e pelo contexto geopolítico da Guerra Fria que, juntos à Guerra Civil Espanhola (1936-1939), refletiram na Colômbia. Isso porque, no contexto interno colombiano, a propaganda anticomunista trouxe um fortalecimento ao partido conservador, que se aliou a uma parcela mais reformista dos liberais e à igreja católica. Por consequência da polarização exacerbada, as tensões sociopolíticas se tornaram mais intensas e violentas. Este cenário culmina no assassinato⁵ de Jorge Gaitán em 1948, evento considerado um marco histórico indispensável para o desenvolvimento do conflito armado. Gaitán era candidato à presidência e embora fosse pertencente ao partido liberal, defendia reformas radicais e foi acusado de ser aliado aos comunistas por ser um representante dos setores populares da Colômbia, especialmente dos setores rurais e proletários. O discurso de Gaitán defendia que a Lei de Terras era incapaz de solucionar a questão agrária do país, uma vez que beneficiava apenas os latifundiários em detrimento dos pequenos produtores (Oliveira, 2020).

O assassinato de Gaitán representou a derrota do liberalismo de esquerda e o enfraquecimento de projetos reformistas para a sociedade, relacionados aos direitos trabalhistas, à redução da desigualdade e à possibilidade de uma reforma agrária, e é considerado o principal fato histórico relacionado à origem do conflito armado. As classes mais favorecidas, como a igreja, os latifundiários, os empresários do ramo do petróleo e grupos do setor financeiro se fortaleceram, e tanto a polícia quanto o exército foram manipulados pelo Partido Conservador para manutenção do poder burguês. Assim, na década de 1950 a realidade colombiana foi marcada por censura a protestos, perseguição política a líderes sindicais, trabalhistas e camponeses, e diversos assassinatos de membros do partido liberal ou de supostos apoiadores de Gaitán (Oliveira, 2020).

⁵Gaitán foi assassinado no dia 9 de abril de 1948, quando estava a caminho de uma reunião agendada com Fidel Castro. Fidel era ainda apenas um líder estudantil de 20 anos de idade e estava na Colômbia, mas se refugiou na embaixada cubana durante o ocorrido. O escritor colombiano Gabriel García Márquez vivia em Bogotá na data citada e presenciou a revolta da população diante do assassinato, que foi tão violenta que o fez abandonar a cidade em que cursava Direito (Carvalho, 2017).

Após o assassinato de Gaitán, diversos protestos surgiram em Bogotá e em outras regiões da Colômbia chamados de *El Bogotazo*. Foram formadas milícias partidárias e grupos de autodefesa camponesa (alguns dos quais posteriormente se tornaram organizações guerrilheiras de viés comunista), com guerrilhas de caráter autodefensivo, e a polícia e assassinos contratados pelos conservadores para estabelecer a repressão. Houve uma intensificação sangrenta do antagonismo bipartidário, característica central do período da história colombiana intitulado *La Violencia*, referente aos anos entre 1946 e 1958 (Oliveira, 2020). Estima-se que este conflito tenha causado entre 200 mil e 300 mil mortes, com resquícios de crueldade em proporções assustadoras, altos níveis de deslocamento forçado e violência sexual, conforme descrito abaixo:

Diante da destruição física e do arrasamento de aldeias e cidades, da profanação de templos e do **estupro de mulheres — as guardiãs da vida alheia** —, a memória deveria ser o instrumento para reconstruir a unidade social, a organização política, os laços culturais e as identidades pessoais pulverizadas pelo terror e pela guerra. Mas esse instrumento de reconstrução não é posto em prática. Não há sequer um esforço para recuperar a memória das vítimas, identificando seus nomes, designando-lhes um lugar de luto, um local de sepultamento, um monumento para homenageá-las. Tudo parece como se a única pessoa morta reconhecível pelo nome fosse Gaitán, ou como se todos os outros, os 200 mil, estivessem diluídos nele. Gaitán, símbolo da unidade do povo na praça, na ação política, é também o símbolo da unidade na morte. De certa forma, a memória de Gaitán personifica e apaga a memória dos outros (Sánchez, 2006, p. 37, tradução nossa, grifo nosso).

Durante *La Violencia*, o Estado colombiano atua tanto de maneira omissa como perpetrando a violência por meio do “terrorismo de estado”, em que as forças armadas nacionais, como a polícia, o exército e instituições de segurança tornam-se atores responsáveis pela disseminação dos massacres. Quando o próprio estado colombiano passa a atuar de forma violenta e conta com apoio externo dos Estados Unidos, os níveis de mortes de líderes camponeses, proletários e sindicais aumentam, e o deslocamento forçado e a violência sexual no país alcançam proporções ainda maiores (Oliveira, 2020).

O ciclo de assassinatos, deslocamentos e polarização política de *La Violencia* se tornou insustentável a ponto de liberais e conservadores optarem por assinar um pacto, a Frente Nacional, vigente entre 1958 e 1964. O acordo estabelecia a alternância entre os partidos para os mandatos presidenciais e para ocupação dos cargos públicos, institucionalizando uma dinâmica de poder que excluía da política movimentos de esquerda, camponeses e sindicatos - cuja representatividade é indispensável a qualquer democracia.

Embora tenha reduzido a violência direta, a Frente Nacional fechou as vias democráticas de contestação e manteve o controle do estado nas mãos das elites:

Na Colômbia, esse período histórico corresponde ao regime político da Frente Nacional, caracterizado por um pacto entre os dois principais partidos políticos, Conservador e Liberal, para governar o país após outro período de guerra civil conhecido como "La Violencia". Esse regime político era altamente restrito a algumas elites políticas e econômicas, limitando o acesso ao poder e à representação política para grande parte da população. Portanto, a violência política surgiu em um momento de total deslegitimação dos respectivos regimes políticos para a maioria da população. Essa falta de legitimidade do poder foi combatida pela imposição de medidas coercitivas pelo Estado: repressão, estados de exceção, entre outras (Larrañaga, 2003, p. 24, tradução nossa).

Esse contexto contribuiu para o surgimento das guerrilhas na Colômbia a partir da década de 1960, que emergiram como resposta à intensificação da violência no campo e à exclusão da oposição do sistema político, recorrendo à confrontação armada como estratégia de atuação (Lair, 2008). Pensando em influências regionais, a Revolução Cubana tornou-se simbólica e impulsionou o surgimento de grupos armados insurgentes nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina, especialmente em países marcados por exclusão política, desigualdades estruturais e forte repressão estatal, em um cenário influenciado pela Guerra Fria e pelo apoio dos Estados Unidos a regimes ditatoriais na região (Chaliand, 1977).

Antes de apresentá-las, faço uma breve exposição analítica do fenômeno das guerrilhas, um conceito que é frequentemente citado fora da academia sem o devido embasamento teórico e, por isso, muitas vezes é equiparado ao terrorismo⁶ por governantes no âmbito da política internacional. Essa associação não é neutra e resulta de uma construção discursiva consolidada no contexto da Guerra Fria pela propaganda anticomunista estadunidense como estratégia de deslegitimação de organizações de luta armada de esquerda, associando a mobilização revolucionária ao uso do "terror" indiscriminado contra a população civil (Stampinitzky, 2013).

As guerrilhas podem ser definidas como grupos armados não estatais que surgem em conflitos de caráter assimétrico, e recorrem à luta armada contra forças militares superiores utilizando táticas irregulares de enfrentamento, evitando o combate direto. Contudo, não se pode definir a guerrilha apenas baseando-se em seu aspecto militar, pois são organizações

⁶Convém ressaltar que, de fato, a atuação das guerrilhas pode ter ações terroristas pontuais - tais como sequestros, assassinato de autoridades, explosões - mas não se iguala ao terrorismo, pois não são grupos que cometem crimes isolados contra a população civil com o intuito de causar medo e possuem objetivos políticos, além de uma estrutura institucional organizada e hierárquica (grupos terroristas costumam ser desconexos e pouco articulados). As guerrilhas necessitam de apoio da população civil e de controle territorial, nesse sentido, atacar a população sem "racionalidade" e planejamento não é estratégico (Barcellos, 2007). Para aprofundamento na distinção, consulte Barcellos (2007).

políticas orientadas por objetivos revolucionários, nacionalistas e de resistência. As guerrilhas buscam transformar as condições sociais e políticas do contexto em que emergem, alterar a ordem exploratória vigente e produzir desgaste prolongado do adversário é algo mais relevante do que alcançar vitórias militares imediatas (Chaliand, 1977).

O sucesso tático das guerrilhas está associado à capacidade de surpreender o adversário, por isso, normalmente guerrilheiros atacam por meio de emboscadas e escaramuças que possibilitam atacar de maneira ágil e se retirar do local imediatamente para evitar um contra-ataque - tática conhecida como bater e correr, ou *hit-and-run*. Já o sucesso estratégico das guerrilhas depende de esgotar as capacidades físicas e morais do oponente, em uma combinação de defesa estratégica e ofensiva tática, já que a desvantagem numérica e territorial exige um modo de enfrentamento que se adeque à assimetria do conflito com exércitos regulares (Mendes, 2014). Desta maneira, não são grupos terroristas, tampouco um exército regular:

Enquanto os movimentos e ações de um exército regular são razoavelmente esperados e visualizados (sem embargo do elemento surpresa, que não raro é essencial em operações de forças regulares), os movimentos e ações da guerrilha têm de ser necessariamente furtivos e elusivos. A materialização, característica de uma força regular que espera atacar ou se defender, deve ser evitada a todo custo por um grupo guerrilheiro, sob pena de serem localizados e destruídos por forças regulares com poder combatente superior. Na guerrilha, para parafrasear Clausewitz, a resistência deverá acontecer ao mesmo tempo em todo lugar e em lugar nenhum. A desvantagem numérica e de força também dita que forças guerrilheiras nunca devem atacar unidades combatentes de dimensões consideráveis, muito menos a força principal do oponente. Para Clausewitz, sua atuação deve se concentrar às margens do teatro de operações, onde tende a não haver concentração de força (Mendes, 2014, p. 102).

Entre as principais guerrilhas⁷ colombianas originadas na Colômbia, temos as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, Ejército Popular* (FARC-EP) - que foram a mais influente - e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN). Outras de menor influência foram o *Ejército Popular de Liberación* (EPL) e o *Movimiento Diecinueve de Abril* (M-19). O ELN foi o primeiro grupo insurgente a ser formado no início da década de 1960 em Santander, sendo composto principalmente por estudantes universitários - muitos dos quais conheceram Cuba em 1962, fazendo com que a atuação de Fidel Castro servisse como inspiração para os estudantes colombianos insatisfeitos. Um dos membros mais relevantes do ELN foi o padre burguês Camilo Torres Restrepo, que exercia seu sacerdócio em Bogotá e se uniu à guerrilha

⁷Ressalta-se que “guerrilha” pode ser um termo que incorre em generalizações, pois os grupos insurgentes possuíam diferenças entre si em relação a ideologias e modo de operação. Algumas possuíam ideologia mais alinhada à revolução cubana, outras seguiam linhas maoístas (Lair, 2008).

em 1965. No ano de 1966, Restrepo foi enviado para a linha de frente sem a devida experiência de treinamento e foi morto em seu primeiro combate, um evento considerado por muitos colombianos uma tragédia causada por ingenuidade. Restrepo possuía muitos adeptos entre os universitários e os cidadãos que acreditavam que a estrutura política e econômica da Colômbia impedia qualquer tipo de mobilidade social para os pobres (LaRosa; Mejía, 2017).

Três anos após a morte do padre, outros três sacerdotes - Manuel Pérez, Domingo Laín e José Antonio Jiménez Comín - se uniram ao ELN: a guerrilha de ideologia castrista-guevarista combinada com a teologia da libertação, que insiste na luta armada após 61 anos de sua formação devido à permanência da estrutura de desigualdade social e concentração latifundiária na Colômbia. Geograficamente, o ELN esteve presente nos departamentos de Santander, Antioquia, Arauca e na Costa Atlântica, e se originou nas montanhas de Santander próximas à fronteira com a Venezuela. O principal núcleo de treinamento do ELN foi estabelecido em Simacota, uma cidade do mesmo departamento, e posteriormente a guerrilha se disseminou para 22 dos 32 estados da Colômbia (Brasil de Fato, 2025).

O ELN é a segunda maior guerrilha colombiana e já recrutou mais de 6 mil integrantes. Sua capacidade bélica é inferior à das FARC porque o grupo não possui envolvimento com o comércio de ilícitos e se financia apenas com a cobrança de impostos da produção rural - inclusive de coca -, de mineradores, oleodutos e de indústrias petroleiras, além de taxar os consumidores de coca (Brasil de Fato, 2025). Segundo relato de um dos líderes em entrevista recente:

“Também cobramos daqueles que vão comprar coca no território. Não se parece tanto com a dinâmica das finanças do Exército de Libertação Nacional em sua origem, mas também é uma força que desenvolve suas capacidades produtivas, tentando produzir alimentos. **Nós exigimos, por exemplo, que os que cultivam coca também cultivem alimentos e coloquem isso no mercado**” (Brasil de Fato, 2025, grifo nosso).

Por sua vez, as FARC deram continuidade às autodefesas camponesas e comunistas que se organizaram durante os últimos meses de *La Violencia* em resposta às práticas violentas do partido conservador (Lair, 2008; Rosa, 2003). Embora tais grupos de resistência armada rural estejam presentes na década de 1950, a constituição formal das FARC é reconhecida desde o ano de 1964, em que foi formado o Bloco Guerrilheiro do Sul após a ofensiva militar do Estado na região da República de Marquetalia. A formação do Bloco representa um estágio fundador para as FARC, pois consolidou a articulação entre os grupos

armados rurais e o Partido Comunista Colombiano (PCC), que fornecia apoio financeiro e orientação político-ideológica à luta armada camponesa. Por volta do ano de 1966 tem-se a transformação oficial do Bloco Guerrilheiro do Sul nas FARC, anunciada por uma declaração advinda de Moscou que justificava a luta armada e a criação da guerrilha devido à presença imperialista dos EUA na Colômbia com suas bases militares e convocava camponeses e trabalhadores para se unirem ao grupo (Offstein, 2003).

Diferentemente do ELN, que se concentrava em regiões do nordeste colombiano, as FARC se originaram ao sul do departamento de Tolima e possuíam uma disposição territorial mais fragmentada nos departamentos de Caldas, Cauca, Cundinamarca, Huila, Quindío, Tolima e Valle del Cauca, próximos à capital Bogotá. Esses departamentos são localizados no centro-oeste e sudoeste do país. As FARC se organizam ideologicamente como uma guerrilha de orientação marxista-leninista e defendiam a luta armada como meio legítimo para a transformação das condições sociais na Colômbia com apoio financeiro da União Soviética (URSS), que era intermediado pelo PCC. Devido à formação desta rede de apoio internacional, o presidente Carlos Lleras Restrepo⁸ (1966–1970) buscou estabelecer relações diplomáticas com a URSS para reduzir o fluxo de assistência destinada à guerrilha, e em 1968, o governo colombiano oficializou as relações diplomáticas com o país, fato que pode ser associado ao enfraquecimento das FARC notado na década de 1970 (Offstein, 2003).

Outro fator de impacto para a perda de força ao movimento guerrilheiro foram os esforços para combater grupos insurgentes, sobretudo após a estratégia estadunidense para combate às guerrilhas chamada de *Latin American Security Operation* (ou Plano LASO), iniciada em 1962. As Forças Armadas colombianas foram expandidas e modernizadas: o Exército, Marinha e Forças Aéreas triplicaram de tamanho, e os gastos com defesa por parte do Estado praticamente dobraram. Diante de sua perda de força política e militar, as FARC se envolvem na década de 1970 com atividades ilícitas, como a cobrança de impostos sobre narcotraficantes em troca de proteção às zonas de cultivo, laboratórios e rotas de transporte, além de sequestros e extorsões de pessoas influentes. Conforme o narcotráfico foi se desenvolvendo, principalmente no final da década de 1970, a associação entre as guerrilhas e o narcotráfico se fortaleceu. Na década de 1980 o comércio de ilícitos, especialmente de

⁸ Membro do Partido Liberal Colombiano, Restrepo governou o país entre 1966-1970. Restrepo se destacou por ter conduzido uma reforma institucional de impacto significativo, fortalecendo as bases do intervencionismo estatal na Colômbia. Ao adotar uma concepção keynesiana sobre a política monetária e cambial, sua reforma resulta em um crescimento do PIB nacional de proporções inéditas. Foi advogado, esteve exilado durante *La Violencia* e atuou como delegado na Conferência de Bretton Woods e na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (Zárate, 2017).

cocaína, tornou-se altamente lucrativo, e as FARC passaram a administrar seus próprios cultivos de coca e laboratórios de pasta base (Offstein, 2003).

Em maio de 1982, as FARC se transformaram em um exército popular - fato que resultou no nome FARC-EP -, recrutando jovens entre 15 e 30 anos e estabelecendo o mínimo de quatro ataques por ano para tomar o poder. Durante o governo Belisario Betancur⁹ (1982-1986), houve uma tentativa de abrir as negociações com as guerrilhas para pacificar o país. As FARC formaram um partido político chamado *Unión Patriótica* no ano de 1985, que era composto por guerrilheiros desmobilizados e obteve votos significativos nas eleições, até que seus líderes começaram a ser assassinados pelos cartéis e pelos paramilitares. O fundador das FARC, Pedro Marín, popularmente conhecido como Manuel Marulanda ou Tirofijo, faleceu por causas naturais no ano de 2008 e nunca foi capturado pelo governo colombiano. No início dos anos 1990, as FARC eram compostas por aproximadamente 20 mil combatentes, e no momento em que firmaram o acordo com o governo, havia diminuído para pouco mais de seis mil homens (LaRosa; Mejía, 2017).

O *Ejército Popular de Liberación* (EPL) surge em 1965 como uma guerrilha de orientação ideológica maoísta, que defendia que a revolução deveria ser resultado de alianças entre trabalhadores e camponeses e de uma guerra popular que conduziria à consolidação de uma república socialista. O EPL atua em zonas próximas à fronteira com a Venezuela, nos municípios localizados ao norte de Santander. Por sua vez, o M-19 surge em resposta às eleições para a presidência na década de 1970, acusadas de serem fraudulentas devido à vitória questionável do candidato conservador Misael Pastrana¹⁰ (1970-1974). Gustavo Petro¹¹, presidente da Colômbia desde 2022, foi membro desta guerrilha, de caráter urbano e majoritariamente composta por intelectuais e classe média. Além do roubo da espada de Simón Bolívar, o M-19 é conhecido pela invasão da embaixada da República Dominicana em Bogotá e fazer os diplomatas de reféns em 1980, e pela invasão ao Palácio da Justiça em

⁹Betancur faleceu em 2018 e foi presidente da Colômbia entre 1982-1986, membro do Partido Conservador Colombiano. Foi pioneiro nas negociações de paz com os grupos guerrilheiros, concedeu uma anistia que permitia que 1.500 combatentes deixassem as prisões, além de breves conciliações com as FARC-EP e o M-19. No período de seu governo o narcotráfico estava no auge, e o ataque ao Palácio da Justiça ocorreu durante seu mandato (O Globo, 2018).

¹⁰Misael Pastrana era membro do Partido Conservador Colombiano e ocupou a presidência entre os anos de 1970 e 1974. Era membro de uma família de elite tradicional colombiana e foi pai de Andrés Pastrana Arango, que também se vinculou ao mesmo partido e foi presidente da Colômbia de 1998 a 2002 (Enciclopédia Latinoamericana, 2026).

¹¹Gustavo Petro é o atual presidente da Colômbia desde 2022, membro do partido de esquerda O Pacto Histórico. Seu governo tem uma agenda progressista de reformas sociais para as áreas sindical, previdenciária e de saúde pública, além de políticas de paz e de reforma agrária. Houve avanços parciais até o momento, mas muitas medidas enfrentaram forte resistência do Congresso e de setores econômicos (Santiago; Chagas, 2025).

1985, uma tragédia que resultou em mais de cem mortes, das quais onze eram membros da Corte Suprema (LaRosa; Mejía, 2017).

Há indícios de que Pablo Escobar tenha financiado o ataque ao Palácio da Justiça com 2 milhões de dólares, para se proteger de investigações (Folha de São Paulo, 2004). Escobar foi líder do Cartel de Medellín, o cartel mais influente do narcotráfico colombiano, junto ao Cartel de Cali, e sua riqueza aumentou exponencialmente a partir da produção e da exportação de drogas - principalmente cocaína - para os Estados Unidos e para a Europa. A riqueza de Pablo chegou a níveis desproporcionais, o que possibilitou a ele um controle territorial e social extremo: inúmeros políticos, juízes, ministros de justiça e civis foram assassinados. Escobar possuía métodos extremamente violentos para intimidar aqueles que o ameaçavam, principalmente os que se alinhavam à extradição de narcotraficantes para os Estados Unidos, e realizou diversos ataques com explosões que se assemelham a atentados terroristas (LaRosa; Mejía, 2017).

Devido à vantagem geográfica de ser o único país da América do Sul a ser banhado pelos dois oceanos, além das selvas e montanhas ocultarem os laboratórios e as condições climáticas favorecerem a produção de coca, a Colômbia se transformou no epicentro de fornecimento de drogas do continente, e a partir deste fato o país se inseriu na economia internacional de forma substantiva. A guerra entre o Estado colombiano e Pablo se intensificou entre 1989 e 1990, e após o assassinato de Escobar em 1993, o governo colombiano destinou seus esforços à captura dos líderes do Cartel de Cali, os irmãos Miguel e Gilberto Orejuela (LaRosa; Mejía, 2017). Os Estados Unidos interferem fortemente na busca por Escobar com o envio de agentes do *Drug Enforcement Administration (DEA)* para auxiliar nas investigações, fato que inspira a série *Narcos* (2015), da Netflix.

No início da década de 1980, em meio ao cenário de perseguição do Estado aos cartéis e grupos insurgentes e às extorsões cometidas pelas guerrilhas, tem-se a ascensão do paramilitarismo. Os grupos paramilitares na Colômbia foram financiados por empresários, latifundiários e líderes de direita a partir das justificativas de se “auxiliar o exército a conter a ameaça comunista das guerrilhas”, mas não se limitaram a atuar conforme essa narrativa: trata-se de exércitos privados extremamente violentos, responsáveis por diversas atividades criminosas como crimes de guerra, deslocamentos forçados, tortura, grilagem de terras, sequestros e desaparecimentos, tráfico de drogas, e a violência sexual é uma ferramenta fundamental de controle inclusa neste rol. O discurso de resistência contra insurgentes era apenas um pretexto inicial para mascarar o verdadeiro modo de funcionamento dos grupos paramilitares, que foram responsáveis por cerca de 80% das mortes e crimes relacionados ao

conflito armado enquanto as guerrilhas cometeram apenas cerca de 12% (InSight Crime, 2024).

Segundo Lair (2008), o paramilitarismo na Colômbia pode ser descrito como um fenômeno composto por organizações sub-regionais que se conectam por um “inimigo comum” - as guerrilhas, simbolizando a “ameaça” comunista -, dinâmica que se manifesta na criação do grupo precursor do paramilitarismo: o *Muerte a Secuestradores* (MAS). O MAS surgiu em março de 1981, como resposta ao sequestro de Marta Ochoa pelo grupo guerrilheiro M-19. A organização foi composta por assassinos de aluguel e traficantes vinculados ao Cartel de Medellín, sob a liderança de Pablo Escobar; Marta Ochoa era irmã dos irmãos Ochoa, que também eram integrantes do referido cartel. Além desses atores, o grupo contou com o apoio de setores da elite econômica, que financiavam e orientavam suas ações. O MAS atuou por meio da execução sistemática de lideranças comunitárias, políticos de esquerda, membros de guerrilhas, sindicalistas e defensores de direitos humanos.

No final da década de 1980, a expansão das unidades “paramilitares” intensificou-se em conluio com as Forças Armadas e mercenários, principalmente na região centro-norte do país, em função de diversas tendências: a expansão territorial e numérica da insurgência, que variava em diferentes frentes; o agravamento da insegurança nas comunidades locais; a intrusão da “guerrilha” na arena política após uma série de negociações de paz; e o temor da redistribuição de terras e das constantes disputas pelo controle do narcotráfico (Lair, 2008, p. 5, tradução nossa).

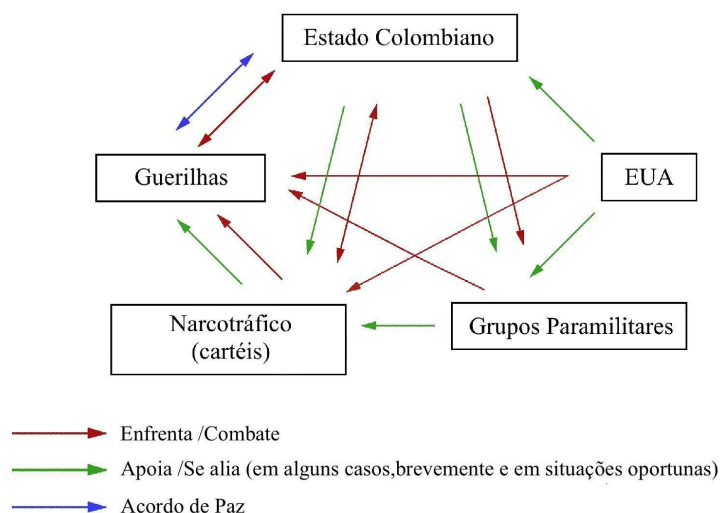
Em abril de 1997, surge de maneira oficializado um dos principais atores do conflito armado colombiano, as *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC). A AUC foi uma coalizão dos exércitos paramilitares de extrema direita dispostos em Antioquia, Córdoba, Magdalena, Santander, Meta, Boyacá, Casanare e que, ao se unificarem, tornam-se o principal grupo paramilitar do conflito. Os relatos de surgimento da AUC são desconexos, e a versão da jornalista Alma Guillermoprieto conta que as FARC sequestraram o pai de um traficante de drogas e esmeraldas chamado Fidel Castaño e, após o ocorrido, Fidel se une a seu irmão Carlos para vingar a morte do pai. Segundo essa versão, origina-se a AUC, uma força militar altamente disciplinada que realizava massacres altamente violentos, e chegou a ser composta por 30 mil homens em seu auge de poder na década de 1990 (LaRosa; Mejía, 2017).

Essa década se torna um período sombrio para os colombianos. A intensificação do conflito armado resultante da atuação de grupos paramilitares se tornou tão severa a ponto de ser difícil a distinção de quem estaria, de fato, mais próximo de “comandar” a Colômbia, com as dinâmicas de poder entre os grupos armados se alterando a todo momento e a violência se

tornando generalizada. Nessa fase do conflito, milhares de pessoas foram assassinadas, torturadas e deslocadas forçadamente, os grupos paramilitares passaram a reivindicar territórios que eram controlados pelas FARC e pelo ELN e desenvolveram seu próprio sistema de produção de ilícitos, um esquema um mais fragilizado que os cartéis inicialmente (LaRosa; Mejía, 2017).

Ao fim da década de 1990, o conflito na Colômbia parecia fora de controle, e o cenário pode ser descrito da seguinte forma: as guerrilhas enfrentavam o exército nacional, e eram combatidas pelos grupos paramilitares; os narcotraficantes atuavam contra forças do governo e contra as guerrilhas (mas também colaboraram com elas), enquanto o exército nacional combatia todos os atores, mas recebia apoio de grupos paramilitares e dos cartéis (LaRosa; Mejía, 2017). Para fins didáticos, elaborei o seguinte quadro expositivo (Figura 2), que facilita a visualização da dinâmica do conflito:

Figura 2 - Conflito Colombiano



Fonte: Elaboração própria.

3.2. A Negociação da Paz

Ao fim do século XX, a Colômbia torna-se alvo de maior atenção internacional devido à proporção notável da violência decorrente de seu conflito armado e se torna uma anomalia na região da América Latina. Questões relativas à segurança nacional e ao conflito armado foram priorizadas na agenda política dos candidatos à presidência somente a partir de 1998,

com a eleição de Andrés Pastrana Arango¹² (1998-2002), membro do Partido Conservador Colombiano (Villa; Viana, 2010).

Houve, porém, uma tentativa de se alcançar a paz durante o governo de Belisario Betancur (1982-1986), presidente que tentou estabelecer diálogos políticos com os grupos guerrilheiros sem investir em ofensivas estritamente militares e repressivas, pois reconheceu publicamente as condições de injustiça e desigualdade que impulsionam o surgimento das guerrilhas. Betancur negociou com as FARC a paz nos chamados *Acordos de Uribe*, demonstrando a intenção de ambas as partes em um cessar-fogo a longo prazo. Além disso, assinou a Lei 35 de 1982, que concedia anistia aos guerrilheiros, seu desarmamento, e estabelecia a necessidade de reformas políticas e econômicas. Ainda que tenha sido uma medida ambígua e criticada - principalmente após o ataque ao Palácio da Justiça pelo M-19 -, o governo de Betancur foi considerado pioneiro nos diálogos para a paz, por ser o primeiro caso em que se atribui o status político às guerrilhas, reconhecendo-as como atores que devem ser ouvidos durante as negociações (Eslava, 2020).

Na década de 1990, Pastrana se torna o presidente da Colômbia em um momento em que o Estado parecia ter perdido o controle sobre seu território. Em resposta ao cenário caótico, o governo Pastrana organizou um plano de pacificação com intenções de demonstrar determinação para negociar nas zonas dominadas pelas FARC. O plano ordenava que o sudeste do país se tornasse uma zona desmilitarizada em que o exército deixaria de atuar em respeito aos comandantes das FARC. A região abrangia os municípios de San Vicente de Caguán, La Uribe, La Macarena e Villahermosa, e o esforço mútuo para encerrar o conflito resultou na assinatura do *Acuerdo de Caquetania* em 1999 entre Pastrana e o comandante das FARC Manuel Marulanda, ratificado em 2001 (Ribas; Carvalho; Ramina, 2017).

Esse plano prejudicou a popularidade de Pastrana e gerou revolta nas elites e nas classes trabalhadoras, pois as FARC ocuparam 42 mil quilômetros quadrados armazenando contrabando (armas, licores, cigarros e afins) e escondendo pessoas sequestradas, e circulavam rumores entre a população de que os insurgentes nessa área estavam apenas vivendo “às custas do governo” (LaRosa; Mejía, 2017). Houve um agravamento do conflito entre as FARC e os grupos paramilitares que impediu o avanço das negociações, e o governo tentou criar uma comissão para monitoramento e apuração das violações de direitos humanos

¹²Foi membro do Partido Conservador e presidente da Colômbia entre 1998 e 2002, período marcado por tentativas de negociação de paz com as guerrilhas, especialmente as FARC, no âmbito do Plano Colômbia. As negociações fracassaram, levando à retomada da intervenção militar nos territórios cedidos. É filho do ex-presidente Misael Pastrana Borrero (1923-1997), e também foi embaixador da Colômbia nos Estados Unidos nomeado pelo presidente Álvaro Uribe em 2005 (Equipe Latinoamericana, 2026).

ocorridas na zona desmilitarizada. As FARC se opuseram à comissão e o governo sofria pressão política e militar para se posicionar, tensão que resultou na dissolução do acordo e na retomada das zonas desmilitarizadas pelas forças militares nacionais (Ribas; Carvalho; Ramina, 2017).

Para o financiamento do novo plano de paz, Pastrana solicitou ao presidente dos EUA Bill Clinton o auxílio financeiro de um milhão e trezentos mil dólares, que seriam majoritariamente destinados a serviços militares voltados ao combate ao narcotráfico e às guerrilhas: esse programa foi denominado Plano Colômbia, sancionado no ano de 2000. O Plano foi debatido pelo Congresso estadunidense sob pressão do governo Pastrana com justificativa de “salvar sua nação” e foi aprovado nos últimos dias do mandato de Clinton, tornando a Colômbia o terceiro país que mais recebia auxílio financeiro dos EUA - os primeiros eram Israel e Egito (LaRosa; Mejía, 2017). Conforme Silva:

O Plano Colômbia foi elaborado em conjunto pelos governos colombiano e americano. Projetado para contar com 7,5 bilhões de dólares, foi aprovado pelo Congresso norte-americano e tinha três componentes principais: I. quatro bilhões de dólares desembolsados pelo governo colombiano para investimentos sociais e substituição de plantios de coca para a população afetada pela violência; II. 1,3 bilhão de dólares desembolsados pelo governo americano para a assistência técnica, militar e financeira para o combate ao tráfico na Colômbia; III. 1,7 bilhão de dólares desembolsados por países europeus para a paz. O Congresso americano aprovou o desembolso de 1,3 bilhão, sendo 860,3 milhões destinados à Colômbia e outros 329 milhões divididos entre Bolívia, Peru e Equador (Silva, 2015, p. 125).

Ao fim do mandato de Pastrana, presidente cuja política fora incapaz de estabilizar o conflito armado, ele ordena o exército a retomar as zonas desmilitarizadas em fevereiro de 2002, ato que simboliza sua derrota contra os comandantes da FARC, mesmo contando com financiamento externo (LaRosa; Mejía, 2017). Entre 1996 e 2005, o conflito atinge o ápice de violência, com uma normalização de massacres, valas cheias de cadáveres, tortura e violência sexual em níveis sem precedentes (Oliveira, 2020).

A fragilidade de Pastrana na política resultante de suas iniciativas falidas para manutenção da paz o desfavorece e, no ano de 2002 a presidência da Colômbia passa a ser ocupada por Álvaro Uribe Vélez¹³ (2002-2010), ex-governador do departamento de Antioquia e membro do Partido Centro Democrático. Uribe é um tecnocrata formado em Oxford cujo

¹³Álvaro Uribe Vélez é um advogado colombiano que possui uma carreira política extensa, assumindo cargos municipais e nacionais. Foi prefeito de Medellín, governador de Antioquia (1995-1997) e dirigiu o Departamento Administrativo da Aeronáutica Civil. Também atuou como presidente entre 2002 e 2010, e como senador da República em dois mandatos consecutivos, de 1986 a 1994 (Moncayo Cruz, 2026).

discurso liberal se opunha fortemente às guerrilhas de esquerda na Colômbia, mas há evidências de que suas campanhas eleitorais foram financiadas pelo narcotráfico. Os indícios apontam que o financiamento vinha do Cartel de Medellín e do grupo paramilitar AUC, cujo antigo líder, Diego Murillo (popularmente chamado de Don Berna), após ser condenado confessou ter doado quantias altas de dinheiro para a campanha de Uribe por acreditar que seria a única alternativa frente ao avanço das guerrilhas comunistas (BBC News, 2009).

O início do século XXI é marcado pela liberalização econômica na Colômbia e pelo aumento da influência norte-americana resultante da política de George Bush¹⁴ (2001-2009) e do acordo a que me refiro anteriormente como Plano Colômbia. Com este acordo, a guerra às drogas e o combate às guerrilhas se intensifica. Sete bases militares foram instaladas pelos Estados Unidos no país sob justificativa de auxiliar no combate ao narcotráfico, uma estratégia de disfarce do controle dos paramilitares sobre o tráfico de ilícitos na Colômbia. Neste contexto, Uribe passa a se posicionar publicamente de forma a negar a existência do conflito armado para tentar avançar sobre os territórios tomados pelas guerrilhas e atrair investimentos externos para o país (Oliveira, 2020). Com a entrada de multinacionais no país, a exploração extrativista se intensifica e a população rural se torna ainda mais prejudicada:

A Ruta Pacífica de Las Mujeres denunciou que ao longo do Plano Colômbia **o governo tentava negociar com as populações indígenas o uso de suas terras para a mega mineração estrangeira**. Uma vez que esses povos não cediam, entrava em curso o *modus operandi* do conflito, com os **deliberados ataques dos paramilitares contra as comunidades, a violação das mulheres**, o assassinato dos homens e a expropriação do território para as mãos dos interessados com tais projetos econômicos (Oliveira, 2020, p. 66, grifo nosso).

Mesmo com a atuação agressiva e desproporcionalmente violenta dos grupos paramilitares, Uribe negociou a rendição de aproximadamente 32 mil combatentes das AUC com a assinatura do Acordo de Ralito (2003) e em junho de 2005, aprovou a Lei de Justiça e Paz, que concedia anistia aos membros do grupo paramilitar que cometeram diversas violações de direitos humanos, especialmente a violência sexual. Esta lei representou a tentativa de criação de um instrumento jurídico para a redução de penas, com intuito de facilitar a “reinserção” dos indivíduos que optam pela confissão ou comprovação de que não foram cometidos crimes contra a humanidade. Uma série de incongruências nos processos

¹⁴ Bush foi o 43º presidente dos Estados Unidos entre os anos de 2001 e 2009, como membro do Partido Republicano. É filho do 41º presidente republicano estadunidense, George H.W. Bush. Seu governo foi marcado pela redução de impostos, exaltação de valores tradicionais americanos, pela “Guerra ao Terror” e a invasão ao Afeganistão após o ataque do 11 de setembro e pela invasão do Iraque em 2003, com uma política externa bastante intervencionista e militarizada (United States, 2026).

judiciais, no processo de desarmamento e desmobilização é identificada, como a desproporcionalidade entre a quantia de paramilitares sentenciados e de armamento apreendido, o que pode indicar que o material bélico foi escondido e que os paramilitares apenas forjaram o Acordo. Na prática, a Lei contribui para um cenário de impunidade que perpetua a violência (Lair, 2008).

Como Uribe era um governante hostil em relação às guerrilhas, apenas em 2012 os diálogos de paz com as FARC foram retomados, durante o mandato de Juan Manuel Santos¹⁵ (2010–2018). Santos sofreu pressão do Partido Conservador e do Partido Centro-Democrático (fundado por Uribe) para não firmar nenhum acordo, mas foi apoiado pelos partidos liberais e pelos movimentos progressistas para elaborar medidas que chegassem ao fim do conflito. As negociações culminaram no *Acuerdo General para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera*, firmado em 2012. Embora não fosse o acordo final, este acordo representa o início formal das negociações entre as FARC e o governo colombiano, abrindo caminhos para que as FARC reconhecessem sua responsabilidade pelas vítimas do conflito e para que os seis pilares¹⁶ principais do acordo final fossem discutidos (Ribas; Carvalho; Ramina, 2017).

No dia 29 de agosto de 2016, após quatro anos de negociações formais, foi anunciado pelo governo colombiano e pelas FARC o cessar bilateral definitivo de hostilidades entre as partes do conflito. Posteriormente, no dia 26 de setembro do mesmo ano em uma cerimônia em Cartagena, foi assinado o *Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de Una Paz Estable y Duradera*, que deveria ser referendado pelos colombianos, mas devido a sua rejeição, o texto necessitou de uma revisão pelas partes e foi firmado novamente no dia 24 de novembro, no Teatro Colón de Bogotá, chegando à sua versão final (LaRosa; Mejía, 2017).

Na próxima seção, realizo uma leitura do Acordo de Paz colombiano a partir de uma ótica de gênero, trazendo os pontos principais abordados pelo pacto ao mesmo tempo em que destaco os tópicos que abordam, de alguma maneira, a violência que atinge as mulheres de forma específica e desproporcional, principalmente a violência sexual. Em seguida, apresento

¹⁵Santos assumiu a presidência da Colômbia pela primeira vez em 2010, e foi reeleito em 2014. Governou o país como membro do Partido Social da Unidade Nacional e foi reconhecido internacionalmente pelos esforços em direção à pacificação da Colômbia, sendo vencedor do Prêmio Nobel da Paz. Ao receber o prêmio, se emocionou profundamente, dizendo: “Recebi este prêmio com muita emoção. É algo muito importante para o povo do meu país, para o povo que sofreu com a guerra, especialmente as vítimas. É um grande reconhecimento para o meu país e o recebo com toda a humildade” (Turrer; Perosa, 2016).

¹⁶São eles: a realização de uma reforma agrária integral; o direito à participação política dos membros das FARC; o desarmamento das FARC, para seus membros serem reintegrados à sociedade civil; a erradicação do narcotráfico; a justiça para as vítimas do conflito e a criação de mecanismos para implementação do Acordo (Ribas; Carvalho; Ramina, 2017).

dados sobre a implementação dos tópicos de gênero e a violência sexual, para analisá-los com base nas teorias feministas apresentadas no capítulo anterior.

4. O Acordo de Paz, a Perspectiva de Gênero e a Violência Sexual na Colômbia

4.1. O Acordo de Paz da Colômbia: adotando lentes de gênero

O Acordo de Paz da Colômbia, firmado em 2016, é extenso e detalhado em suas seções. Por isso, neste capítulo trarei uma exposição geral do conteúdo do Acordo que aborde a temática de gênero, guiando o(a) leitor(a) de acordo com o recorte deste trabalho: a violência sexual, uma vez que se trata de uma violência baseada em gênero. O Acordo reconhece o estupro e outras formas de violência sexual como uma tipificação de crime não anistiável e não indultável, assim como outros crimes contra a humanidade, como genocídio, crimes de guerra, sequestro de reféns e outras formas graves de privação de liberdade, tortura, execuções extrajudiciais, desaparecimento forçado, deslocamento forçado, sequestro e recrutamento de crianças, segundo o Estatuto de Roma (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O Acordo de Paz firmado entre o governo colombiano e as FARC-EP é composto por seis tópicos centrais, que orientam a construção da paz de forma que a reforma rural, os direitos fundamentais de povos indígenas, comunidades afrodescendentes ou outros grupos étnicos desfavorecidos, pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e mulheres sejam considerados relevantes para a implementação do Acordo. O tópico 1, intitulado *Hacia un Nuevo Campo Colombiano: Reforma Rural Integral*, é sustentado por princípios expostos logo no início de sua apresentação, e entre todos eles há um princípio focado apenas na perspectiva de gênero de forma específica para a Reforma Rural Integral (RRI):

Igualdad y enfoque de género: reconocimiento de las mujeres como ciudadanas autónomas, sujetos de derechos que, independientemente de su estado civil, relación familiar o comunitaria, tienen acceso en condiciones de igualdad con respecto a los hombres a la propiedad de la tierra y proyectos productivos, opciones de financiamiento, infraestructura, servicios técnicos y formación, entre otros; atendiendo las condiciones sociales e institucionales que han impedido a las mujeres acceder a activos productivos y bienes públicos y sociales. Este reconocimiento implica la adopción de medidas específicas en la planeación, ejecución y seguimiento a los planes y programas contemplados en este acuerdo para que se implementen teniendo en cuenta las necesidades específicas y condiciones diferenciales de las mujeres, de acuerdo con su ciclo vital, afectaciones y necesidades (Governo Nacional Colombiano e FARC-EP, 2016, p. 12)

Os outros princípios que citam mulheres sem trazer a questão de forma exclusiva e aprofundada, são: (i) o princípio relacionado à priorização, que defende a necessidade de se priorizar a população e os territórios mais necessitados e vulneráveis, como as comunidades mais afetadas pela miséria, abandono e pelo conflito na política de desenvolvimento agrário

nacional, com ênfase nas principais vítimas do que são pequenos produtores, mulheres e crianças; (ii) o princípio de regularização de propriedades, que busca por um fim à ilegalidade na posse de terras com homens e mulheres possuindo direito legítimo à usufruir da terra sem necessitar do uso da violência para solucionar conflitos; (iii) o princípio da participação ativa de homens e mulheres no planejamento, execução e seguimento dos planos e programas apresentados, para garantir a transparência e a vigilância dos organismos competentes; (iv) por fim, o princípio da democratização do acesso e o uso adequado da terra, que defende a criação de mecanismos e garantias para que mais homens e mulheres camponeses, com ou sem propriedades, possam utilizar a terra com critérios de sustentabilidade, ordenamento territorial e participação comunitária (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016). Ressalta-se que os princípios apresentados apenas adicionam as mulheres junto aos homens, citando-as pela expressão “*hombres y mujeres*”.

Neste primeiro tópico, defende-se no Acordo que uma verdadeira transformação estrutural no campo requer a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, mediante a adoção de medidas específicas para a implementação do Acordo. Além disso, para se alcançar uma transformação estrutural, medidas são necessárias para promover o uso adequado da terra de acordo com sua vocação e estimular a restituição e a distribuição igualitária, como garantir o acesso progressivo à propriedade rural para os camponeses que ali habitam e priorizar as mulheres rurais junto à população mais vulnerável, para assim democratizar as propriedades, promovendo a desconcentração de terras e o cumprimento de sua função social (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016). Ao citar as mulheres rurais, segue-se a definição utilizada pelo Acordo, retirada da Lei Colombiana 731 de 2002, segundo a qual:

[...] (uma) mulher rural é toda aquela que, sem distinção de nenhuma natureza e independentemente do lugar em que viva, possui uma atividade produtiva relacionada diretamente com o meio rural, mesmo se tal atividade não for reconhecida pelos sistemas de informação e medição do Estado ou não for remunerada. Essa definição inclui mulheres camponesas, indígenas e afrodescendentes, sem terras ou com terra insuficiente (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016, p. 10, tradução nossa).

Dentro do referido tópico, tem-se subtópicos que trazem questões centrais à reforma agrária e as diretrizes a serem seguidas na implementação do Acordo. O primeiro subtópico possui a seguinte temática/ *Acceso y Uso, Tierras Improductivas. Formalización de la propiedad. Frontera Agrícola y protección de zonas de reserva.*, e se subdivide em dez pontos, segundo os quais o governo colombiano deve se guiar para cumprimento do Acordo.

Nesta seção, o Acordo estabelece que o governo colombiano deverá criar um Fundo de Terras de distribuição gratuito, e delimita quais serão as fontes de tal fundo. Além disso, ela traz outros mecanismos para promover o acesso à terra, como o subsídio integral para compra e o crédito especial para compra (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O primeiro mecanismo outorga subsídios integrais para a compra de terras por parte das pessoas beneficiárias em zonas prioritárias, como uma ferramenta que contribua a solucionar problemas pontuais de acesso à terra. Já o crédito especial para compra ordena a abertura de uma nova linha de crédito especial a longo prazo para a compra de terras por parte da população beneficiária. Ambos os mecanismos devem contar com medidas específicas para facilitar o acesso das mulheres rurais aos benefícios. Por população beneficiária, entende-se: trabalhadores agrários sem terras ou com terra insuficiente, priorizando-se a população rural vitimizada ou deslocada, mulheres rurais e mulheres “chefes de família”, além de pessoas e comunidades que participem de programas de assentamento (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

No que tange aos detalhes do Acordo pertinentes à formalização massiva das pequenas e médias propriedades rurais por parte do Governo da Colômbia, tem-se que o Estado deverá adequar seu plano de formalização realizando as reformas pertinentes e garantindo que haja medidas específicas para superar os obstáculos que impedem mulheres rurais de formalizarem suas propriedades. Além disso, exige-se a criação de novos mecanismos para promover o acesso à justiça e superar as barreiras que dificultam o reconhecimento e a proteção dos direitos das mulheres sobre a terra, promovendo a participação das mulheres e de suas organizações nos espaços criados para conciliação e resolução de conflitos sobre uso e posse de terras. As formulações de planejamentos sobre a política de desenvolvimento rural a nível nacional deverão contar com representação equitativa de homens, mulheres e autoridades territoriais (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Os Programas de Desenvolvimento com Enfoque Territorial (PDET) são expostos no Acordo com o objetivo de transformar estruturalmente a área rural, promovendo um relacionamento equitativo entre campo e cidade, assegurando o bem estar, os direitos fundamentais dos camponeses e o desenvolvimento da economia familiar. Um dos objetivos dos PDET é permitir a participação igualitária entre homens e mulheres, e que organizações comunitárias e de mulheres rurais sejam atores primordiais nos processos decisórios de tal transformação. Segundo o Acordo, o Plano Nacional de Desenvolvimento deverá incluir as metas dos PDET (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Por sua vez, os Planos Nacionais para a Reforma Rural Integral são focados na superação da pobreza e desigualdade para a população rural e na integração entre campo e cidade, e no acordo estão previstas medidas para suprir necessidades específicas das mulheres e promover igualdade de oportunidades. Nesse sentido, é exigido que o governo crie um Plano Nacional de vias terciárias que garanta a participação ativa das comunidades, e de homens e mulheres; outro Plano Nacional que cita as mulheres é o relacionado à saúde, localizado no subtópico *Desarrollo social: salud, educación, vivienda, erradicación de la pobreza*, que frisa a necessidade de proporcionar um foco maior para questões de gênero relativas ao ciclo vital feminino, à saúde sexual e reprodutiva, e atenção psicossocial e medidas especiais para mulheres gestantes, crianças e adolescentes, e o Plano Especial de Educação Rural, que traz algumas questões relacionadas à igualdade de gênero, como o estímulo de formações profissionais consideradas não tradicionais para mulheres e cotas para incentivar o acesso e a permanência de mulheres rurais e pessoas com deficiência nos programas educacionais. Os outros planos nacionais citados no acordo preveem apenas a participação equitativa de homens e mulheres, dizendo que ambos os gêneros devem participar (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O terceiro subtópico envolve questões relacionadas à produção agropecuária, à economia solidária e cooperativa e aos subsídios e crédito necessários para atingir os objetivos do Acordo de estímulo aos pequenos e médios produtores. Esta subdivisão aborda questões referentes à autonomia econômica das comunidades camponesas, em especial de mulheres rurais, e estabelece a criação de um Plano Nacional de assistência técnica, tecnológica e de fomento à pesquisa para desenvolver projetos de inovação tecnológica que deve contar com a participação de mulheres e fornecer um serviço de assistência técnico gratuito para os beneficiários do Fundo de Terras e pequenos produtores, contando com subsídios progressivos e a priorização de mulheres chefes de família, sem detalhar como a priorização será feita (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Além dos subsídios liberados pelos planos de distribuição de terras, assistência técnica, habitação e infraestrutura, o Acordo estabelece a necessidade de criação de um Plano Nacional para apoio e consolidação da geração de renda na economia rural, familiar e comunitária, e cita a criação de medidas que permitam às mulheres superarem as barreiras de acesso a este financiamento. Há também o Plano Nacional que exige medidas afirmativas para o empoderamento econômico de mulheres rurais é o Plano Nacional para comercializar os bens produzidos pela economia rural, familiar e comunitária, com a participação de associações de mulheres rurais em ações solidárias para a comercialização dos produtos,

promovendo informações, gerindo a logística e buscando ofertar menores preços finais aos consumidores; e o Plano Progressivo de proteção social e de garantia dos direitos dos trabalhadores rurais, que busca condições de trabalho igualitárias entre homens e mulheres seguindo as normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), trazendo questões como a promoção da vinculação de mulheres a áreas e trabalho consideradas masculinas e a necessidade de estender os programas para proteger a população rural idosa, especialmente as mulheres, que se encontra em níveis de pobreza extrema por não estar inserida no público do sistema de seguridade social (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Por fim, o Acordo cita o papel fundamental da participação das mulheres rurais na criação de um sistema nacional de garantia à alimentação saudável e culturalmente apropriada, e exige a criação de programas com o objetivo de erradicar a fome e a desnutrição, especialmente para a população rural em situação de miséria, mulheres gestantes e lactantes, crianças, adolescentes e idosos. Outra medida imposta pelo Acordo nesse sentido é a criação de conselhos estaduais e municipais sobre alimentação e nutrição, que contem com a representação civil e de comunidades, incluindo homens e mulheres, para participarem do desenvolvimento de políticas alimentares, da mobilização dos recursos e do monitoramento do cumprimento das metas. Este é o último subtópico que cita assuntos referentes a gênero do primeiro tópico do Acordo de Paz (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O segundo tópico do Acordo, intitulado *Participación Política: Apertura democrática para construir la paz*, aborda as revisões e ajustes institucionais necessários para trazer maiores níveis de participação política e cidadania em todas as esferas políticas e sociais necessárias para a construção da paz, que não é alcançável de forma duradoura e justa sem o respeito aos valores democráticos, que incluem o direito ao pluralismo político e a transparência em processos eleitorais. Ainda na apresentação do tópico, as mulheres foram citadas em um parágrafo:

Considerando que as mulheres enfrentam maiores barreiras sociais e institucionais à participação política, em decorrência de profunda discriminação e desigualdade, bem como de condições estruturais de exclusão e subordinação que geram maiores desafios para a garantia do seu direito à participação, abordar e transformar essas condições históricas exige o desenvolvimento de medidas de ações afirmativas que garantam a participação das mulheres nos diversos espaços de representação política e social. Isso requer o reconhecimento da situação e da condição das mulheres em seus contextos e particularidades (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016, p. 35, tradução nossa).

Posteriormente, o Acordo defende que para fortalecer a participação política feminina, é indispensável reconhecer as mulheres como sujeitos políticos da esfera pública,

especialmente quando é necessário valorizar a agenda de interesses das mulheres e promover seus direitos. O Acordo estabelece a necessidade de criação do Sistema Integral de Seguridade para o Exercício da Política, para criar e garantir uma cultura de convivência, tolerância e prevenir perseguições políticas devido a divergências de opinião ou oposição política. Nesse sentido, o Sistema deve incorporar medidas especiais para as mulheres, incluindo a valorização da participação feminina, e em sua estrutura normativa e institucional, é exigido que haja uma instância de alto nível governada pelo presidente da república que garanta o funcionamento e a supervisão do Sistema e estabeleça a interlocução com os partidos e movimentos políticos de oposição, além de um diálogo efetivo com as mulheres. Outra exigência é a criação de um sistema de planejamento, informação e monitoramento com caráter interinstitucional, que deverá fazer avaliações de desempenho e reajustar as estratégias para garantir a seguridade no exercício da política, que deve contar com informações específicas sobre os obstáculos e as ameaças à representação política, social e comunitária das mulheres (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Além disso, o segundo tópico outorga a criação de um projeto de lei, pelo governo nacional colombiano, que garanta a participação plena dos cidadãos, organizações e movimentos sociais na política para negociação com autoridades, e que promova mediante assistência técnica e legal a criação e o fortalecimento de organizações e movimentos sociais, com medidas extraordinárias para mulheres, jovens e grupos historicamente discriminados. Nas instâncias de participação cidadã, exige-se a representatividade equitativa entre homens e mulheres na interlocução com autoridades locais, municipais, estaduais e nacionais. O governo deve, também, criar espaços nas emissoras e nos canais institucionais regionais para divulgar questões como o direito de populações vulneráveis, a justiça social, o trabalho de organizações e movimentos sociais, inclusive os femininos (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Outra criação estabelecida pelo Acordo é o Conselho Nacional para a Reconciliação e Convivência, que deverá integrar representantes do Governo, o Ministério Público e entidades da sociedade civil que representam grupos sociais diversos para que haja um monitoramento das ações governamentais e dos mecanismos criados para a construção de uma atmosfera política de reconciliação, convivência, tolerância e garantia dos direitos constitucionais e dos princípios democráticos. Este Conselho deverá destinar maior atenção às populações mais afetadas pelo conflito, especialmente as mulheres, devido ao impacto desproporcional que ele causou para a população feminina, especialmente em povos e comunidades étnicas e minorias políticas e religiosas. As outras medidas citadas, como a criação de Conselhos Territoriais, os

mecanismos de controle e supervisão cidadã e os exercícios de planejamento participativo citam as mulheres apenas para defender sua plena participação nos processos (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Para impulsionar a participação cidadã nos processos eleitorais, o Acordo exige a promoção de campanhas de informação, capacitação, pedagogia e divulgação que estimulem o engajamento da população nas eleições, especialmente as mulheres, e uma campanha nacional de identificação em massa que priorize as áreas marginalizadas e as zonas rurais, principalmente as localidades mais afetadas pelo conflito, que conte com medidas para facilitar o acesso de mulheres rurais à campanha. Em relação à reforma do regime eleitoral e sua organização para gerar maior participação política e elevar a qualidade da democracia, deverá ser criada uma Missão Eleitoral Especial composta por especialistas de nacionalidade em colombiana (em sua maioria), que deve apresentar suas recomendações baseando-se em boas práticas nacionais e internacionais e considerar as necessidades específicas das mulheres em relação ao sistema eleitoral. Para promoção da cultura democrática e participativa, será necessário a promoção de campanhas em meios de comunicação com ênfase nas populações mais vulneráveis, e as mulheres são citadas em meio às minorias (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Há um subtópico exclusivo para a participação política e cidadã da mulher no Acordo de numeração 2.3.7, no qual o governo nacional da Colômbia e as FARC-EP reconhecem o papel importante das mulheres na resolução de conflitos e na construção da paz, por isso, reafirmam que a entrada das mulheres como sujeitos políticos da vida pública é crucial para o funcionamento da democracia e para a manutenção da paz. Por isso, o Acordo ressalta que durante a implementação de seu segundo tópico a abordagem de gênero deverá ser aplicada mediante a aplicação de medidas afirmativas e de programas de formação sobre os direitos políticos das mulheres que promovam o cumprimento de todas as proposições apresentadas, com a participação equilibrada entre os gêneros e o protagonismo das mulheres nas organizações, movimentos sociais e partidos políticos. O governo deverá criar um canal de televisão para que os partidos divulguem seus planos políticos, o qual também servirá para divulgar o trabalho de organizações de vítimas, movimentos sociais e promover a conscientização a respeito do direito das mulheres a uma vida livre de violências (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O terceiro ponto do Acordo é denominado *Fin del Conflicto*, e seu primeiro subtópico se desenvolve a partir de duas negociações centrais: a Cessação ao Fogo e Hostilidades Bilaterais Definitiva, e o Abandono de Armas, ambos firmados entre o governo colombiano e

as FARC-EP. O procedimento de cessar-fogo entre as partes visa finalizar, de forma definitiva, as ações ofensivas entre as forças de segurança pública e as FARC-EP, e deve ser executado de acordo com seu regimento específico; já o abandono de armas se trata de um procedimento técnico por meio do qual a ONU receberá os armamentos das FARC-EP para destiná-los à construção de monumentos. Neste subtópico, há um detalhamento extenso sobre as etapas de cada processo e não são desenvolvidas medidas em relação à abordagem de gênero. O próximo subtópico, que aborda a reincorporação efetiva das FARC-EP à vida social, econômica e política, apenas cita a necessidade de inserir no processo de reincorporação um olhar diferenciado voltado aos direitos das mulheres (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O terceiro subtópico é focado na implementação das medidas necessárias e na criação de normas de processo criminal para responsabilizar as organizações e indivíduos que cometem homicídios, massacres e perseguições aos defensores de direitos humanos, movimentos sociais e movimentos políticos que atuam na construção da paz, incluindo as organizações sucessoras do paramilitarismo e suas redes de apoio. Nesse sentido, há um parágrafo focado na abordagem de gênero, que exige ênfase na proteção de mulheres, crianças e adolescentes que enfrentam riscos específicos contra sua vida, liberdade e integridade causados pelas organizações criminais. Quanto às garantias de não repetição, o estado colombiano deve adotar medidas para compreender e conter o avanço de organizações paramilitares para evitar que a violência sistemática contra mulheres e os massacres contra defensores de direitos humanos que atuam em defesa da construção da paz continuem acontecendo (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Para se alcançar uma paz estável e duradoura, no Acordo se firma o Pacto Político Nacional, que visa solidificar o compromisso da sociedade colombiana para que armas e o paramilitarismo não sejam mais associados à política e o governo nacional se comprometa com a criação de um processo legislativo que incorpore à Constituição a proibição da promoção, organização e financiamentos de estruturas e práticas paramilitares. É exposto no Acordo que o Plano deverá contar com a participação efetiva das mulheres e destinar atenção às questões relativas a gênero em sua Comissão Nacional de Garantias de Seguridade, órgão que será responsável por executar as políticas públicas voltadas a este desmantelo das organizações paramilitares, e na Unidade Especial de Investigação e seus órgãos associados, que é responsável por investigar e acusar tais organizações por suas condutas ilegais. A unidade contará com a Unidade Especial de Polícia Judicial, que será composta por

funcionários com conhecimento em justiça e violência de gênero (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Na esfera política, para garantir que os novos movimentos ou partidos políticos que surjam das FARC-EP no momento de reincorporação de seus integrantes à sociedade e à política, o Acordo exige a criação da Mesa Técnica de Seguridade e Proteção. A Mesa deverá coordenar e criar as medidas materiais e imateriais para que os antigos integrantes das FARC-EP e seus familiares sejam reintegrados à vida civil, e uma das medidas que traz atenção às mulheres é a criação de um sistema de formação e treinamento laboral, que incluirá programas formativos específicos para mulheres, tendo em vista os riscos específicos por elas enfrentados. Haverá também medidas de atenção psicossocial aos indivíduos e grupos destinatários da proteção com foco na abordagem de gênero, e a criação de um programa integral de seguridade e proteção que deverá contar com a participação feminina e das comunidades (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O quarto tópico do Acordo é intitulado *Solución al Problema de las Drogas Ilícitas*, e traz como questão central a solução do problema de drogas ilícitas na Colômbia, intensificado pelas redes de corrupção entre organizações criminosas do narcotráfico, grupos paramilitares e instituições governamentais corrompidas. Nesse sentido, o Acordo estabelece a criação do Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos de Uso Ilícito (PNIS) como a autoridade nacional competente para desenvolver estratégias para solucionar a questão de ilícitos na Colômbia, gerando condições materiais e imateriais para reestruturar as comunidades afetadas pelo cultivo e pelo narcotráfico, e deverá contar com a participação plena de homens, mulheres e comunidades no processo de tomada de decisão Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O PNIS faz parte da Reforma Rural Integral, portanto, além de integrar os princípios da RRI, ele possui seus próprios princípios regentes, e um deles é focado na criação de abordagens diferenciadas de acordo com as particularidades de cada localidade em relação às questões de gênero, às comunidades indígenas, afrodescendentes e à sustentabilidade socioambiental. Entre seus objetivos, tem-se a incorporação de mulheres como sujeitos ativos e como participantes úteis para o planejamento, a execução, a avaliação do Programa e o desenvolvimento de medidas para prevenir a violência de gênero associada ao tráfico, além do fornecimento de apoio técnico, financeiro e humanizado para organizações de mulheres rurais nos projetos do PNIS. Outra medida focada nas mulheres rurais é a criação de um programa de creches rurais nas áreas afetadas pelo cultivo de ilícitos, assim, as mulheres que chefiam suas famílias podem ter acesso a mais oportunidades de trabalho, e as opções laborais

disponíveis deverão ofertar medidas diferenciais para as mulheres rurais (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O governo deve criar também o Programa Nacional de Intervenção Integral frente ao Consumo de Drogas Ilícitas, que representará a instância de alto nível em âmbito nacional responsável por abordar este problema de saúde pública em nível institucional, e os seus princípios originários também incluem uma abordagem diferencial de gênero, que considere a relação indissociável entre o consumo de drogas ilícitas e a violência contra a mulher, especialmente as nuances de violência intrafamiliar e violência sexual. O Programa deverá conter planos que desenvolvam medidas de redução de danos baseadas em evidências, e orientar sobre os impactos negativos do consumo de drogas principalmente às pessoas consumidoras, pessoas em situação de rua, mulheres e a população carcerária. Além disso, ampliará e melhorará o acesso a tratamentos de assistência aos consumidores e de reabilitação, que devem possuir medidas afirmativas para mulheres e população LGBTQIA + (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O quinto ponto do acordo é chamado de *Acuerdo sobre las Víctimas del Conflicto: “Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición”*, incluyendo la *Jurisdicción Especial para la Paz*; y *Compromiso sobre Derechos Humanos* e aborda a necessidade de o governo colombiano criar um Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição, como demonstração do compromisso entre as partes de colocar as vítimas no centro do Acordo, reconhecendo-as como cidadãos de direitos e responsabilizando os perpetradores diretos e indiretos da violência, de violações de direitos humanos e violações de Direito Internacional Humanitário. O Sistema será composto por cinco medidas e órgãos principais: a Comissão para Esclarecimento da Verdade, Convivência e Não Repetição; a Unidade especial para a busca de pessoas desaparecidas no contexto do conflito armado; a Jurisdição Especial para a Paz (JEP)¹⁷, e por fim, as medidas de reparação integral para a construção da paz e as medidas de não repetição (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O Sistema traz o foco diferencial em questões de gênero em sua introdução e em seus objetivos, defendendo tratamentos especiais para mulheres e grupos vulneráveis no âmbito da Comissão, que deverá criar um grupo de trabalho sobre gênero responsável por tarefas de caráter técnico, como investigação, preparação de audiências, revisão de metodologias e

¹⁷ A Unidade de Investigação e Acusação da JEP conta com uma equipe dedicada exclusivamente à investigação de casos de violência sexual, seguindo as disposições do Estatuto de Roma para a prática de provas (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

diálogos com organizações de mulheres e pessoas LGBTQIA +. A Comissão será formada por 11 comissionados, e deverá contar com participação equitativa entre homens e mulheres. Quanto à Jurisdição Especial para a Paz, ela deverá aplicar uma justiça restaurativa que restaure os danos causados às vítimas do conflito, com reparações e proteção específicas para as mulheres, comunidades étnicas, pessoas em situação de pobreza extrema, refugiados e pessoas em deslocamento forçado, crianças, idosos e outros grupos vulneráveis. Além disso, seguirá as recomendações da ONU sobre a abordagem de gênero, com medidas de reparação e restauração que considerem o sofrimento extraordinário das mulheres em conflitos armados, e participação equitativa entre homens e mulheres no magistrado do Tribunal para a Paz (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

O sexto ponto do Acordo de Paz sobre *Implementación, verificación y refrendación* lista os princípios necessários para nortear a etapa de implementação do Acordo, e um dos princípios se trata da definição do que é considerado o foco em questões de gênero:

Abordagem de Gênero: Neste Acordo, a abordagem de gênero significa o reconhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres e das circunstâncias especiais de cada um, especialmente as mulheres, independentemente de seu estado civil, ciclo de vida e relações familiares e comunitárias, como sujeitos de direitos e proteção constitucional especial. Implica, em particular, a necessidade de garantir medidas afirmativas para promover essa igualdade, a participação ativa das mulheres e suas organizações na construção da paz e o reconhecimento da vitimização das mulheres em decorrência do conflito. Para garantir a igualdade efetiva, é necessário promover medidas afirmativas que respondam aos impactos desproporcionais que o conflito armado teve sobre as mulheres, **em particular a violência sexual**. Em relação aos direitos das vítimas, sua proteção inclui um tratamento diferenciado que reconheça as causas e os efeitos desproporcionais que o conflito armado teve, especialmente sobre as mulheres. Além disso, ações diferenciadas devem ser adotadas para que as mulheres possam acessar os planos e programas contidos neste Acordo em igualdade de condições. A participação das mulheres e suas organizações e sua representação equitativa nos diversos espaços participativos serão garantidas. A perspectiva de gênero deve ser compreendida e aplicada de forma transversal na implementação de todo o Acordo (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016, p. 192, tradução nossa, grifo nosso).

Após a assinatura do Acordo, foi criada a Comissão de Acompanhamento, Promoção e Verificação da Implementação do Acordo Final (de sigla CISIVI, em espanhol), composta por três representantes do governo e três representantes das FARC-EP ou de partido político a elas vinculado. Essa Comissão deverá ter interlocuções permanentes com uma Instância Especial formada por representantes de seis organizações de mulheres colombianas para garantir os interesses femininos, criará um Plano de Estrutura de Implementação ou *Plan Marco de Implementación* (PMI) que guiará a implementação do Acordo, e deverá contemplar de forma prioritária as necessidades das mulheres ao impulsionar políticas públicas, programas e

reformas que considerem as particularidades das mulheres e comunidades étnicas, assim como os mecanismos de verificação da Comissão. O acompanhamento internacional da implementação do Acordo que foi consentido pelas partes, no que tange à abordagem de gênero, será realizado pela ONU Mulheres, a Federação Democrática Internacional de Mulheres, um Representante do Secretário Geral para violência sexual no conflito e a Suécia (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Ainda no sexto tópico, questões de gênero são abordadas no Capítulo Étnico, uma iniciativa das partes signatárias do Acordo de Paz para contemplar os direitos de comunidades étnicas marginalizadas, que são profundamente afetadas pela violência dos grupos armados envolvidos no conflito colombiano. Este subtópico define a necessidade de inclusão, representatividade e segurança para povos indígenas e afro colombianos especialmente nas reformas institucionais referentes a questões territoriais. Além disso, garante o direito à consulta prévia, livre e informada das comunidades étnicas, com respeito aos padrões constitucionais e internacionais e adoção da perspectiva transversal de gênero e cultura. Por fim, determina a obrigatoriedade da criação do Órgão Especial de Alto Nível para Povos Étnicos para representação e monitoramento da implementação do Acordo, no âmbito da CSIVI (Governo Nacional da Colômbia e FARC-EP, 2016).

Para acompanhar o cumprimento do Acordo, é atribuída ao Kroc Institute¹⁸ a responsabilidade de providenciar suporte técnico no monitoramento e na verificação da implementação do acordo em sua completude. Assim, o referido instituto de pesquisa tem, desde o ano de 2016, tal competência a partir do desenvolvimento de uma metodologia específica, por parte da equipe composta por pesquisadores da Universidade de Notre Dame e da Colômbia, para analisar fontes providenciadas por entidades do governo colombiano. Com relação à etapa de implementação dos tópicos de gênero apresentados, os resultados apontados pelo Kroc Institute não são otimistas.

O relatório do ano de 2024 aponta que, de 130 compromissos focados na perspectiva de gênero presentes no Acordo, 15% não foram iniciados, tanto por não serem desenvolvidos nem mesmo inicialmente ou por terem iniciado, mas não integrado o gênero de uma forma adequada durante sua implementação. Os compromissos iniciados, mas com nível mínimo de implementação totalizam 53%, enquanto os de nível intermediário representam 19% e apenas 12% foram totalmente concluídos. O relatório publicado no ano de 2025 revela que, em relação aos 130 compromissos relacionados ao gênero do Acordo, apenas 13% foram concluídos, 19% avançaram de forma intermediária, 51% se encontram em seu estágio

¹⁸Instituto de Estudos Internacionais para a Paz da Universidade de Notre Dame, nomeado *Kroc Institute*.

mínimo de desenvolvimento e 17% não foram nem mesmo iniciados. Dessa forma, há uma diferença notável entre o nível de implementação geral do Acordo, com 34% de implementação completa para questões gerais e apenas 13% de implementação completa para assuntos de gênero, com uma lacuna de 21% que demonstra que há muitos compromissos do Acordo avançando sem incorporar as questões de gênero. As disposições gerais do Acordo que avançaram em nível intermediário também compõem 19% e as de nível mínimo estão em 38%, com uma diferença de 13 pontos percentuais em relação a 51% das disposições de gênero em nível mínimo (Alvarez et al., 2024; Alvarez et al., 2025).

Ao comparar os anos consecutivos, nota-se um aumento do percentual dos compromissos não iniciados (de 15% para 17%) e um avanço irrisório dos compromissos concluídos integralmente (de 12% para 13%). Além disso, permanece elevada a porcentagem de compromissos em estágio mínimo de desenvolvimento. O contraste notável entre a implementação de tópicos gerais do Acordo em detrimento das questões de gênero nos mostra uma hierarquização, que coloca as questões de gênero em plano secundário. Este é um fator que reflete o funcionamento estrutural do patriarcado nas instituições da Colômbia, com entraves que impedem a alteração de estruturas feitas para atender apenas à masculinidade e às elites colombianas. Na próxima seção, será analisada a questão da violência sexual no contexto do conflito armado colombiano, buscando compreender suas dinâmicas, padrões e grupos armados envolvidos.

Em síntese, a TABELA 1 apresenta os principais tópicos referentes a gênero presentes no Acordo de Paz:

Tabela 1 - Acordo de Paz em Síntese

Ponto do Acordo	Principais Estipulações e Diretrizes
1. Reforma Rural Integral (RRI)	• Reconhecimento das mulheres como cidadãs autônomas e sujeitos de direitos, independentemente do estado civil. • Garantia de acesso à propriedade da terra em condições de igualdade com os homens. • Criação de um Fundo de Terras com distribuição gratuita, priorizando mulheres rurais, "chefes de família" e população deslocada. • Implementação de medidas para superar obstáculos na formalização de propriedades por mulheres. • Planos de saúde com foco no ciclo vital feminino, saúde sexual/reprodutiva e atenção a gestantes. • Estímulo à formação profissional não tradicional e cotas para permanência em programas educativos.

2. Participação Política	• Promoção da participação plena e equitativa em instâncias de decisão, negociação e representação política. • Criação do Sistema Integral de Seguridade para o Exercício da Política, com medidas especiais para proteger mulheres. • Apoio técnico e legal para o fortalecimento de organizações e movimentos sociais femininos. • Realização de campanhas de identificação em massa e pedagogia eleitoral que facilitem o acesso de mulheres rurais. • Divulgação do direito das mulheres a uma vida livre de violências em canais institucionais de TV.
3. Fim do Conflito	• Inclusão de um olhar diferenciado voltado aos direitos das mulheres no processo de reincorporação à vida civil. • Ênfase na proteção de mulheres e crianças contra riscos específicos causados por organizações criminais e sucessoras do paramilitarismo. • Criação de sistemas de treinamento laboral e atenção psicossocial com abordagem de gênero para ex-combatentes e familiares.
4. Solução ao Problema das Drogas Ilícitas	• Participação ativa de mulheres no planejamento e execução do Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos (PNIS). • Criação de creches rurais nas áreas afetadas para ampliar as oportunidades de trabalho das mulheres chefes de família. • Abordagem de saúde pública que considere a relação entre o consumo de drogas e a violência sexual ou intrafamiliar.
5. Vítimas do Conflito	• Colocação das vítimas no centro, com tratamentos especiais para mulheres no âmbito da Comissão da Verdade. • Participação equitativa de mulheres no magistrado do Tribunal para a Paz (Jurisdição Especial para a Paz - JEP). • Aplicação de justiça restaurativa com reparações específicas que reconheçam o sofrimento extraordinário das mulheres na guerra.
6. Implementação e Verificação	• Definição da "Abordagem de Gênero" como princípio transversal em todo o texto, exigindo medidas afirmativas para garantir igualdade efetiva. • Criação de uma Instância Especial formada por organizações de mulheres para garantir seus interesses na fase de implementação. • Acompanhamento internacional especializado por órgãos como a ONU Mulheres.

Fonte: Elaboração própria.

4.2. Análise da Violência Sexual: grupos armados, regiões e vítimas na Colômbia

Neste capítulo, realizo uma análise acerca do uso da violência sexual no contexto do conflito armado colombiano. Busco demonstrar não apenas as formas pelas quais essa violência foi empregada, mas também realizar um mapeamento do perfil das pessoas afetadas, a partir de recortes de gênero, idade, etnia e região de ocorrência. Além disso, realizei um mapeamento dos perpetradores de como os grupos armados utilizam a violação sexual nos casos em que há disponibilidade de informações. Realizo a análise com base no referencial

teórico anteriormente apresentado, a partir do qual considero a violência sexual como parte da continuidade da violência contra a mulher em contextos patriarcais, exacerbados em cenários de guerra e conflitos armados.

É importante delinear com maior precisão o que compreendo como violência sexual. A violência sexual é um fenômeno variado que assume diversas formas e manifestações, que perpassa conflitos em regiões geográficas longínquas ao decorrer da história, e que não se limita apenas a determinados tipos de guerra (Drumond, 2023). Ao falarmos sobre violência sexual em conflitos armados, a primeira violação à qual associamos o tema é o estupro, comumente. Porém, este tipo de violência pode se manifestar de forma mais abrangente, como define o Artigo 7 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), que a caracteriza como um dos tipos de crime contra a humanidade: “Agressão sexual, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável.” (Brasil, 2002). Neste trabalho, adoto a definição do TPI, pois considero a violência sexual um crime contra a humanidade.

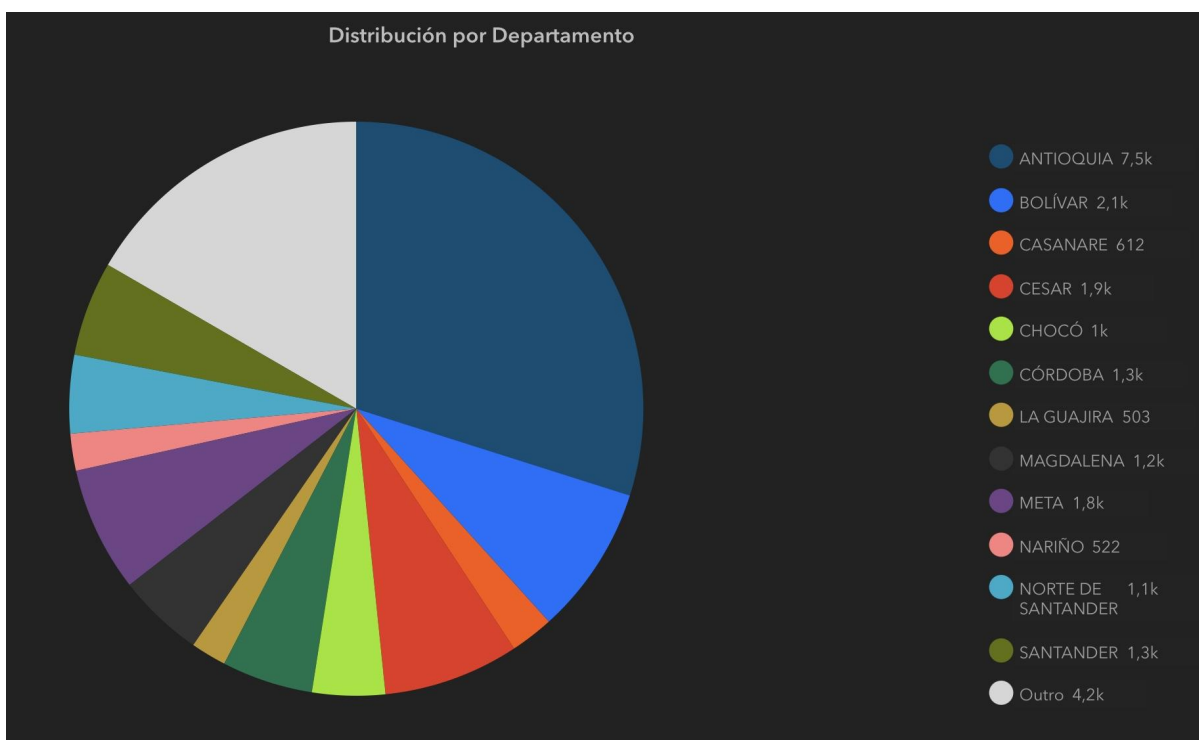
Durante meio século de conflito na Colômbia, estima-se que 461.949 mulheres foram assassinadas, 78.993 foram vítimas de desaparecimento forçado e 24.370 sofreram violência sexual e suas variações. Segundo dados do Observatório Colombiano das Mulheres, entre os anos de 2007 e 2018, as mulheres foram mais propensas a sofrerem de crimes relacionados à violação da integridade sexual, totalizando cerca de 92% destes casos no período citado (García, 2024). Ainda que o conflito armado seja um cenário devastador para todos, os homens não costumam ser os principais alvos para a violência sexual na Colômbia, com exceção de casos em que ocupam corpos marginalizados como a comunidade LGBTQ+ ou casos em que há o intuito de humilhar determinado núcleo social (como abalar uma família ou comunidade) (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017).

Todos os atores armados envolvidos no conflito utilizaram-se da violência sexual em algum momento, mas de formas heterogêneas. Os grupos paramilitares utilizaram a violência sexual para castigar e aniquilar o grupo inimigo, representado pelas guerrilhas. Essa violência foi direcionada às mulheres com o objetivo de puni-las por colaborarem ou por integrarem as guerrilhas, inclusive em situações nas quais não havia comprovação de sua vinculação com esses grupos. Dessa forma, transmitia-se a mensagem de que o vínculo com a guerrilha constituía o motivo da violência e de que qualquer mulher associada aos grupos insurgentes de esquerda seria castigada e violentada sexualmente. A violência sexual foi empregada pelos paramilitares durante as ações de incursão realizadas em territórios com presença histórica de grupos guerrilheiros, com o intuito de dominar tanto o território quanto os corpos femininos

que ali habitavam. O uso dessa prática buscava enfraquecer a resistência das comunidades que se opunham à ocupação arbitrária dos grupos armados. Assim, a violência sexual constituiu uma das ferramentas utilizadas para assegurar o domínio dos territórios apropriados, sendo empregada especialmente contra mulheres que atuavam como líderes sociais e ativistas, e que denunciavam as violações de direitos humanos cometidas pelos paramilitares durante as ações de incursão (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017).

O Observatório de Memória Histórica do Conflito realizou, entre 2013 e 2019, mais de 13 mil entrevistas com indivíduos reintegrados de grupos paramilitares para organizar dados geográficos relevantes sobre a atuação paramilitar na Colômbia. Os gráficos gerados a partir da base de dados permitem a visualização dos locais de recrutamento e de áreas de atuação destes grupos armados, distribuídos nos municípios e departamentos do país. Foram identificadas 39 estruturas paramilitares, que contam tanto com macroestruturas ativas quanto com zonas que já foram território de estrutura paramilitar, mas encontram-se desmobilizadas. Segundo os dados disponibilizados pelo referido Observatório sobre os departamentos com estruturas paramilitares desmobilizadas, 29,9% delas encontram-se em Antioquia, 10,22% em Bolívar, e os demais departamentos apresentam porcentagem menos significativa:

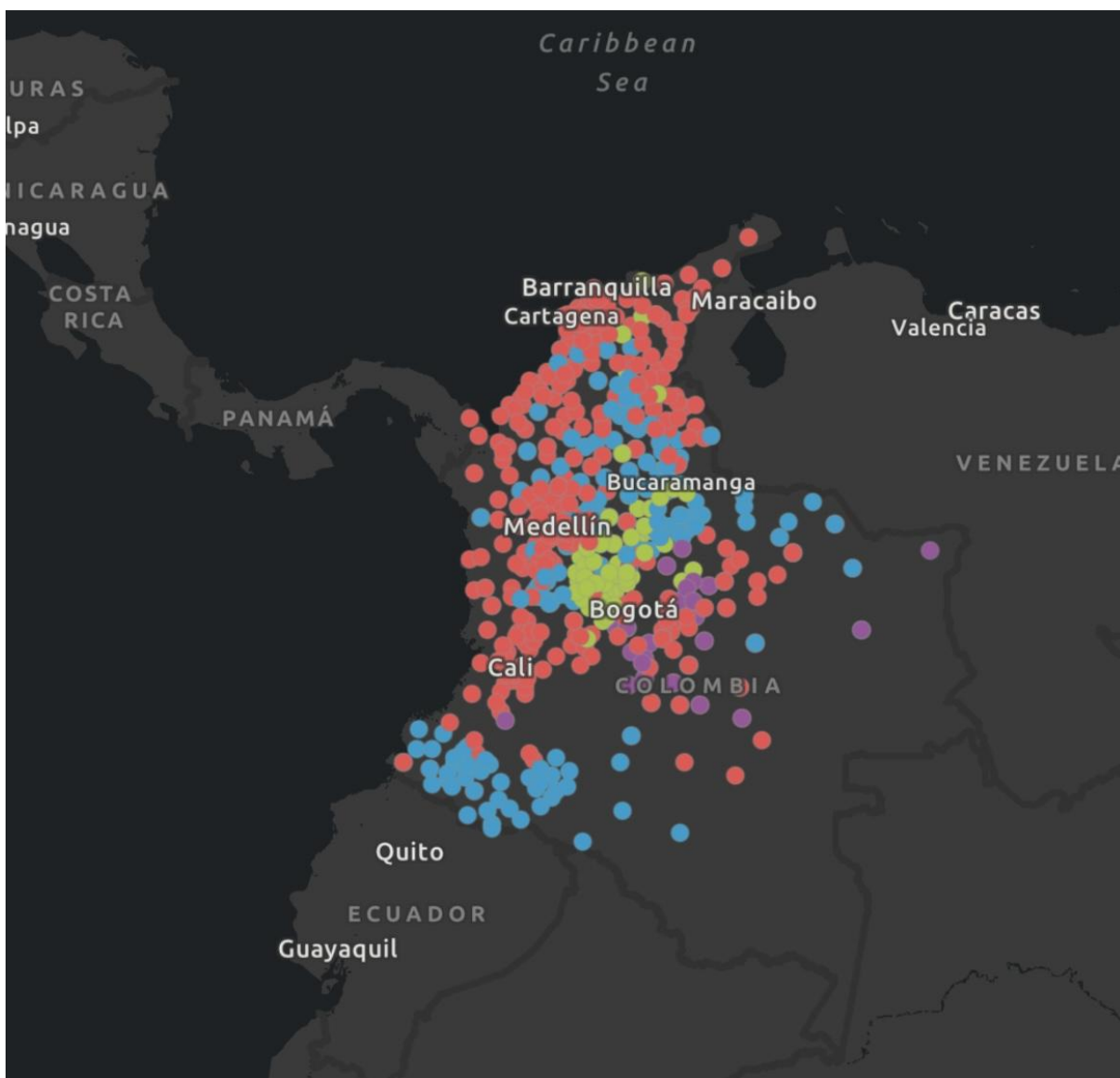
FIGURA 3: Grupos Paramilitares Desmobilizados



Fonte: Observatório de Memória Histórica do Conflito (2026).

Em relação às macroestruturas paramilitares em operação, a maioria delas pertence às AUC. As bases paramilitares estão localizadas majoritariamente no departamento de Antioquia; em segundo lugar, no departamento de Santander; em seguida, tem-se Bolívar, Cesar, Nariño, Magdalena, Valle del Cauca e Córdoba como regiões de maior incidência dos grupos paramilitares (Observatório de Memória Histórica do Conflito, 2026). A imagem a seguir demonstra a distribuição territorial da presença paramilitar:

FIGURA 4: Estruturas Paramilitares em Operação



Fonte: Observatório de Memória Histórica do Conflito (2026).

De acordo com dados da Ruta Pacífica de las Mujeres referentes ao ano de 2025, foram registrados 184 casos de violência contra a mulher, que englobam não apenas a

violência sexual, mas também violências físicas, verbal, psicológica, tentativas de feminicídio e episódios de violência intrafamiliar. O relatório indica que as violações se concentraram no distrito de Bogotá e nos departamentos de Antioquia, Santander e Valle del Cauca, além de serem identificados casos em Chocó, Cauca, Bolívar e Nariño. Observa-se que Antioquia, Santander, Valle del Cauca, Bolívar e Nariño são igualmente as regiões com maior presença paramilitar, segundo dados expostos anteriormente. Essa convergência territorial demonstra a relação direta entre a atuação de grupos armados, economias ilícitas vinculadas ao narcotráfico e a intensificação da violência contra mulheres e meninas. Trata-se de um cenário sustentado por dinâmicas de poder que une a violência dos grupos armados ao contínuo de violência patriarcal, que resulta no aprofundamento da vulnerabilidade feminina uma década após o Acordo de Paz ser firmado com foco em solucionar questões relativas a gênero:

A violência sexual contra os corpos estigmatizados das mulheres servia como forma de punição por sua suposta ligação com a guerrilha. Dessa forma, a estigmatização se baseia em uma falsa associação entre os territórios controlados pela guerrilha e os habitantes desses territórios. Segundo Segato: “A rede de corpos torna-se território, e a territorialidade torna-se uma territorialidade de rebanho em expansão. Em outras palavras, o território é definido pelos corpos” (Segato, 2014, p. 34). Territórios estigmatizados e corpos estigmatizados tornam-se uma só coisa. Nessa associação, a violência sexual perpetrada contra mulheres – territórios – inimigas, serve especificamente para articular a dominação e o poder do grupo armado por meio da submissão e da coerção dos corpos (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017, p. 79, tradução nossa).

Não são apenas os grupos paramilitares que praticaram a violência sexual com o objetivo de punir as mulheres estigmatizadas como guerrilheiras, pois os membros do exército nacional colombiano agiram de forma semelhante, com o intuito de disseminar o terror contra grupos insurgentes e passar uma mensagem de domínio perante o território. Segundo relatos das vítimas coletados pelo CNMH, a ação dos grupos paramilitares e do exército era tão similar a ponto de ser impossível distinguir quem estaria invadindo suas casas e violentando-as sexualmente. Em alguns casos, as vítimas sofriam violência sexual dos dois atores simultaneamente, pois tanto os soldados quanto os paramilitares acusavam-nas de associação com as guerrilhas, e a dificuldade de separá-los era intensificada pela vestimenta semelhante - uma vez que os paramilitares também operam de fardas. A violência sexual cometida por agente estatal relatada no caso a seguir coincide com o departamento de Valle del Cauca, um dos locais de predominância paramilitar:

Por sua vez, membros das forças de segurança do Estado também têm usado violência sexual contra mulheres e meninas estigmatizadas como pertencentes a grupos guerrilheiros em disputas territoriais. Segundo informações fornecidas pela

Corporação Sisma Mujer para esta reportagem, em 2007, em um município da região central do Valle del Cauca, soldados da Terceira Brigada, Terceira Divisão do Exército Nacional, invadiram a casa de um camponês e detiveram duas mulheres e três homens. As mulheres foram interrogadas sobre sua suposta ligação com a guerrilha e foram vítimas de violência sexual, na qual um tenente participou. As mulheres foram espancadas, apalpadas, forçadas a se despir e submetidas à tortura. Foram libertadas no dia seguinte (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017, p. 78, tradução nossa).

Por sua vez, as guerrilhas possuem um perfil distinto, pois costumam usar da violência sexual em meio aos cenários de disputa armada principalmente contra mulheres indígenas. Tais mulheres indígenas violentadas são acusadas pelas guerrilhas de se aliarem com as forças de segurança pública ou com os paramilitares, e as mais visadas costumam ser aquelas que assumem papéis de liderança nas comunidades indígenas. As áreas mais afetadas por violência sexual advinda de guerrilheiros são Antioquia (principalmente a região rural de Urabá) e Cauca (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017).

Além das zonas de disputa armada, a violência sexual no âmbito das guerrilhas era utilizada tanto durante o recrutamento de combatentes - muitas vítimas, inclusive, são menores de idade -, quanto durante o controle forçado de natalidade imposto às integrantes das guerrilhas. Este é um tipo de violência sexual que se manifesta a partir do controle da sexualidade das combatentes por meio de abortos forçados ou imposição de métodos contraceptivos (sem necessariamente envolver estupro), que exige uma masculinização das mulheres para que sirvam à luta armada nos moldes do “homem guerreiro” que não se dedica à maternidade, um verdadeiro referencial masculino do que é ser valente (Fiscó, 2005). Esta exaltação de masculinidade durante a mobilização dos combatentes é uma característica que Cockburn (2009) aponta como uma determinante das relações de gênero presente nas guerras:

De fato, muitas versões de masculinidade nas diversas culturas do mundo são constituídas na prática da luta; ser um homem “de verdade” é estar pronto para lutar e em última instância, para matar e morrer. Muitas vezes, é pela segurança e honra de mulheres e filhas que os homens são solicitados por seus líderes a sacrificarem-se. Às vezes, o patriarcado exige que eles matem essas mesmas mulheres e crianças para mantê-las “seguras” (Cockburn, 2009, p. 162, tradução nossa).

Segundo dados do Observatório de Memória Histórica referentes ao período anterior ao Acordo (entre 1960 e 2016), foram identificados 14.982 casos de violência sexual referente ao conflito armado, que atingiram 15.076 vítimas. Existe essa separação porque um caso de violência sexual pode ferir várias vítimas, assim como uma única vítima pode ter sofrido mais de um caso de violência sexual. Ainda que a violência sexual tenha sido aplicada de forma

ininterrupta durante o período supracitado, foram identificadas mudanças abruptas em sua intensidade, com um momento crítico de aumento desproporcional da violência sexual: o período entre 1997 e 2005. Neste período, foram registrados 8242 casos de violência sexual - este valor corresponde a 53,6% de todos os casos da base de dados, que se concentra em apenas oito anos.

Tal aumento abrupto dos casos em um curto período de tempo está diretamente relacionado à expansão do paramilitarismo, que se fortaleceu e passou a controlar mais territórios por meio de massacres, deslocamento forçado e violência sexual, sendo esta causada pelos paramilitares em 4342 casos - que equivalem a 52,6% dos casos de violência sexual registrados entre 1997 e 2005. Assim, a ascensão dos grupos paramilitares não somente aumentou a incidência da violência sexual, mas também os torna responsáveis por mais da metade dos casos contabilizados entre 1997 e 2005. A violência sexual cometida por guerrilhas também aumentou neste período, mas manteve-se equivalente a 23,5% dos casos (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017).

Os quadros do Power BI disponibilizados pelo Centro Nacional de Memória Histórica permitem a identificação de características detalhadas sobre a violência sexual relacionada ao conflito armado na Colômbia. A imagem a seguir demonstra como se dá a exposição dos dados no site do CNMH, com a modalidade de violência sexual aplicada nos filtros:

FIGURA 5: Centro Nacional de Memória Histórica



Fonte: Centro Nacional de Memória Histórica, 2026.

Entre 1900 e 2016, antes do Acordo, a maior parte dos 15612 casos contabilizados foram cometidos por grupos paramilitares (39,2%), guerrilhas (31,3%), desconhecido (25,3%), agentes estatais (2%) e o restante são grupos armados que não possuem identificação na base de dados. Em relação às zonas do país, 30,67% dos casos foram cometidos em zonas urbanas e 68,48% dos casos ocorreram em zonas rurais, com uma pequena parcela (0,85%) de ambas as zonas. Os estados colombianos com mais casos de violência sexual foram: Antioquia (18,9%), Magdalena (11,35%), Nariño (6,5%), Bolívar (6%), Putumayo (5,4%), Cauca (4,6%), Caquetá (4,3%), Valle del Cauca (4,3%), Norte de Santander (4,2%), e porcentagem menos significativas são encontradas em Cesar, Tolima, La Guajira, Santander, Meta, Cordoba, Sucre, entre outros (Centro Nacional de Memória Histórica, 2026).

FIGURA 6: Dados sobre violência sexual (1900-2016)

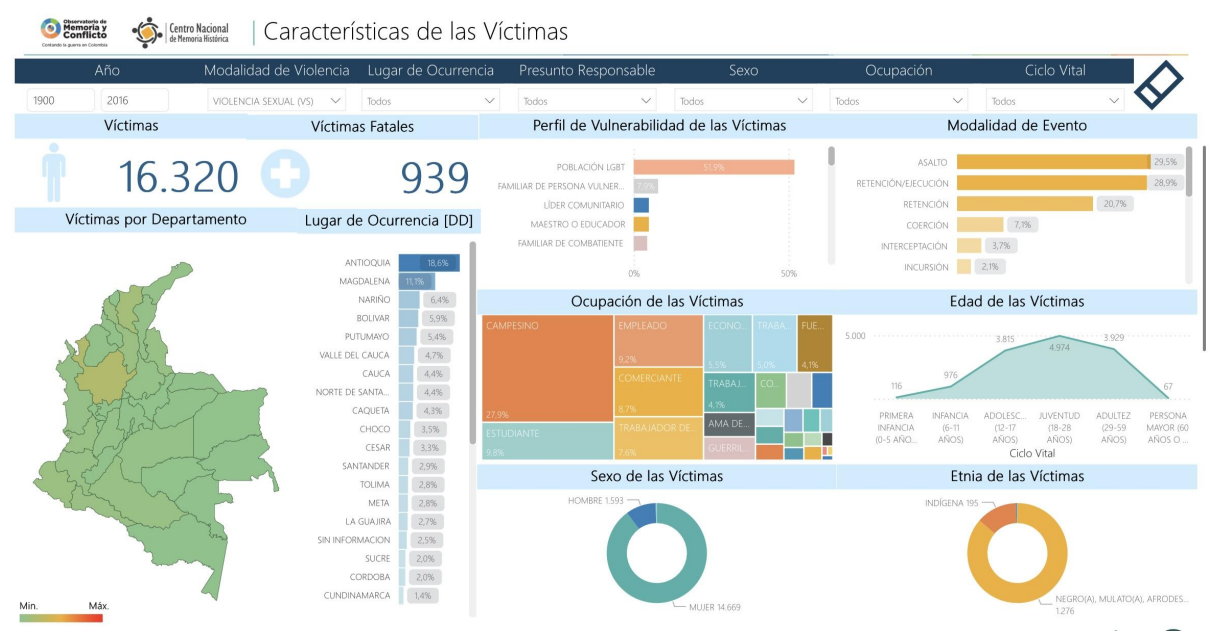


Fonte: Centro Nacional de Memória Histórica, 2026.

Em relação às vítimas do período supracitado - 16.320 pessoas -, 89,88% eram mulheres e 9,7% eram homens, com falta de informação sobre o gênero das vítimas em 0,36% dos casos. Em relação às etnias das vítimas, a maioria delas é afro colombiana (86,81%), e o restante é indígena (13,19%). Quanto à idade das vítimas, uma parcela significativa possui entre 12 e 17 anos (28%), outra possui entre 6 e 11 anos (7%) e 0,85% possuem entre 0 e 5 anos. Nesse sentido, a soma permite afirmar que 36% das vítimas de violência sexual eram

crianças, e o restante se divide entre pessoas entre 18 e 28 anos (36%), pessoas entre 29 e 59 anos (29%) e idosos (0,49%) (Centro Nacional de Memória Histórica, 2026).

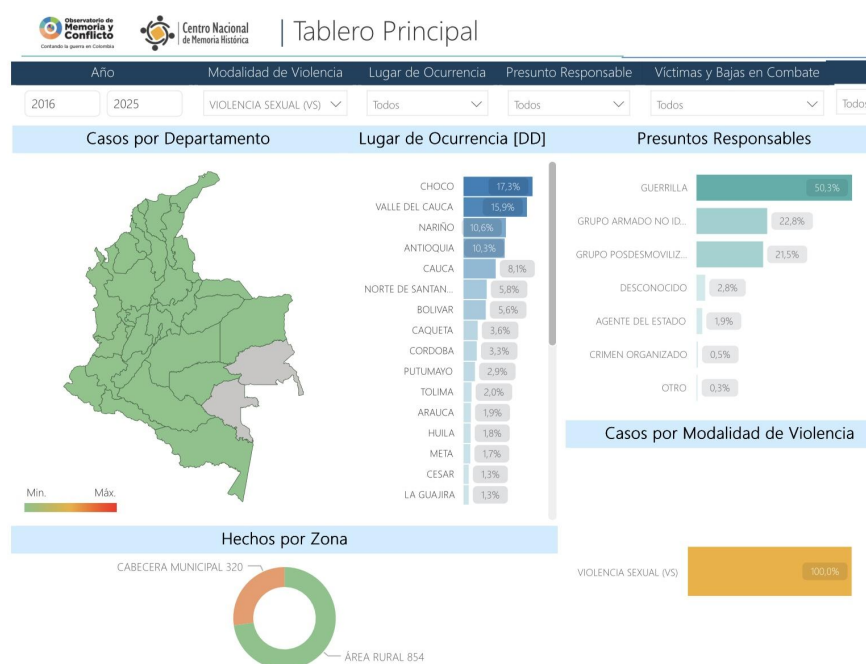
FIGURA 7: Perfil de Víctimas (1900-2016)



Fonte: Centro Nacional de Memória Histórica, 2026.

Após o Acordo de Paz até 2025, foram contabilizados 1287 casos de violência sexual relacionada ao conflito. Neste período, 50,3% dos casos foram cometidos por guerrilhas, 21,5% por grupos paramilitares após desmobilização, 22,8% por grupo armado não identificado, 2,8% de desconhecidos e 1,9% por agentes estatais. A área rural permaneceu sendo mais afetada concentrando 72,3% dos casos, enquanto a área urbana representou 27,26% dos casos. Os estados com mais casos de violência sexual são Choco (17,3% dos casos), Valle del Cauca (15,9%), Nariño (10,6%), Antioquia (10,3%), Cauca (8,1%), Norte de Santander (5,8%) Bolívar (5,6%) e Caquetá (3,6%). Parcelas menores são identificadas nos estados de Cordoba, Putumayo, Tolima, Arauca, Meta, Magdalena, La Guajira, Santander, entre outros.

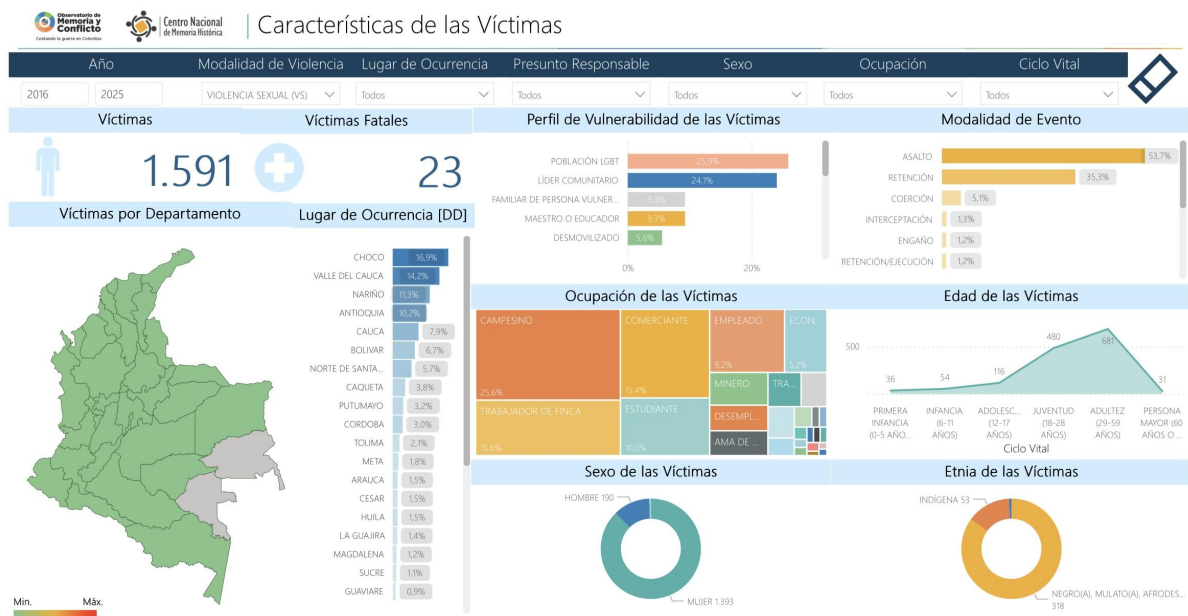
FIGURA 8: Dados sobre violência sexual (2016-2025)



Fonte: Centro Nacional de Memória Histórica, 2026.

Quanto às vítimas, as mulheres mantiveram a maioria (87,5%) em detrimento dos homens (11,9%). A etnia das vítimas permaneceu com divisão semelhante ao período anterior ao Acordo, com 86% de afro colombianos e 14% de indígenas. No que se refere à idade, 14,74% das vítimas possuem menos que 18 anos, 34,3% possuem entre 18 e 28 anos, 48,7% possuem entre 29 e 59 anos e 2,2% são idosos (Centro Nacional de Memória Histórica, 2026). Nota-se, portanto, uma continuidade no padrão da violência sexual, que permanece atingindo mulheres racializadas, especialmente nas regiões rurais do país e com uma incidência semelhante entre os estados com índices maiores durante o conflito.

FIGURA 9: Perfil de Víctimas (2016-2025)



Fonte: Centro Nacional de Memória Histórica, 2026.

Embora se trate de menos casos registrados, é importante ressaltar que o período pós Acordo (9 anos) é reduzido em relação aos anos de conflito que ultrapassam meio século, e os anos de pandemia reduziram o fluxo de pessoas nas ruas, o que também diminuiu os índices de violência sexual no país temporariamente. O Acordo de Paz foi incapaz de solucionar a questão da violência sexual no país, e a redução recente do número de casos é um fator positivo, mas que não deve ser analisado sozinho para tratar a questão, pois a justiça e reparação para as vítimas afetadas por tal violência não se mostra eficaz. Há relatórios de organizações internacionais, ONGs e órgãos de monitoramento de Direitos Humanos que complementam as informações disponíveis sobre a violência sexual referente ao conflito, pois a subnotificação dos casos dificulta o monitoramento, principalmente após o Acordo devido à fragilidade das instituições responsáveis pelos tópicos de gênero.

No ano de 2023, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu um Comunicado de Imprensa expressando sua preocupação em relação ao aumento da violência contra povos indígenas, comunidades afro-colombianas e comunidades camponesas. A CIDH alertou ter sido informada sobre o aumento dos casos de violência sexual, feminicídio e desaparecimento forçado contra meninas, adolescentes e mulheres, principalmente indígenas e afrodescendentes. A Comissão resalta que esses casos não são denunciados às instituições devido ao controle territorial exercido pelos grupos armados e à ausência da proteção estatal

às vítimas. Dados importantes disponibilizados no comunicado pela CIDH demonstram a continuidade no padrão da violência, que permanece atingindo mais mulheres e meninas:

O Estado informou o registro de 158 crimes sexuais na região do Pacífico entre 1º de janeiro e 30 de maio de 2023. O Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar informou que, durante esse mesmo período, 63 crianças e adolescentes indígenas da região do Pacífico entraram no Processo Administrativo para a Restauração de Direitos, **83% dos quais são meninas e adolescentes do sexo feminino**. A Procuradoria Geral da República informou que abriu 32 investigações por violência sexual contra afrodescendentes e indígenas nos departamentos de Cauca, Valle del Cauca e Chocó em 2023 (CIDH, 2023, grifo nosso).

Além do monitoramento da região realizado pela CIDH, o relatório mais recente da Ruta Pacífica de las Mujeres sobre feminicídio apresenta dados referentes ao ano de 2025, cujas informações são relevantes para a análise das dinâmicas da violência sexual na Colômbia. Isso se deve ao fato de que o feminicídio envolve múltiplas formas de violência, entre as quais se destacam a violência física, a violência sexual, a tortura e as agressões verbais ou psicológicas, fato que evidencia um entrelaçamento entre diferentes manifestações de violência direcionadas a meninas e mulheres. No início do ano de 2025, foram registrados 205 casos de feminicídio, o que representa um aumento de 5,33% em relação ao ano de 2024. Apesar dos avanços normativos, como a *Ley Rosa Elvira Cely* ou Lei 1761 de 2015 que reconhece o feminicídio como crime, a violência contra a mulher na Colômbia também se manifesta em âmbito institucional e enfrenta condições sistemáticas de impunidade judicialmente, assim como outras formas de violência contra a mulher (Ruta Pacífica de las Mujeres, 2025).

Entre os crimes de violência contra a mulher na Colômbia, o feminicídio apresenta níveis relativamente menores de impunidade quando comparado a outras tipificações. Ainda assim, os índices permanecem elevados: apenas 40% dos casos foram levados a julgamento e houve cumprimento de sentença em 22% deles, o que indica que 78% dos feminicídios ocorridos no país entre 2021 e 2023 permanecem impunes. A maior taxa de impunidade no sistema de justiça colombiano, contudo, refere-se ao crime de assédio sexual. Embora essa conduta esteja tipificada como forma de violência contra a mulher pela Lei 1257 de 2008, ela raramente resulta em condenação judicial. De um total de 23.666 denúncias de assédio sexual em que as vítimas são mulheres, apenas 296 resultaram em condenações, o que corresponde a aproximadamente 1% dos casos, mantendo o restante das ocorrências em situação de impunidade (Análisis Urbano, 2024). Em relação à violência sexual, a impunidade normalizada e a negligência dos agentes de justiça perante as vítimas também é um desafio:

[...] A resposta institucional das autoridades judiciais da Colômbia em termos de acesso à justiça para mulheres vítimas de violência sexual tem sido caracterizada por padrões discriminatórios contínuos e uma compreensão restrita da questão da violência sexual em relação ao conflito armado. Em desacordo com as normas estabelecidas na Ordem Auto 092 de 2008, promulgada pelo Tribunal Constitucional da Colômbia, essas autoridades judiciais têm revitimizado as vítimas em vez de garantir-lhes o direito de acesso à justiça. Relacionando esses padrões discriminatórios contínuos ao próprio processo penal, inúmeros exemplos ilustram como **as autoridades judiciais deixaram de adotar uma perspectiva de gênero e, em vez disso, revitimizaram mulheres vítimas de violência sexual**; por exemplo, em termos de coleta de provas e participação das vítimas durante o processo penal (Knudsen, 2016, p. 69, tradução nossa, grifo nosso).

A análise de processos judiciais de casos envolvendo a violência sexual demonstra que os trâmites que deveriam promover justiça são, na maioria das vezes, extremamente ineficazes e prolongam a violência. As vítimas costumam enfrentar obstáculos severos como uma demora excessiva na concessão de proteção, a desqualificação dos depoimentos e dos relatos da violência por parte dos funcionários de justiça e a ausência de uma perspectiva de gênero que considere a vulnerabilidade e a proporção do trauma, fornecendo acolhimento. Essa realidade alimenta um cenário de violência institucional e resulta na revitimização das vítimas de violência sexual que são desencorajadas a buscar ajuda e justiça para não sofrerem ainda mais com a realidade dos processos judiciais (Para-Barrera et al., 2021). As principais violências em âmbito institucional vividas pelas vítimas de violência sexual são:

Apesar dos direitos e garantias processuais estabelecidos nas normas regulatórias na Colômbia, as mulheres vítimas de violência sexual enfrentam obstáculos. Esses obstáculos estão relacionados a aspectos estruturais ou normativos e/ou a fatores associados a preconceitos e estereótipos, dada a falta de especialização em violência de gênero e violência sexual por parte daqueles que administram a justiça. Por exemplo, um dos obstáculos é a duração do processo judicial, mesmo que as vítimas de violência sexual em relação ao conflito armado tenham o direito de receber tratamento prioritário urgente. Outro obstáculo são as dificuldades práticas enfrentadas pelos profissionais da justiça para o registro no cadastro único de vítimas e, conseqüentemente, a dificuldade de acesso a serviços de atenção, assistência e proteção por parte de profissionais com formação específica em violência sexual. Em outras palavras, as vítimas de violência sexual encontram dificuldades para receber atendimento com perspectiva de gênero. Outro obstáculo é a redução da credibilidade da vítima por parte dos profissionais da justiça, o que gera vitimização secundária. Por fim, outro grande obstáculo é a dificuldade em obter garantias de não repetição (Para-Barrera et al., 2021, p. 11, tradução nossa).

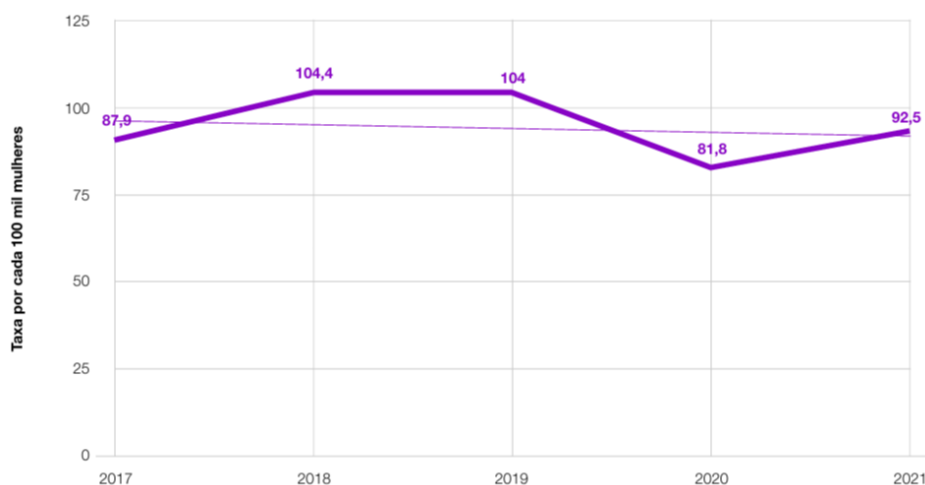
O Instituto Igarapé publicou, em 2023, um relatório que detalha a situação da violência contra a mulher na Colômbia nos cinco anos subsequentes ao Acordo de 2016, com dados relevantes sobre violência sexual e crimes a ela relacionados. Segundo o relatório, o

índice de feminicídio aumentou em 8% no ano de 2017 - ano seguinte ao acordo - nos territórios mais afetados pelo conflito, enquanto o restante do país apresentou uma redução de 9% dos casos. No ano de 2018, o feminicídio subiu em 27% nos municípios PDET¹⁹, e o restante do território demonstrou uma redução de 12%. Até 2020, os índices demonstraram reduções devido ao contexto de pandemia, e entre 2021 e 2022 os índices de morte feminina nos territórios mais afetados pelo conflito voltaram a aumentar. Os departamentos que se destacam com as maiores taxas de homicídios femininos são Arauca, Guaviare, Cauca e Putumayo, que são estados bastante afetados pelos conflitos entre grupos armados mesmo após a assinatura do Acordo (Instituto Igarapé, 2023).

Nota-se, portanto, a continuidade da violência patriarcal mesmo em tempos “pacíficos” que se relaciona com a continuidade das disputas sobre territórios necessários para a geração de economias ilícitas, como a mineração ilegal e o cultivo de matérias-primas para a produção de narcóticos. Assim, os grupos armados e as forças que atuam no crime organizado perpetuam o ciclo de violência mesmo após a formalização do Acordo de Paz, gerando índices desproporcionais de violência sexual contra mulheres e meninas que aumentam seguindo um padrão: os aumentos são notados nos municípios mais afetados pelo conflito. Essa continuidade é demonstrada pelo impacto maior dos índices não apenas de feminicídio, mas também de violência sexual nestas áreas, que aumentam após a assinatura do Acordo como demonstrado na FIGURA 2. Os estados com as taxas mais elevadas de violência sexual foram Amazonas, Vaupés, Guaviare e Quindío no ano de 2021, segundo a base de dados do Instituto (Instituto Igarapé, 2023). O gráfico a seguir quantifica a violência sexual a cada 100 mil mulheres:

¹⁹Municípios afetados pelo conflito listados pelo Programa de Desenvolvimento com Enfoque Territorial (PDET), que totalizam 170 cidades distribuídas nos estados de Cauca, Nariño, Valle del Cauca, Arauca, Antioquia, Norte de Santander, Chocó, Caquetá, Huila, Guaviare, Meta, Bolívar, Sucre, Putumayo, La Guajira, Magdalena, Tolima e Córdoba. Para consultá-los, consulte em Colômbia (2022) a lista do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

FIGURA 10: Gráfico sobre Violência Sexual após Acordo de Paz (2017-2021)



Fonte: Instituto Igarapé, 2023.

Ao focar na dinâmica de atuação dos grupos armados, embora o uso da violência sexual possua particularidades, os objetivos apresentam semelhanças: há a necessidade de desarticulação do tecido social a partir da geração do medo e da desconfiança, bem como de aniquilar ou punir indivíduos percebidos como vinculados, de alguma forma, ao grupo inimigo. Na maior parte dos casos os indivíduos são parte da classe social de mulheres. Portanto, a violência sexual relacionada ao conflito colombiano se manifesta como uma forma específica de tortura dirigida aos corpos femininos, sobretudo àqueles em maior situação de vulnerabilidade. A violência sexual na Colômbia é utilizada simultaneamente como ferramenta de dominação corporal/territorial e como um mecanismo de comunicação simbólica, por meio da qual o perpetrador transmite uma mensagem ao adversário: afirmo, a partir deste ato, sua incapacidade de proteger seu território e as mulheres que dele fazem parte (Centro Nacional de Memória Histórica, 2017).

Trata-se, portanto, de uma prática em que a sexualidade e a corporeidade feminina são esferas nas quais o poder masculino encontra espaço para ser exercido livremente, para além de motivações individuais vinculadas ao desejo erótico e eventuais fatores psicopatológicos. Nota-se um uso estratégico com intenções políticas de controle e dominação, e um padrão de vitimização que não pode ser ignorado: são mulheres racializadas, das quais uma parcela significativa nem mesmo atingiu a maioridade, ou seja, meninas colombianas. Como Lerner (2019) e MacKinnon (1989) demonstram, o controle da sexualidade feminina compõe a base da estrutura política patriarcal: a sexualidade não é uma esfera apenas biológica, mas a dimensão a partir da qual o gênero se constrói e se manifesta, alocando as mulheres como

uma segunda classe humana, que se posiciona de maneira passiva como um objeto sexual, independentemente da sua idade. A dinâmica da violência sexual na Colômbia demonstra tal objetificação e se manifesta com preferências: corpos adolescentes são alvos mais fragilizados, vulneráveis e infantis, o alvo preferido da masculinidade racista, covarde e pedofílica.

A empiria dos casos de violência sexual no contexto colombiano corrobora as formulações teóricas de Susan Brownmiller (1975), Liz Kelly (1988) e Cynthia Cockburn (2009), que rejeitam a interpretação da violência sexual como um subproduto inevitável da guerra. As autoras demonstram que a violência sexual deve ser compreendida como uma violência de caráter estrutural, enraizada nas relações de poder que sustentam a ordem patriarcal. Nessa perspectiva, a violência sexual não emerge exclusivamente em contextos de conflito armado, mas integra um *continuum* de violência que permeia a experiência cotidiana das mulheres mesmo em tempos de “paz”. Contudo, cenários de guerra tendem a intensificar e tornar mais visíveis essas dinâmicas, uma vez que a militarização e a valorização de formas hegemônicas de masculinidade associadas ao poder bélico reforçam hierarquias de gênero e ampliam os espaços de exercício da dominação masculina.

No caso colombiano, tais dinâmicas tornam-se particularmente evidentes na atuação de diferentes atores armados ao longo do conflito - incluindo guerrilhas, mas principalmente grupos paramilitares e forças estatais -, nos quais a violência sexual foi mobilizada como mecanismo de controle territorial e intimidação de civis. É evidente que a violência sexual no conflito colombiano representa a radicalização de estruturas patriarcais preexistentes, que encontram em cenário bélico condições propícias para sua reprodução e instrumentalização. A ânsia por controle territorial e o uso da violência sexual para atingir este fim foi principalmente empregado pelos grupos paramilitares, que possuem uma atuação desproporcionalmente violenta e reacionária para manutenção de privilégios advindos da economia da droga e de latifúndios. Os alvos serem compostos por mulheres indígenas, afro colombianas, líderes sociais ou supostas “guerrilheiras” demonstram a continuidade de uma violência patriarcal e colonial exercida pelos grupos paramilitares e forças do estado, que unem a violência contra mulheres a uma violência territorial, que se sustenta a partir da concentração de terras por oligarquias. As guerrilhas reivindicam a distribuição de terras para o povo, e os paramilitares são exércitos privados, financiados pela elite colombiana, que violentam corpos femininos com o intuito de aterrorizar e cessar possíveis transformações sociais que os desfavoreça: o temido “comunismo”.

A violência sexual não é aleatória nem sutil, trata-se de um crime contra a humanidade, segundo o Estatuto de Roma; no caso estudado, em que 90% dos corpos escolhidos para a materialização da violência sexual são mulheres, não se pode ignorar que é a parcela feminina da população que possui sua humanidade intencionalmente violada pelos atores do conflito, especialmente os que temem transformações sociais a partir de reformas territoriais. O referencial teórico que adoto afirma que mulheres são consideradas uma subcategoria de seres humanos cujos corpos são o alvo do desprezo masculino e a violência sexual é familiar para os homens, e como Bronwmler (1975) expõe, a guerra apenas traz a legitimidade para que os índices de estupro transbordem. A partir do auge do paramilitarismo no período entre 1997 e 2005, nota-se que os índices de violência sexual aumentam de maneira sem precedentes, o que demonstra coesão entre as teorias apresentadas e a empiria do caso colombiano.

Se é em cenário bélico que a violência sexual se manifesta, é em âmbito institucional que ela se perpetua. A violência sexual e a impunidade caminham juntas na Colômbia em um ciclo que se retroalimenta: existem marcos jurídicos para regular e punir, mas na prática não há garantias de acesso efetivo à justiça para mulheres e meninas, tampouco preparo para lidar e acolher as vítimas que buscam amparo judicial. Logo, além do temor para denunciar e do estigma que perpassa a violência sexual, há a ausência da emissão de sentenças e medidas de reparação por parte do Estado. Assim, o Estado colombiano transmite sua permissividade frente à violência sexual que sustenta um ciclo de violência contínuo baseado na revitimização das mulheres, violentadas tanto pelo réu quanto pelo júri - ou por um processo judicial inexistente. Não se pode esperar que um judiciário que ignora suas denúncias de assédio sexual quase que em totalidade se manifeste gerando justiça e reparação para vítimas de violência sexual, uma vez que são tipificações de violências interligadas, inseparáveis.

Nesse sentido, a persistência da impunidade institucional não pode ser compreendida apenas como uma falha administrativa ou jurídica, mas como parte de uma estrutura mais ampla de poder que sustenta o patriarcado: o Estado. A dificuldade de acesso à justiça, a negligência institucional e a recorrente revitimização das denunciantes indicam que o sistema judicial não opera de maneira autônoma, pois está inserido em relações de poder historicamente estruturadas para reproduzir hierarquias de gênero. Catharine A. MacKinnon argumenta que “a lei vê e trata mulheres da mesma forma com que homens veem e tratam mulheres” (MacKinnon, 1989, p. 162), evidenciando que as normas jurídicas são formuladas a partir de perspectivas masculinas, que se apresentam como universais. Assim, o Estado não é neutro, trata-se de uma instituição moldada a partir da perspectiva masculina que define os

parâmetros de violência e de justiça, e que permite que a violência sexual se perpetue sem que haja uma responsabilidade direta atribuída à esfera estatal pelos delitos. Segundo a autora, isso ocorre porque se atribui a sexualidade das mulheres à esfera privada, e a esfera estatal se responsabiliza diretamente apenas pela esfera “pública”.

As estatísticas de impunidade dos delitos que vitimizam as mulheres de forma específica na Colômbia corroboram a teoria feminista sobre o caráter patriarcal do Estado e de suas normas e práticas jurídicas:

A magnitude do problema da impunidade e da negação da justiça por parte do Estado [colombiano] é acentuada por padrões culturais como o patriarcado, que fazem operar mecanismos sociais que contribuem para que a violência sexual seja considerada um ato que corresponde à condição de ser mulher (Fiscó, 2005, p. 145, tradução nossa).

Nesse sentido, ainda que a assinatura do Acordo de Paz simbolize um avanço normativo para as mulheres na Colômbia, o processo de implementação do Acordo e a fragilidade institucional para solucionar e julgar a violência sexual demonstra que o foco formal em questões de gênero em um Acordo de Paz não se converte em mudanças sólidas e tangíveis às mulheres. A prioridade dada às questões de gênero apenas formalmente, em vez de tentativas de alterar as relações de poder radicalmente, é um problema comum à justiça de transição e aos processos de construção da paz. Uma transformação útil que a Comissão Colombiana da Verdade, Coexistência e Reconciliação da Colômbia recomenda é a necessidade de se adotar medidas de integração que vão além do nível discursivo e normativo, e que realmente conduzem as políticas no sentido de se transformar as relações de poder, ainda que seja um plano de conclusão e construção pensado a longo prazo (Weber, 2023).

A seção dos acordos sobre reincorporação não faz referência à questão de gênero de forma significativa, exceto por um apelo genérico para que o processo adote uma perspectiva de gênero e diferencial. A ausência de uma perspectiva de gênero concreta pode também estar relacionada ao fato de que, apesar das tentativas públicas de demonstrar o contrário, a questão de gênero nunca foi uma prioridade para as FARC. Isso se reflete, por exemplo, no fato de que, inicialmente, apenas cerca de 20% da delegação das FARC era composta por mulheres, a maioria sem pleno poder de negociação (Weber, 2023, p. 104, tradução nossa).

Além dos padrões de violência sexual apresentados neste capítulo, pode-se inferir que a lentidão da implementação dos tópicos de gênero do Acordo de Paz demonstra a continuidade da violência patriarcal durante os esforços de construção da paz no país. Nesse sentido, os dados sobre implementação apresentados na seção anterior corroboram com a

hipótese de que o Acordo não é capaz de romper completamente com o *continuum* da violência sexual, alimentada por estruturas e práticas do patriarcado consolidadas pelo Estado da Colômbia. Para melhor visualização e disponibilização de uma síntese dos dados apresentados, a TABELA 2 apresenta as principais dificuldades para implementação do Acordo de Paz a partir da perspectiva de gênero:

TABELA 2 - Violência Sexual e de Gênero

Categoria de Impeditivo	Dificuldades identificadas
Fragilidade na Implementação	• Apenas 13% dos compromissos de gênero foram concluídos integralmente, demonstrando uma hierarquização que coloca essas questões em plano secundário. • Existe uma lacuna de 21 pontos percentuais entre a implementação geral do Acordo e a implementação de assuntos de gênero. • 17% dos compromissos focados em gênero sequer foram iniciados até o ano de 2025.
Barreiras Judiciais e Institucionais	• Padrões discriminatórios contínuos e compreensão restrita sobre a violência sexual por parte das autoridades judiciais. • Revitimização das mulheres durante o processo penal, especialmente na coleta de provas e depoimentos. • Demora excessiva nos processos judiciais e desqualificação dos relatos das vítimas por funcionários da justiça. • Falta de especialização em violência de gênero e ausência de perspectiva de gênero no atendimento às vítimas.
Impunidade Estrutural	• Níveis alarmantes de impunidade: apenas 1% das denúncias de assédio sexual resultam em condenação. • 78% dos casos de feminicídio ocorridos entre 2021 e 2023 permaneceram impunes. • A permissividade do Estado frente à violência sexual sustenta um ciclo de violência contínuo.
Persistência do Conflito e Controle Territorial	• Controle territorial exercido por grupos armados que impede a denúncia de crimes às instituições. • Continuidade das disputas territoriais para economias ilícitas (narcotráfico e mineração), que utilizam a violência sexual como ferramenta de domínio. • O Acordo foi firmado com as FARC-EP, mas não incluiu todos os grupos insurgentes, permitindo a continuidade da violência por outros atores.
Estrutura Patriarcal	• A incapacidade do Acordo em romper o <i>continuum</i> da violência sexual que atravessa contextos patriarcais. • A militarização e a exaltação da masculinidade hegemônica reforçam hierarquias de gênero e o exercício da dominação. • O Estado é uma instituição moldada pela perspectiva masculina, que define parâmetros de justiça que muitas vezes ignoram a realidade feminina.

Fonte: Elaboração própria.

5. Considerações Finais

O presente trabalho busca contribuir com a literatura sobre violência sexual em conflitos armados a partir do estudo de caso da Colômbia. O Acordo de Paz da Colômbia, firmado no ano de 2016, apresentou de forma inovadora tópicos que demonstram - ao menos em âmbito normativo - a preocupação do Estado colombiano e das FARC-EP com a desigualdade de gênero, que torna a experiência do conflito ainda pior para grupos marginalizados, especialmente as mulheres, que são as maiores vítimas da violência sexual relacionada ao conflito. O Acordo de Paz tenta solucionar esta questão considerando-a um crime que não pode ser anistiado, e no período após o Acordo nota-se uma redução absoluta no número de casos, mas os padrões estruturais da violência permanecem inalterados. A violência sexual continua atingindo predominantemente mulheres em contextos de vulnerabilidade, especialmente em regiões rurais e sob controle de atores armados. Além disso, a persistência da subnotificação, associada ao medo, ao estigma e à ausência de garantias institucionais, indica que os números disponíveis não são suficientes para contabilizar os casos deste crime.

Os dados coletados durante o desenvolvimento da pesquisa demonstram que a violência sexual foi utilizada por todos os atores armados envolvidos no conflito armado como ferramenta para dominação e controle territorial, punição por relação (real ou imaginária) com grupos considerados inimigos e enfraquecimento do tecido social indispensável à vida nas comunidades. No entanto, a ação dos grupos paramilitares apresenta níveis de violência sem precedentes, e o período de maior incidência de violência sexual, entre 1997 e 2005, coincide com a expansão do paramilitarismo. Tal coincidência indica uma relação direta entre o aumento exponencial da violência sexual e o fortalecimento desses grupos, que exercem um controle territorial baseado em massacres, tortura e uma violência sexual punitiva, que se vincula ao posterior assassinato ou desaparecimento das vítimas em diversos casos.

Além disso, a empiria demonstra uma continuidade da violência mesmo após os esforços de pacificação, a partir dos padrões persistentes de vitimização: as vítimas de violência sexual permanecem sendo mulheres, que totalizam 90% das vítimas nos dados entre 1944 e 2025; as etnias mais afetadas permanecem sendo povos indígenas e comunidades afro colombianas especialmente nas zonas rurais, e embora a taxa de crianças violentadas tenha diminuído, uma parcela significativa das vítimas não atingiu a maioridade. Além disso, os grupos responsáveis pela maior parte dos crimes relativos à sexualidade são os grupos

paramilitares e as guerrilhas, mas após o Acordo de Paz nota-se uma troca: foram contabilizados mais casos cometidos por guerrilhas do que pelos paramilitares. Esta inversão revela uma fragilidade do Acordo, que foi feito com as FARC-EP - a principal guerrilha -, mas não inclui todos os grupos insurgentes do país.

Outro fator identificado como indicador do *continuum* da violência é a impunidade institucional, que é fundamental para que o ciclo de reprodução da violência patriarcal se perpetue. Mesmo com a existência do Acordo e de marcos legais que condenem a violência sexual, o feminicídio, e outras formas de violência contra a mulher, o acesso à justiça pelas vítimas é marcado por altos níveis de violência, que revitimizam as vítimas por meio da negligência, do medo das autoridades e do estigma que existe em relação aos crimes que envolvem o corpo e a sexualidade das mulheres. Os níveis baixos de condenação e de investigação constroem um cenário de impunidade que evidenciam a permissividade do Estado colombiano diante da violência sexual e sua incompetência em cumprir com sua função de garantir a proteção e a reparação das vítimas, um compromisso firmado pelo Acordo de Paz. No entanto, a lentidão da implementação dos tópicos de gênero do Acordo não permite idealizações otimistas sobre avanços institucionais que solucionem a violência de gênero do país.

Assim, confirma-se a perspectiva adotada de que a violência sexual deve ser compreendida como parte de um *continuum* de violência patriarcal, que não se inicia nem se encerra com o conflito armado, mas que é intensificado neste contexto. A militarização, a valorização de uma masculinidade violenta e hegemônica e a instrumentalização dos corpos femininos como extensões dos territórios de disputa reforçam hierarquias de gênero historicamente estabelecidas, que permanecem após a finalização formal do conflito. Pode-se inferir que embora o Acordo de Paz represente um avanço normativo, especialmente pela incorporação formal de uma perspectiva de gênero, sua implementação tem se mostrado insuficiente para promover transformações estruturais capazes de romper com o *continuum* da violência. A persistência da violência sexual no período pós-acordo revela os limites de iniciativas que não enfrentam de maneira efetiva as bases materiais e simbólicas do patriarcado. Dessa forma, a construção de uma paz duradoura na Colômbia exige não apenas um cessar-fogo e a redução do número de casos, mas a transformação profunda das hierarquias de gênero com bases patriarcais que permitem a continuidade da violência contra mulheres e meninas.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Josefina. et al. et al. Siete años de implementación del Acuerdo Final: perspectivas para fortalecer la construcción de paz a mitad de camino. **Instituto Kroc de Estudios Internacionales de Paz**, Colombia, v. 1, n. 1, p. 1-488, mai./2024. Acesso em: 30 mai. 2025.
- ANÁLISIS URBANO. **El 99% de los casos de acoso sexual y el 78% de los feminicidios están en la impunidad**. Disponível em: <https://analisisurbano.org/el-99-de-casos-de-acoso-sexual-y-78-de-feminicidios-estan-en-la-impunidad/>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- BARCELLOS, Carolina Souza. Ensaio sobre as distinções entre organizações guerrilheiras e terroristas. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 29–34, set. 2007.
- BOUVIER, Virginia M.. El Género Y El Papel De Las Mujeres En El Proceso De Paz De Colombia. **ONU Mujeres**, Nova Iorque, v. 1, n. 1, p. 1-46, mar. 2016. Acesso em: 7 jul. 2025.
- BRAMBLE, Alexander; PAFFENHOLZ, Thania. **Implementing peace agreements: from inclusive processes to inclusive outcomes?** New York: UNDP, 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 4.388**, de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm www.planalto.gov.br. Acesso em: 20 mar. 2026.
- BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will: Men, Women and Rape**. New York: Ballantine Books, 1975.
- CARVALHO, Annelise Gomes de. **O 9 de abril de 1948: tragédia política e motim urbano na Colômbia**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA. **¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad**. Bogotá: Centro Nacional de Memória Histórica, 2013. Disponível em: <https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/micrositios/informeGeneral/>. Acesso em: 1 abr. 2026.
- CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA. **El conflicto armado en cifras – Portal de datos**. Observatorio de Memoria y Conflicto. Bogotá: Centro Nacional de Memória Histórica, 2025. Disponível em: <https://micrositios.centrodememoriahistorica.gov.co/observatorio/portal-de-datos/el-conflicto-en-cifras/>. Acesso em: 04 nov. 2025.
- CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA. **El paramilitarismo en Colombia**. Disponível em: <https://micrositios.centrodememoriahistorica.gov.co/observatorio/portal-de-datos/el-paramilitarismo-en-colombia/>. Acesso em: 30 mar. 2026.
- CENTRO NACIONAL DE MEMÓRIA HISTÓRICA. **La guerra inscrita en el cuerpo: informe nacional de violencia sexual en el conflicto armado**. Bogotá: Centro Nacional de Memória Histórica, 2017. Disponível em: <https://centrodememoriahistorica.gov.co/la-guerra-inscrita-en-el-cuerpo/>. Acesso em: 04 nov. 2025.
- COCKBURN, Cynthia. The continuum of violence. In: LINKE, Uli.; SMITH, Danielle (Eds.). **Cultures of Fear: A Critical Reader**. London: Pluto Press, 2009, pp. 158-173. <https://doi.org/10.2307/j.ctt183p6n7.18>
- COCKBURN, Cynthia. The Continuum of Violence: A Gender Perspective on War and Peace. In: GILES, Wenona; HYNDMAN, Jennifer. **Sites of Violence: Gender and Conflict Zones**. Los Angeles: University of California Press, 2004, pp. 24–44. <https://doi.org/10.1525/california/9780520230729.003.0002>
- COLOMBIA Organized Crime News: FARC profile. **Insight Crime**, 23 nov. 2023. Disponível em: <https://insightcrime.org/colombia-organized-crime-news/farc-profile/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

COLOMBIA producing record high quantities of cocaine. **Finance Colombia**, 1 ago. 2021. Disponível em: <https://www.financecolombia.com/insight-crime-colombia-producing-record-high-quantities-of-cocaine/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

CRUZ, Victor Moncayo. FARC. **Portal Latinoamericano da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-farc>. Acesso em: 5 jan. 2026.

DOWNS, George; STEDMAN, Stephen John. Evaluation Issues in Peace Implementation. In: STEDMAN, Stephen John; ROTHCHILD, Donald; COUSENS, Elizabeth M. (ed.). **Ending Civil Wars: The Implementation of Peace Agreements**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002. p. 43-66.
<https://doi.org/10.1515/9781685850395>

DRUMOND, Paula. Violência sexual em conflitos armados: perspectivas e debates. In: RAMOS, Camila Silva; LIMA, Mariana Kuhlmann (orgs.). **Gênero, segurança e paz: debates contemporâneos**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2023.

ENCICLOPEDIA LATINOAMERICANA. **Pastrana Borrero, Misael**. Enciclopédia Latinoamericana. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/p/pastrana-borrero-misael>. Acesso em: 20 jan. 2026.

EQUIPE LATINOAMERICANA. **Pastrana Arango, Andrés**. Enciclopédia Latinoamericana. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/p/pastrana-arango-andres>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ESCOBAR financiou guerrilha, diz informe. **Folha de São Paulo**, 17 nov. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1711200606.htm>. Acesso em: 5 jan. 2026.

ESLAVA, Leonardo Rafael Luna. Three Colombian Peace Processes: A Brief Analysis from the Perspective of Three PACS Theories. **Papel Político**, v. 25, 2020.
<https://doi.org/10.11144/Javeriana.papo25.tcpg>

FAJARDO, Darío. **Tierra, poder político y reformas agraria y rural**. Bogotá: ILSA, 2002.

GARCÍA, Camila. Gender perspective in the making: The case of the Colombian peacebuilding process. **Global Policy**, v. 15, n. 3, p. 26-38, jun./2024. Acesso em: 13 abr. 2025.
<https://doi.org/10.1111/1758-5899.13354>

GAZETA DO POVO. **Ex-líderes das Farc admitem abusos sexuais contra sequestrados**. 23 jun. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/ex-lideres-das-farc-admitem-abusos-sexuais-contrasequestrados/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

GIZELIS, Theodora-Ismene; PIERRE, Nana Afua. Gender Equality and Postconflict Reconstruction: What Do We Need to Know in Order to Make Gender Mainstreaming Work? **International Interactions: Empirical and Theoretical Research in International Relations**, London, v. 39, n. 4, p. 601-611, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03050629.2013.805324>. Acesso em: 3 dez. 2025.
<https://doi.org/10.1080/03050629.2013.805324>

GOVERNO NACIONAL DA COLÔMBIA; FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA - EXÉRCITO POPULAR (FARC-EP). **Acuerdo Final Para La Terminación del Conflicto y la Construcción de Una Paz Estable y Duradera**. 12 nov. 2016. Disponível em: <https://share.google/pZ3t1fDJuPvBzFaJA>. Acesso em: 20 jan. 2026.

GUIA GEOGRÁFICO. **Mapa Político da Colômbia**. 2026. Disponível em: <http://www.guiageo-americas.com/colombia/mapa-politico.htm>. Acesso em: 13 abr. 2026.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Colombia's killer networks: the military-paramilitary partnership and the United States**. New York: Human Rights Watch, 1996. Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/1996/killer6.htm>. Acesso em: 5 jan. 2026.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2025: Colombia**. 2025. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/country-chapters/colombia>. Acesso em: 30 mar. 2026.

INSTITUTO IGARAPÉ. **A violência contra as mulheres na Colômbia nos últimos cinco anos: contextos particulares no pós-conflito para homicídios e violência sexual.** Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, dez. 2023. Disponível em: <https://share.google/251VCkVJZ96BIc6i3>. Acesso em: 23 jan. 2026.

JARDIM, Cláudia. Chefe do narcotráfico diz ter financiado campanha presidencial de Uribe. **BBC News Brasil**, Caracas, 23 abr. 2009. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/04/090423_uribe_trafico_cj_cq. Acesso em: 5 jan. 2026.

KELLY, Liz. **Surviving Sexual Violence**. Cambridge: Polity Press, 1988.

KNUDSEN, Julia Marie. **Sexual violence in the Colombian armed conflict: Access to justice for women victims of sexual violence**. 2016. 78 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) – Aalborg Universitet, Aalborg, 2016.

KRAUSE, Jana; OLSSON, Louise. Women's Participation in Peace Processes. In: MAC GINTY, Roger; WANIS-ST. JOHN, Anthony (ed.). **Contemporary Peacemaking: Peace Processes, Peacebuilding and Conflict**. 3. ed. London: Palgrave Macmillan, 2022. p. 103-115.
https://doi.org/10.1007/978-3-030-82962-9_6

LAROSA, Michael J.; MEJÍA, Germán R. **Historia concisa de Colombia: 1810–2017**. 2. ed. Bogotá: Debate, 2017.

LAIR, Éric. Los grupos “paramilitares” en Colombia: entre la guerra y la paz. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 31, p. 74–85, dez. 2008.

LARRAÑAGA, Roberto Sancho. **Guerrilla y terrorismo en Colombia y España: ELN y ETA**. Bucaramanga: Editorial UNAB, 2003.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

MACKINNON, Catharine A. **Toward a Feminist Theory of the State**. Massachusetts: Harvard University Press, 1989.

MEGER, Sara. Sexual Violence in Times of War and Peace. In: **Routledge handbook of feminist peace research**. Taylor & Francis, 2021.
<https://doi.org/10.4324/9780429024160-13>

MENDES, Flávio Pedroso. Guerra, guerrilha e terrorismo: uma proposta de separação analítica a partir da teoria da guerra de Clausewitz. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 96–108, dez. 2014.

MONCAYO CRUZ, Víctor Manuel. **Pumarejo, Alfonso López**. Enciclopédia Latinoamericana. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/p/pumarejo-alfonso-lopez>. Acesso em: 20 jan. 2026.

MONCAYO CRUZ, Víctor Manuel. **Uribe Vélez, Álvaro**. Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://sites.usp.br/portallatinoamericano/espanol-uribe-velez-alvaro>. Acesso em: 20 jan. 2026.

O GLOBO. **Morreu ex-presidente colombiano Belisario Betancur, que abriu caminho para negociações de paz**. O Globo, Rio de Janeiro, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/morre-ex-presidente-colombiano-belisario-betancur-que-abriu-caminho-para-negociacoes-de-paz-23290282>. Acesso em: 20 jan. 2026.

OFFSTEIN, Norman. An historical review and analysis of Colombian guerrilla movements: FARC, ELN and EPL. **Desarrollo y Sociedad**, Bogotá, n. 52, p. 99–142, set. 2003.
<https://doi.org/10.13043/dys.52.4>

OLIVEIRA, Flávia Aline de. **A violência sexual contra mulheres como estratégia no conflito armado colombiano (2000–2016): ao que e a quem serve?** 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Ciência Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

OPEN DEMOCRACY. **Abortos forçados das FARC passam a ser reconhecidos como violência reprodutiva.** 29 jul. 2022. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/colombia-farc-abortos-forcados-violencia-reprodutiva/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Relatórios sobre a situação de direitos humanos na Colômbia. Nova York: ONU, s.d. Disponível em: <https://www.ohchr.org/es/countries/colombia>. Acesso em: 1 abr. 2026.

PARRA-BARRERA, Sandra M.; MOYANO, Nieves; BOLDOVA, Miguel Ángel; SÁNCHEZ-FUENTES, María del Mar. Protection against sexual violence in the Colombian legal framework: obstacles and consequences for women victims. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 8, p. 1-14, 2021. <https://doi.org/10.3390/ijerph18084171>

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. 1ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

PLANO Colômbia: oligarquias versus a nação. **Correio da Cidadania**. Disponível em: <https://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed222/internacional.htm>. Acesso em: 5 jan. 2026.

PLATH, Sylvia. **The Unabridged Journals of Sylvia Plath**. Edited by Karen V. Kukil. New York: Vintage Books, 2000.

RAMSBOTHAM, Alexander. **Implementing peace accords sustainably: alternative avenues to bypass blockages and mitigate resistance**. London: Conciliation Resources, 2022.

RETTBERG, Angelika; DUPONT BERNAL, Federico. Peace Agreement Implementation (PAI): What Matters? A Review of the Literature. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 113, p. 205-234, jan./mar. 2023. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/colombiaint/3643>>. Acesso em: 3 dez. 2025. <https://doi.org/10.7440/colombiaint113.2023.08>

RIBAS, Ana Carolina; CARVALHO, Ana Paula Luciani de; RAMINA, Larissa. Processo de paz na Colômbia: uma análise à luz do Direito Internacional Humanitário. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 62, n. 1, p. 273–298, jan./abr. 2017. DOI: 10.5380/rfdufr.v62i1.50863. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/50863>. Acesso em: 30 abr. 2017. <https://doi.org/10.5380/rfdufr.v62i1.50863>

ROSA, Fidel Gómez. Los grupos paramilitares en Colombia. **Boletín de Información**, n. 279, p. 15–50, 2003.

RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. **La verdad de las mujeres: víctimas del conflicto armado en Colombia: versión resumida**. Bogotá: Ruta Pacífica de las Mujeres, 2013.

RUTA PACÍFICA DE LAS MUJERES. **Observatorio mujeres enrutadas en la observancia de las violencias contra las mujeres y las niñas: segundo trimestre 2025**. 2025. Disponível em: <https://rutapacifica.org.co/observatorio-mujeres-enrutadas-en-la-observancia-de-las-violencias-contra-las-mujeres-y-las-ninas-segundo-trimestre-2025/>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SÁNCHEZ GÓMEZ, Gonzalo. **Guerras, memória e história**. 2. ed. Medellín: La Carreta Editores, 2006. <https://doi.org/10.7440/histcrit32.2006.12>

SANTIAGO, Lorenzo; CHAGAS, Rodrigo. Por que a guerrilha de esquerda mais antiga da Colômbia segue apostando na luta armada? **Brasil de Fato**, Bogotá, 8 nov. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/11/08/por-que-a-guerrilha-de-esquerda-mais-antiga-da-colombia-segue-apostando-na-luta-armada/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

SANTIAGO, Lorenzo; CHAGAS, Rodrigo. Três anos de Petro: reformas avançam na Colômbia, mas movimentos cobram governo mais à esquerda. **Brasil de Fato**, 30 set. 2025. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2025/09/30/tres-anos-de-petro-reformas-avancam-na-colombia-mas-movimento-s-cobram-governo-mais-a-esquerda/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

SILVA, Caroline Cordeiro Viana e. Plano Colômbia: securitização do narcotráfico pelos Estados Unidos da América. **Conjuntura Global**, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 124–132, maio/ago. 2015.
<https://doi.org/10.5380/cg.v4i2.43167>

STAMPNITZKY, Lisa. **Disciplining terror: how experts invented “terrorism”**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
<https://doi.org/10.1017/CBO9781139208161>

TAQUECE, Leonardo Rodrigues; MERCADANTE, Maria Aparecida Felix. O conflito armado na Colômbia. In: MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor Luis (coord.). **Dossiê de Conflitos Contemporâneos**. São Paulo: GEDES; Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, v. 1, n. 1, p. 41-48, jun./set. 2020.

TURRER, Rodrigo; PEROSA, Teresa. **Juan Manuel Santos: o guerrilheiro da paz**. Época, Rio de Janeiro, 7 out. 2016. Disponível em:
<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/10/juan-manuel-santos-o-guerrilheiro-da-paz.html>. Acesso em: 20 jan. 2026.

UNIDAD PARA LA ATENCIÓN Y REPARACIÓN INTEGRAL A LAS VÍCTIMAS. **Registro Único de Víctimas**. Bogotá: UARIV, s.d. Disponível em:
<https://datospaz.unidadvictimas.gov.co/registro-unico-de-victimas/>. Acesso em: 1 abr. 2026.

UNITED Self-Defense Forces of Colombia (AUC). **Insight Crime**, 11 jun. 2024. Disponível em:
<https://insightcrime.org/colombia-organized-crime-news/auc-profile/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

UNITED STATES. **George W. Bush**. The White House. Disponível em:
<https://obamawhitehouse.archives.gov/1600/presidents/georgewbush>. Acesso em: 20 jan. 2026.

VENNESSON, Pascal. Case studies and process tracing: theories and practices. **Approaches and Methodologies in the Social Sciences**, p. 263, 2008.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511801938.013>

VILLA, Rafael Duarte; VIANA, Manuela Trindade. Os anos Uribe na Colômbia: segurança interna e aliança estratégica com os EUA na construção do Estado-nação. **Carta Internacional**, v. 5, n. 2, p. 56–73, dez. 2010.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

WEBER, Sanne. **Gender and Citizenship in Transitional Justice: Everyday Experiences of Reparation and Reintegration in Colombia**. Bristol: Bristol University Press, 2023.
<https://doi.org/10.1332/policypress/9781529234121.001.0001>

ZÁRATE, P. Un éxito del intervencionismo: el gobierno de Carlos Lleras Restrepo (Colombia, 1966-1970). Tzintzun. **Revista de Estudios Históricos**, n. 65, p. 235-259, 2017.